

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS, DIVERSITAS, DO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES DIREITOS E OUTRAS  
LEGITIMIDADE**

Amanda Gabriela Jesus Amparo

**Sociabilidades Negras e a Guerra às Drogas: Olhares Sobre o Território da  
“cracolândia”**

Versão Original

São Paulo

2021

Amanda Gabriela Jesus Amparo

**Sociabilidades Negras e a Guerra às Drogas: Olhares Sobre o Território da  
"cracolândia"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Humanidades Direitos e Outras Legitimidade do Departamento Diversitas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Orientador: Profa. Dra. Sandra Chaves Nunes  
Coorientador: Profa. Silvana Nascimento

Versão Original

São Paulo  
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A526s Amparo, Amanda Gabriela Jesus Sociabilidades  
negras e a guerra às drogas: olhares sobre o  
território da "cracolândia". / Amanda Gabriela Jesus  
Amparo; orientador Sandra Chaves Nunes - São Paulo,  
2021.  
123 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Área de concentração: Interdisciplinar.

1. Relações étnicas e raciais. 2. Guerra às  
drogas. 3. Corporeidade negra. 4. Território da  
"cracolândia". 5. Sociabilidades em São Paulo. I.  
Nunes, Sandra Chaves, orient. II. Título.

AMPARO, G. J. Amanda. **Sociabilidades Negras e a Guerra às Drogas**: Olhares sobre o território da “cracolândia”. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Humanidades Direitos e Outras Legitimidades.

Aprovado em:

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Sandra Chaves Nunes Diversitas /USP (Orientadora)

---

Profa. Dra. Silvana Souza Nascimento Diversitas /USP(Co-orientadora)

---

Prof. Dr. Abraão Santos / UFF

---

Prof. Dr. Francione Oliveira Carvalho /USP

---

Prof. Dr. Daniel de Lucca /UNILAB

---

Prof. Dr. Maurício Cardoso /USP (Suplente)

---

\_ Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant'Anna /USP (Suplente)

---

Profa. Dra. Isabela Kalil /FESPSP (Suplente)

São Paulo/SP

Março 2021

Dedico este trabalho ao meu irmão Jeremias e as vítimas da política de encarceramento e morte de jovens negros(a) brasileiros(as), sujeitos a uma guerra racial sob o argumento de guerra às drogas.

## AGRADECIMENTOS

Em muitas mãos escrevi esta dissertação, desde de trocas pessoais no bar, na casa de amigos até os grupos de estudos e salas de aulas, presenciais e virtuais. Seria impossível descrever todos os encontros que me impulsionaram, pois de fato aqui apresento uma escrita fragmentária, onde precisei mapear cada pedacinho de mim e ir juntando, com pouca ou nenhuma linearidade. Mas, assim como fiz para escrever um processo de rememoração, onde me peguei lembrando dos primeiros encontros na leitura, até as primeiras reuniões de militância para pensar questões raciais e guerra às drogas, seguir até as minhas primeiras idas ao território da “cracolândia” procurar meu irmão sem jamais imaginar que ali se faria um campo de pesquisa e fui até minhas trocas e experiências com meu irmão ainda na infância na Bahia, tentarei em alguma medida fazer o mesmo agora para os agradecimentos.

Prestei meu primeiro processo seletivo de mestrado em 2017, fui buscar meu filho na escola na hora do resultado, queria compartilhar com ele este momento, e foi ali minha primeira recusa acadêmica. Conferi a lista de aprovação assim que ele entrou no carro, fui reprovada, chorei na frente dele e com ele, porque apesar de não ter havido lágrimas de seus olhinhos era visível o desespero de ver sua mãe se frustrar. E foi para isso mesmo que fui buscá-lo, para viver com ele este momento, fosse o que fosse, então ao meu pequeno, que agora já é tão grande, agradeço.

Quando chego em casa, duas horas após o resultado já ter saído, chega para jantar comigo, o que deveria ser um jantar de comemoração, mas que então naquele momento viraria um de revolta, como ela mesmo disse, “vamos confrontar este sistema amiga, vamos para revolta” Amanda Gomes, uma outra parte de mim e junto a ela a Vanessa (Ne) minha amiga, comadre, companheira de todas as horas e vida desde de que cheguei a São Paulo aos 13 anos, é uma vida juntas a elas agradeço. Não apenas por este começo de dor e revolta, mas por chegar até aqui, acompanhar cada pedacinho deste processo, até as longas correções deste texto que mesmo em viagem ela fez comigo, né amiga (Amanda Gomes)?

Conheço minha orientadora e amiga Silvana Nascimento em um dos corredores da USP, em minhas tentativas de me aproximar dos grupos de estudos para facilitar minha entrada na pós-graduação. Afobada depois de colegas insistirem para eu ir falar com ela, parei e simplesmente pedir: “professora eu gostaria de ingressar no mestrado, queria saber

se a senhora tem interesse em me orientar, eu pesquiso relações raciais no território da ‘cracolândia’”. Ela muito carismática diz: “vamos conversar, vai na minha sala tal dia e tal hora”. Foi incrível, eu simplesmente me sentia dentro do programa depois desta simples frase, rsrs. Lá eu fui, falamos por uma hora e ela já marca um próximo encontro agora já na sua casa. E ali comecei a humanizar a pós-graduação e a universidade pública, foi com café, bolo na sua mesa quase na cozinha que passamos horas falando do meu projeto.

Fui certa ao acreditar que aquele primeiro encontro iria comigo até a entrada no programa e seguiria, aqui estamos, ela não parou até que eu chegasse a este momento, reprovei em mais um processo e ela simplesmente continuou até que eu passasse. E depois até que eu escrevesse, de todas as formas: me emprestou o computador, agilizou a bolsa, enfim estamos aqui e eu tenho muito a te agradecer. Não só por você, mas com você veio a Sandra, aí ganhei duas ao invés de apenas uma orientadora.

Com Sandra repeti este encontro carinhoso e acolhedor, sua leitura sempre muito interessante do texto, me incentivando à uma perspectiva literária que amo. Mesmo na pandemia, lá vou eu a sua casa colher assinaturas. Enfim a ela agradeço. O CÓCCIX grupo de pesquisa que segui com a Silvana, tantos encontros e discussões autoras, a vocês tenho muito agradecer também.

Achei que não faria uma página de agradecimentos, não por não ter o que agradecer, mas por achar que eu, logo EU seria sucinta. Não fui, porque não sou. Mas vou me agilizar.

A minha família tão querida, agradeço a todos(a) sem exceção de ninguém, e lógico ressaltado a minha Mãezinha (mainha), a minha avó (tia Mada) e todas as outras, tanto amor, tanta torcida, tantos vai dar certo. Deu! A todos agradeço. Ao meu lindo e querido Paulo, um encontro potente de companheirismo, muita troca de leituras e horas de transcrição das minhas entrevistas, foi possível com você. Te agradeço.

As minhas inspirações familiares, Abrahão querido, tantas trocas de carinho, incentivo, leituras enfim cheguei até aqui muito pelos nossos processos. A minha querida tia Lúcia, uma grande inspiração, desde de pequena me pego dizendo, quero ser como a minha tia. Hosana e Climério e todos os outros, obrigada por trilharem seus caminhos e me ajudarem a perceber que seria possível para mim também.

As minhas e meus queridos amigos, teria que nomear muita gente, todos sabem o quanto trocamos. Gabriela, Serena, Noemi, Rafael Pinho, Patricia, Priscila, Adriana (COCCIX), Arthur (COCCIX) e tantos e tantos, eu agradeço. A Professora Isabela Kalil e o meu querido professor Daniel de Lucca que com muita felicidade aceitou participar da banca de avaliação deste trabalho, me acompanhado desde de a época da graduação, me orientou na escrita das primeiras versões do meu projeto de pesquisa e mesmo de longe da UNILAB torce e me acompanha, muito obrigada!

Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e ao departamento de Diversitas pela oportunidade de realização do curso. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.



## **É PRECISO REVER**

Recomeçar

Reviver

Reconhecer

Realinhar

SE equilibrar

Desequilibrar

É preciso, ainda assim sonhar

Lutar

E se preciso for matar

E se a vida se negar a vir

Faremos do encontro desencontrado

A vida que nos foi negada

Reinventaremos o ser

Somos Exu, Ogum, Iemanjá

Seremos, seremos e seremos

Os filhos dos navios negreiros

Que é, sem o direito de ser!

*Amanda Amparo*

AMPARO. G. J. Amanda. **Sociabilidades Negras e a Guerra às Drogas: Olhares sobre o território da “cracolândia”**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar a sociabilidade de corpos negros(as) no contexto da guerra às drogas tendo como campo de atenção o território da “cracolândia”. Partindo da relação destes com a cidade de São Paulo, observamos as trajetórias institucionais, contextos familiares, escolas, trabalhos, centros de convivências, assistência médica, sistema penitenciário, e a relação com a rua. Na análise sobre as especificidades destes corpos, percebemos diferentes questões de suas sociabilidades diante de vulnerabilidades que se acentuam através do marcador racial. Partindo da relação entre território, corpo e identidade, buscamos compreender a dimensão de resistência através da corporeidade negra, com foco nas noções de comunidade, memória e história de vida, supondo que tais dimensões possam se elencar ao comportamento destas corporeidades, revelando uma identidade aquilombada de ruptura com os modos convencionais de operar as relações em contextos urbanos. Observa-se que oito em cada dez usuários regulares de crack nestas cenas públicas são negros(as), e com isso, a partir da noção de aquilombamento de Beatriz Nascimento (2018), é possível pensar na “cracolândia” como um espaço de refúgio de pretos e pretas, já marcados na cidade, pela ausência de possibilidades de estar em outros cantos.

**Palavras-chaves:** Corporeidade Negra, Sociabilidade, Guerra às drogas, Racismo Institucional, Território da “cracolândia”.

AMPARO. G. J. Amanda. **Sociabilidades Negras e a Guerra às drogas: Olhares sobre o território da “cracolândia”**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

## **Abstract**

The objective of this work was to analyze the sociability of black bodies (a) in the context of the war on drugs with the “cracolândia” territory as a field of attention. Based on their relationship with the city of São Paulo, we observe the institutional trajectories, family contexts, schools, jobs, social centers, medical assistance, penitentiary system, and the relationship with the street. In the analysis of the specificities of these bodies, we perceive different issues of their sociability in the face of vulnerabilities that were accentuated through the racial marker. Starting from the relationship between territory, body and identity, we seek to understand the dimension of resistance through the black corporeality, having as a point of attention the notions of community, memory and life history, assuming that such dimensions can be listed in the behavior of these corporealities, revealing a aquilombada identity of rupture with conventional ways of operating relations in urban contexts. It is observed that eight out of ten regular users of crack in these public scenes are black, with this, based on Beatriz Nascimento's (2018) notion of aquilombamento, it is possible to think of “cracolândia” as a refuge for black and black, already marked in the city, due to the lack of possibilities of being in other corners.

**Keywords:** Black Corporeality, sociability, War on Drugs, Institutional Racism, Territory of “cracolândia”.

## SUMÁRIO

<b>1. Prólogo</b>	13
<b>2. Introdução</b>	16
<b>3. Problema de pesquisa</b>	31
<b>4. O que é guerra às drogas</b>	36
4.1 O meu irmão Jeremias: minha corporeidade na mira	36
4.2 Imbricamentos de uma negra mulher e irmã na pesquisa	44
4.3 A guerra às drogas é uma guerra a pretas e pretos	52
<b>5. Vidas e trajetórias de uma guerra racial</b>	72
<b>5.1 Eliana, a mãe da “cracolândia”</b>	73
5.2 Fábio: ser branco é ser diferenciado	79
5.3 Trânsitos e marcas de Savana	82
<b>6. Corpo e território: Perspectivas de quilombo a partir da “cracolândia”</b>	96
6.1 Um arrastão na cracolândia	96
6.2 Corpos Insubmissos	97
6.3 A inconformidade de Fernando apesar de não fumar crack	103
<b>7. Apontamentos e Perspectivas</b>	111
<b>8. Referências Bibliográficas</b>	119

# 1.Prólogo

O sumiço agora é algo longo. Mais de um mês sem aparecer, a angústia no peito entre o silêncio da casa e a intranquilidade de uma notícia iminente. Decerto uma hora o telefone iria tocar. E tocou, mais um encontro em algum lugar do Centro para levar roupas, comida e cigarro. Ou então porque foi preso novamente, mais um furto. Mais uma ligação, agora para uma ida ao hospital Santa Casa, onde foi encontrado desacordado. Hospital da Barra Funda, quebrou o fêmur. Hospital Psiquiátrico, foi internado compulsoriamente. São tantas idas e vindas, lugares e mais lugares, instituições e mais instituições. As tentativas de encontros que não se concretizavam, na Praça da Sé, na República, em frente ao supermercado, que fica próximo à estação Júlio Prestes. As voltas na “cracolândia”<sup>1</sup>, todas aquelas buscas na tentativa de encontrá-lo. Todas as perguntas aos agentes da assistência social e saúde do Centro revelavam angústias. O entrelace de pessoas de roupas brancas e policiais em meio a uma massa de gente, conhecido como o “fluxo”<sup>2</sup> da cracolândia”. Ali eu percebi que meu irmão era só mais um. Um Preto. Em meio a todos aqueles outros homens pretos, os quais eu não conseguia entender a história e, tampouco, encontrar no meio da multidão.

A garganta seca, as mãos suadas e uma forte sensação de medo, foi o meu próprio encontro nesta multidão, me descobria também negra, não apenas do ponto de vista físico, mas acima de tudo moral, me sentia frágil naquele território. Fui entendendo que as minhas angústias me perpassam principalmente porque eu também poderia ser vista ali, como uma “nóia”<sup>3</sup>. Não era mais apenas a incompreensão sobre a história do meu irmão, sua “rebelia injustificada”, mas sobre a minha própria, fui também me configurando, percebendo que a questão da “droga”, do uso imoderado de qualquer substância que

---

<sup>1</sup> O termo “cracolândia” está sendo usado entre aspas por se tratar de um termo pejorativo, que identifica determinadas aglomerações de pessoas em espaços do centro de São Paulo, mas especificamente no bairro da Luz. Em uma entrevista Carl Hart nos chama a atenção para o poder estigmatizante do termo, uma vez que são muitas as relações e interações nesse espaço, e que o uso da substância crack não poderia ser a definidora de tais interações. Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FFIEtw4PHYw> (acesso em junho de 2018).

<sup>2</sup> O Fluxo é como é chamada a concentração de pessoas que definem a “cracolândia”. Taniele Rui (2014) utiliza-se da categoria nativa “fluxo” para dar conta da circulação de pessoas, objetos e relações nesse território, reforçando a ideia de sua dinâmica.

<sup>3</sup> Termo utilizado para definir de forma estigmatizada os frequentadores da “cracolândia”.

pudesse entorpecê-lo, não o livraria de ser parecido com qualquer uma daquelas pessoas, e nem eu.

Portanto, ir atrás da história do meu irmão era percebê-lo enquanto corpo, um corpo que se misturava no meio da multidão e que em alguma medida era como se se misturasse em um corpo só, naquele concentrado de pessoas parecidas, que se movia, e neste movimento era possível imaginar histórias, como a dele e como a minha, uma vez que estas múltiplas representações performavam um cenário, uma paisagem, que de longe, de pé, um pouquinho distanciada eu podia ver a performance de um corpo só, e apesar de não fazer uso de absolutamente nenhuma substância eu também conseguia me ver ali.

Me entrelacei, me percebi em uma encruzilhada e fui caminhando até o encontro da massa, algumas vezes rapidamente encontrei meu irmão, em outras muito me demorava, mas ainda assim não me estranharam. Logo percebi que eu não era dali, mas também era, porque meu corpo revelava angústias, que certamente não era na sua completude igual a de todos, mas nossos pontos incomuns não precisavam de nem se quer uma palavra a ser dita, compartilhávamos ali, a dor de sermos negros. Não era preciso mais descobrir, apenas olhar, olhar em um sentido de ternura de troca de envolvimento. Nas palavras de Beatriz Nascimento “Essa troca era do nível do soul, da alma, do homem escravo ele troca com o outro a experiência do sofrer. A experiência da perda da imagem. A experiência do exílio.” (NASCIMENTO 1989 in RATTTS, 2006, p. 66).

Me peguei em um campo de pesquisa que me implicava em angústias, mas também na necessidade de trazer à tona estas histórias. Havia sim o que ser revelado, ou talvez o que ser gritado, porque não me pareceu escondido que éramos pretos(a), mas que carregávamos o incomum dentro e fora de nós. Trago aqui o pensamento de Beatriz Nascimento que compreende a interrelação entre corpo, espaço e identidade que pode ser refeita por aquele(a) que busca tornar-se pessoa (e não coisa) no “quilombo, na casa de culto afro-brasileiro, num espaço de encontro e/ou diversão, no movimento negro, diante do espelho ou de uma fotografia” (RATTTS, 2006, p. 66), ou quem sabe na “cracolândia”. Diante de uma massa, que não mais apenas, o meu irmão fazia parte por seu uso de drogas, mas, que nós fazíamos parte, por sermos negros(a) e é este o ponto que me parecia determinante para pensar a construção de um aparato de gestão violenta que acima de tudo queria atingir mortalmente aqueles pretos(a) corpos.

Me interessei então em marcar o medo da pretitude que se configurava em uma guerra, a guerra às drogas ou a guerra a pretos(a). Sai gritando para os quatro ventos, para todos à minha volta, mas principalmente aos nossos, à minha mãe, à minha família, aos meus amigos e ao meu irmão: somos pretos(as), estamos em risco. Me emaranhei nesta tarefa, fui para o movimento social, fiz inúmeras palestras, dei cursos de formação, fui fazer pesquisa, ler tudo que tinha para ser lido, e também me perguntei: por que eu não encontrei ninguém falando disso?

Desse modo, a partir de um caso específico (meu irmão), comecei a refletir do ponto de vista antropológico sobre o que é ser negro nessa condição, como isso impacta e se esta percepção para aquela condição faria diferença.

A experiência pessoal com meu irmão me permitiu construir uma estratégia narrativa e problematizar um conjunto de relações no contexto da “cracolândia”. Iniciei minhas pesquisas querendo, primeiro, compreender algo que fugisse do senso comum, afinal nenhuma das explicações que atribuíam à escolha dos sujeitos de viverem naquela situação me pareciam convincentes ou razoáveis, queria ouvir deles, e queria descrever ações que pudesse demonstrar suas vulnerabilidades sociais e também sua força.

Minhas incursões por um território marcado por grande angústia, na condição de irmã de um usuário e pesquisadora, permitiram-me perceber que as pessoas “culpadas” por aquela condição eram as que mais sofriam. Para além dessa narrativa de cunho pessoal, as idas ao Centro de São Paulo e, mais especificamente, as idas à “cracolândia” me levaram a um campo de sofrimento público e coletivo. Ali se configurava uma lógica sociocultural em que corpos de pessoas negras se evidenciavam. O início de minhas investigações coincide, portanto, com a necessidade de compreender antropológicamente esse problema social.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Para além das pesquisas bibliográficas, venho realizando trabalhos em grupos de pesquisa de campo. Alguns dos temas que deram origem a esse projeto nasceram nos debates do Núcleo de Direitos Humanos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (NDH-FESPSP), sob orientação do prof. Dr. Daniel de Lucca e do coletivo Iniciativa Negra Por uma nova Política Sobre Drogas (INNPD) e do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (NEU-FESP-SP), sob coordenação da profa. Dra. Isabela Oliveira. Dos resultados desse último, participei da publicação do artigo “Espaço urbano, fluxos e direitos: Percursos no Elevado João Goulart (Minhocão)”, publicado em 2017.

## 2. Introdução

Esta dissertação analisa as especificidades da corporalidade negra e observa as diferentes implicações de suas sociabilidades no contexto da guerra às drogas a partir do território da “cracolândia”. Procura compreender o modo como questões raciais implicam e são percebidas em suas trajetórias, tendo também como ponto de atenção a relação destes com a cidade de São Paulo.

A partir disso, explora as consequências raciais que perpassam pelo modo de ser destas pessoas, uma vez que este se configura diante de uma sociabilidade marcada pela experiência racial. Buscamos nas entrelinhas de cada narrativa os impactos desta vivência. Que se encontra tanto em um contexto de condição de rua, no Centro da cidade de São Paulo, que se estende à "cracolândia", quanto a uma estigmatização relacionada ao uso de substâncias ilícitas. Marcamos o impacto desta racialidade em seus projetos de vida, sonhos, ações e reações neste cenário, entendendo que o racismo institucional é também um dos indicadores de sua condição de vulnerabilidade social. E também como esta mesma condição racial se mostra como força. Tomamos como questão o modo como o problema do racismo atravessa as experiências de corpos negros(a) e suas sociabilidades na cidade, tendo em vista seus trânsitos pelo território da “cracolândia”.

### Um dia na “cracolândia”

Marquei de passar o dia com Eliana<sup>5</sup>, o trabalho dela neste dia era espalhar sacos de lixo na Praça Princesa Isabel, fui direto para praça, combinamos de nos encontrar lá. Fiquei por volta de uma hora esperando, ela me mandou mensagem avisando que ia atrasar. A Praça estava com pessoas em alguns pontos, todas com uma aparência de moradoras de rua, umas deitadas no chão, que estava bem sujo, outras sentadas nos bancos e também algumas em umas barracas que estavam montadas. Achei um banco um pouco mais reservado e sentei. Bem próximo ao banco tinha um rapaz deitado no chão aparentando estar dormindo profundamente.

---

<sup>5</sup> Eliana é uma importante interlocutora que aparece na pesquisa de forma repentina através do meu irmão, no decorrer da escrita a referencio de diferentes maneiras e descrevo a forma que fomos apresentadas. Fui autorizada por ela a utilizar seu nome real, assim como faço com vários outros interlocutores da pesquisa que também me autorizaram.



Percebi que a minha presença era um pouco estranha, a Praça é grande, mas de modo discreto eu via os olhares na minha direção, de quase todos os pontos em que tinha gente. Logo entendi que era um pouco, por ser uma mulher sentada sozinha, como se todos os olhares dissessem, você não tem medo de estar aí sozinha? A verdade é que eu também sentia medo, mas precisava superá-lo, tinha pouca distração já que sabia que pegar o celular iria me expor mais. Fiquei ali experimentando esta estranheza por uma hora, mas ela não se deu de um único modo, acredito que depois de 15 minutos ficou mais fácil para mim, e para eles, e foi sendo assim até o terminar da hora. Sabia que por mais que eu não fosse dali a minha aparência dizia isso, eu continuava sendo uma mulher negra e que de algum modo isso me integrava, por mais risco que eu corresse o risco de ser assaltada por exemplo, não seria por ser confundida com uma patricinha ou mesmo alguém que estivesse ali para vigiá-los e, portanto, poderia acontecer alguma coisa, mas também não.

Quando de longe vejo a Eliana chegando com mais três pessoas, ela me cumprimenta e logo me apresentou as pessoas, Willian um homem negro, Larissa uma mulher negra transsexual e seu companheiro, Vagner um homem negro. Ela diz para eles: *“esta é a Amanda uma amiga minha, está fazendo uma pesquisa de mestrado, ela é uma menina foda na correria da vida, quero todo mundo conversando com ela, o irmão dela tá na rua, que nem nós. o Jeremias, ah, o Jeremias! É uma pecinha”*.

Cumprimentei todo mundo, e Larissa me perguntou *“o que você quer saber bi?”*. Neste momento, me senti rapidamente constrangida, mas logo respondi: *“quero saber de vocês, como é esta vida na rua e na ‘cracolândia’”*. Ela responde: *“olha o que você tem que saber é o seguinte, na rua tem dois tipos de gente, o que adianta e o que atrasa, o resumo é este aí, e sobre a cracolândia eu estou indo para lá agora com o meu boy, hoje é sexta dia de loucura, tudo mil grau, você tem que ver as coisas lá, vamos para lá?”*. Respondi: *“vamos sim: deixa só a Eliana finalizar o trabalho dela aqui que vamos todos”*. E ela: *“eu não vou esperar não, mas te trombo lá, é mil histórias”*. Falei: *“fechou”*.

Eles seguiram rumo à “cracolândia” e ficamos eu, Willian e Eliana. Eliana já estava espalhando os sacos de lixos na Praça e vendo a distribuição de marmitas que começou a acontecer enquanto eu estava nesta conversa com Larissa. Willian logo se antecipou puxando assunto comigo:

*(Willian) Então você faz pesquisa, mas o que você quer aprender aqui com nós? Tudo bagunçado.*

*(Amanda) Quero saber da bagunça.*

*Para me entrosar comentei do nome dele: eu tenho um filho que se chama Willian também.*

*(Willian) Sério, com dois L e N no final?*

*(Amanda) Isso mesmo, não acredito que o seu nome escreve assim, é a primeira pessoa que encontro que o nome é exatamente como o do meu filho. Na hora que pedi a moça do cartório para fazer assim, ela disse, ninguém escreve assim, Willian é com M no final, eu disse, o do meu filho não, quero o mais abasileirado possível.*

*Eu e Willian nos tornamos melhores amigos, ele seguiu me falando muito sobre ele.*

*(Amanda) Como é a sua vida na rua, como você se vira?*

*(Willian) Minha vida na rua é mil fita, eu trabalho da seguinte maneira. Entro em lojas com um nível bom de movimento e com poucos seguranças e pego algumas coisas, vendo, e vou me virando.*

*(Amanda) Humm entendi, mas Willian por você ser um homem negro alto, deve chamar a atenção, você não já foi pego não?"*

*(Willian) Sim! Tá de brincadeira, várias vezes, já fui preso, já levei várias pancadas, tanto dos policiais que muitas vezes já não queria mais me levar preso, porque eu acabava nem ficando, ou se ficava ia embora rápido, ou dos seguranças das lojinhas quando tinha, vichi! Já foi muita treta, mas o pai tá aqui fortão.*

*(Amanda) Você acha que tem uma perseguição mais pesada com você por ser negro?*

*(Willian) Olha, aqui só tem preto né? Então é igual com todo mundo, uma fita foda, foi uma vez que eu fui na Avenida Angelica, eu tava de mochila nas costas, e fui andando pela calçada, teve uma hora que eu parei, tirei a mochila das costas e coloquei no chão e abaixei para pegar uma coisa dentro, quando levantei a cabeça, velho! O pessoal tanto que estava passando do meu lado, quanto da calçada do outro lado, me olhava de um jeito que parecia que eu ia tirar uma bomba dali, foi muito engraçado, eu me caguei de rir, só os play boy e as patricinha em choque, foi foda, e é o seguinte aqui a galera*

*mangueia muito, e eu não posso manguear, porque eu nunca ganho nada, eu só grandão, acho que a galera pensa, este negão grandão tem que trabalhar.*

*(Amanda) Foda verdade, deve ser difícil, mas e sua família?*

*(Willian) A minha mãe insistiu comigo para ter outro rumo, mas a vida é difícil, ela queria muito, mas eu não tinha nada, sem condição nenhuma, era só a vontade dela mesmo, nós passava fome, eu não me enquadrava, só passava raiva, já me envolvi com os moleques da quebrada, no tráfico e foi ficando osso, fui preso, caiu vários B.O. encima de mim, que nem era meu, eu tinha pouca droga, podia ter passado por usuário e os policia inventaram várias coisas, eu me fodi demais nesta primeira vez e desandei. Voltei para casa depois que sair da cadeia, mas não conseguir ficar, passei um bom tempo me perdendo por aqui, e depois voltando para casa, chegou uma hora que eu preferir ficar de vez, de tempos em tempos eu volto para ver minha coroa, e meu filho, mas depois eu volto para cá, lá não é mais o meu lugar não, o meu lugar é a rua, aqui no Centro eu sei me virar, tem várias traições, mas tem ajuda também, eu já só sujeito homem, já sei me virar bem por aqui.*

*(Amanda) Foda, a vida para nós, não é fácil.*

*(Willian) Tô ligado que se tem um irmão por aqui né? Então nós apanha, mas também bate, não sofre muito não, porque ele deve ter umas depressão, mas também se diverte.*

*(Amanda) Sim tô ligada.*

Neste momento Eliana já tinha terminado a distribuição dos sacos de lixo, seguimos para o fluxo da “cracolândia”. No caminho encontramos uma moça, uma mulher transexual<sup>6</sup> negra, Eliana cumprimentou-a muito empolgada, disse a ela que estava mesmo querendo encontrá-la, nos apresentou a Zezé. Ela estava com muitos machucados aparentes pelo corpo, um olho bem roxo, com um corte no supercílio, o pé inchado, mancava um pouco ao andar. Passamos um tempo conversando com Zezé. Eliana reforçava a necessidade de ela conseguir se manter no tratamento para reduzir a dependência química, para assim conseguir seguir também os tratamentos para as demais doenças.

Zezé foi confirmando que iria fazer o tratamento, então Eliana se ofereceu para levá-la ao ambulatório naquele momento, ela negou, falou que precisava resolver umas

---

<sup>6</sup> Estou usando a auto definição da interlocutora.

coisas antes de se internar, que tinha dinheiro para pagar a umas pessoas e por isso não podia sair da rua sem resolver as pendências, que foi por isso que ela tinha apanhado. Eliana então tentou marcar com ela: “*que horas podemos marcar para você ir conosco, olha Zezé o seu caso já virou assunto na reunião da Secretaria de Direitos Humanos, falei para minha supervisora que ia te encontrar, me ajuda vai, vamos logo para o ambulatório?*”. Então Zezé propôs: “*tenho que pagar cento e vinte reais aos caras que me emprestaram dinheiro, arruma para mim, eu pago eles e me interno*”.

Eliana topou, disse que ela conseguiria o dinheiro. Zezé combinou de encontrá-la às cinco da tarde para irem ao ambulatório. Seguimos. No caminho fui me inteirando mais sobre a Zezé com Eliana, primeiro sobre ela se propor a dar dinheiro, ela disse que o salário dela vai todo para rua, que, no que dá, ela ajuda mesmo, porque Zezé precisava muito sair do território por um tempo, pois estava correndo risco de morte, era a terceira surra que ela tomava em pouco tempo.

A entrada na zona em que já identificamos como o início do fluxo da “cracolândia”.

Caminhando em direção ao fluxo da “cracolândia” foi possível observar a marcação dos nossos corpos, eu estava com uma roupa simples, mas que indicava plenamente que não era dali. Tinham três viaturas da polícia estacionadas e vários policiais em pé ao lado, eles me observavam, eu e Eliana, mas eu percebi Eliana bem confortável. Inúmeras vezes fui muito observada por policiais neste trânsito, tanto na pesquisa quanto com o meu irmão, mas nunca fui parada, aquele dia percebi que eu suscitava mais a atenção, a expressão deles era de intimidação, quase tomando como certo que estávamos ali, para comprar “drogas”. Fomos abordadas, na verdade um policial veio em nossa direção, e os outros ficaram atrás fazendo o movimento de virem também, mas Eliana foi precisa na resposta, ele perguntou: “*vocês vão fazer o que aí?*”. Eliana pegou o crachá e respondeu: “*somos da Secretaria de Direitos Humanos*”. Ele acenou com a cabeça e passamos. Eliana é uma mulher branca, e apesar de eu já ter criado inúmeras respostas para uma abordagem como esta, caso houvesse, sempre soube que teria que explicar bastante, sentir uma breve angústia por pensar, como seria se eu estivesse sozinha? Mas passou.

Entramos no fluxo pela rua Dino Bueno, no início da rua que dá encontro com a Avenida Duque de Caxias já era possível ver bastante pessoas sentadas encostadas nas

grades que foram colocadas em volta da Praça Júlio Prestes. Seguindo nesta rua virando a segunda à direita na rua Helvetia, no começo desta rua tem alguns comércios, dois barzinhos e uma pensão. Na frente destes comércios, já tem uma certa concentração de pessoas, seguindo na rua até o encontro com a Alameda Cleveland se encontra a grande concentração de pessoas, e as interações mais internas.

As barracas montadas e um aglomerado de gente que é preciso ir se esbarrando um pouco com elas para poder caminhar. Espalhado no chão em cima de uma lona, umas roupas, sapatos e outros objetos, estavam expostos para venda ou troca, uma feirinha do rolo. A dinâmica nesta massa de gente é como se todos estivessem extremamente ocupados, olhares distantes, ainda que estejam sozinhos, as pessoas percebem a sua presença, mas não necessariamente a questionam, nem ao menos com o olhar, você se percebe notado quando para em um ponto, e pessoas individualmente vão te observando.

Era indiscutível que toda a massa de gente se tratava de pessoas negras, o meu olhar já é muito treinado para esta observação, mas no caso de lá o processo foi inverso, fiquei catando os brancos, e encontrei alguns muito poucos, mesmo os profissionais de roupas brancas que estavam na entrada da área do fluxo, agentes sociais, eram em sua maioria negros. Alameda Cleveland e a rua Helvetia, o encontro entre as duas ruas, é a esquina de maior concentração, tensão e interação.

Chegando no fluxo, tanto os corpos do Willian quanto da Eliana eram outros, percebi eles relaxados, em uma tentativa de interação com todo mundo. Eliana não tinha nenhum trabalho com isso, realmente todos a conheciam, toda hora alguém parava e eram longas conversas. O Willian deu uma sumida de uns cinco minutos, quando vejo ele novamente já está com um corote na mão, me senti tensa, e percebi que era o meu medo de encontrar o meu irmão, eu não queria misturar as coisas, precisava poder experimentar aquele espaço sem ele.

Conforme o tempo foi passando eu fui me tranquilizando. Sentamos no paredão, encostados na grade da estação Júlio Prestes, tinha muita gente sentada e achamos um cantinho entre dois amigos da Eliana. Logo todos começaram a me oferecer corote, e também crack, fui agradecendo e recusando. Passou um rapaz de bicicleta vendendo suco, Eliana comprou dois copos, me ofereceu um, eu também não quis. O consumo de crack se dava de maneira muito livre, as pessoas que estavam muito próximas de mim e que de

alguma forma aceitaram a minha presença ali, tinha dois comportamentos, um, me oferecia, e outro pedia licença para usar.

Neste movimento se aproximou de mim um homem com um rodinho na mão, ele olhou para mim e ofereceu o cachimbo, eu agradeci e recusei. Ele se aproximou mais e perguntou: “*e aí, qual é a sua aqui?*”. Eu respondi: “*sou amiga da Eliana, tô de boa aqui*”. Neste meio tempo, uma mulher negra com tranças no cabelo, muito bonita, que estava na rodinha de conversa da Eliana começou a me encarar, veio na minha direção e disse: “*o que você quer com ele? É meu homem*”. Me assustei um pouco, mas respondi: “*não quero nada, tô só a fim de trocar uma ideia, vem aqui pertinho de mim?*”. Os dois segundos de espera pela resposta dela foram tensos, mas logo percebi que fui assertiva, ela veio sentou na minha frente, me olhou com um olhar muito singelo e me disse: “*o que uma menina tão linda que parece a minha filha quer aqui?*”

Eu me tranquilizei, percebi que tinha acabado de arrumar alguém que gostava de mim e possivelmente uma interlocutora. Disse a ela que estava de boa ali, que fui com Eliana, e que ela era muito linda também. Perguntei seu nome, ela falou: “*Vanessa*”. E eu emendei: “*mas diz você, o que faz aqui?*”. Ela responde “*Tô curtindo e sofrendo*”. E eu: “*mas porque mulher, você não está bem?*”. Ela diz: “*não tô bem não, às vezes tô, às vezes não, deixei os meus filhos para trás com a minha mãe, venho me perder aqui, sei que aqui as vezes é meu lugar, meu povo, mas tem meus filhos né gata? Eles não são daqui*”. Neste meio tempo ela pegou uma pedra de crack de dentro da pochete que tinha na cintura, e falou: “*uma menina bonita como você não quer pedra, vou virar aqui por respeito a você*”. Eu disse, fica de boa, não se preocupa comigo não, por mim é tranquilo, então ela traga o cachimbo, e em um minuto, a expressão dela muda um pouco e ela fala “*a brisa é muito louca, você não pode, mas a brisa é foda*” eu digo, imagino. Ela foi silenciando e ficando com o olhar distante, eu me virei para Eliana, que me apresentou um homem um pouco mais velho, branco, ele tocava uma flauta maravilhosamente bem, ela disse “*este aqui é o maior flautista que eu conheço, um artista de verdade*”. Eu deixei terminar a música e o cumprimentei: “*parabéns o senhor é incrível, onde aprendeu tocar tão bem assim?*”. Ele: “*na vida, aqui na cracolândia tem de tudo, está achando que é só crack é, aqui a gente aprende tudo*”. Eu respondi: “*imagino, tô vendo que aqui é um mundo de coisa*”.

Me voltei novamente para a Vanessa que já estava com uma expressão de deprimida, pediu para eu levá-la a um tratamento, perguntei a ela o que ela precisava, o

que estava sentindo, e ela: *“preciso de tudo, nois que é preto precisa de tudo, mas tem tudo também”*. Eu falei: *“é verdade, mas agora o que você quer?”*. E ela: *“quero me internar”*. Nisso Eliana já estava acompanhando a conversa. Eu propus a ela que levássemos Vanessa ao CATROD<sup>7</sup>, Eliana disse que sim. Vanessa virou e falou: *“então eu tô a fim de ir, mas não agora, quero curtir um pouco mais a brisa, e deixar cair a noite”*. Era por volta das cinco e meia da tarde. Eu disse: *“então não vou poder esperar cair a noite não, vamos agora”*. Ela responde: *“então fica de boa, toda hora é hora, eu vou depois”*. Eu e Eliana concordamos que tudo bem.

Levantamos do paredão e caminhamos mais um pouco, encontramos novamente Willian, já com uma expressão muito parecida com a da Vanessa quando ela deu um trago no cachimbo. Eu disse a ele: *“e aí Willian firmeza, tá de boa aí?”*. Ele: *“melhor impossível, mas agora o monstrão já tá a mil”*, com uma voz um pouco diferente. Eu respondi: *“demorou, curte a brisa aí”*. Ele: *“não é brisa não, é os efeitos do submundo, tem muita coisa a ser vista e a ser reparada, agora todo mundo tem uma conta a pagar”*. Fiquei só olhando, logo Eliana diz: *“vichi! Já bateu pesado, já meteu até a voz do apavoro, ele é assim toda vez que tá na brisa vira o pensador com esta voz de cabuloso”*. Seguimos pelo fluxo, muitas interações acontecendo, uma moça com uma caixinha de som no ombro parou, e cumprimentou a Eliana. Elas conversaram por um tempo, as barracas armadas com pessoas dentro faziam bastante barulho como se estivessem confraternizando, uma briga de um casal começou há alguns metros de distância e a moça do som saiu correndo e dizendo: *“ninguém vai bater nas minas aqui não”*.

Me lembrei novamente do meu irmão, passei o olhar em todas as direções do fluxo e não o vi. A briga do casal silenciou e a moça do som retornou em nossa direção, mostrando uma cicatriz imensa no braço e fala: *“aqui foi em uma briga com homem, não tem arrego aqui não, é só na tijolada, quer ser machão vai ser em outro lugar, aqui na cracolândia o papo é outro”*. Fomos andando fazendo o caminho de volta, passamos novamente pela feirinha do rolo, logo em seguida algumas carroças estacionadas e alguns cachorros em volta, como se estivessem cuidando. Neste percurso de volta, quando saímos da rua Helvetia e chegamos na Dino Bueno eu percebi montada a tenda de banheiros públicos na esquina, e saindo da tenda Zezé, só neste momento me lembrei que Eliana havia combinado com ela de se encontrarem para ir ao ambulatório. Na verdade,

---

<sup>7</sup> CATROD (Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas), programa do governo estadual, que trata de dependentes químicos.

foi uma grande sorte, porque elas não marcaram em nenhum lugar específico e nem Eliana estava atenta ao horário, o movimento de saída do fluxo foi mais meu do que dela.

Zezé perguntou a Eliana sobre o dinheiro e ela respondeu que não tinha feito o corre para conseguir ainda, mas que como ela tinha combinado, era só a Zezé ir até o ambulatório com ela, que ela iria ligar para uma pessoa levar o dinheiro. Zezé concordou e fomos. No caminho até o ambulatório, que fica na frente da Praça Princesa Isabel, fui conversando um pouco com Zezé, perguntei sobre seus machucados, se seu pé estava doendo muito:

*(Zezé) Dói pouco, o do filha da puta que me bateu, deve está doendo mais.*

*(Amanda) Mas o que aconteceu, porque vocês brigaram? ”.*

*(Amanda) Olha tanta coisa, que você nem imagina, a vida da rua é foda, eu era linda, a mais bonita de todas as meninas que tem por aqui, tinha um salão de beleza, tomava os meus hormônios, era uma mulher de verdade. Ninguém falava que eu não era uma mulher. Agora tá tudo difícil, já fui presa várias vezes, tô devendo a um pessoal que quer me pegar. Tá foda, hoje eu vou nesta internação, se a Eliana conseguir o dinheiro quero que a minha vida mude, mas assim, viver aqui também é um jeito de me manter viva. Nois sofre discriminação e tudo, mas também consigo trabalho e gente que gosta de mim como a Eliana*

*(Amanda) Imagino o como deve ser difícil para você, todas estas experiências devem deixar marcas né? Você acha que isso define muito do seu modo de pensar e sentir como uma mulher negra?*

Ela pensou um pouco para responder, acho que a pergunta a deixou um pouco confusa, mas ela não perguntou nem me pediu explicações. Só demorou um pouco para responder e disse:

*( Zezé) Olha, eu sei que sofro muito, na cadeia era foda, as bichas brancas eram bem femininas e isso era como se eu fosse mais masculino que elas. Aqui na rua é um pouco assim também, agora que não tô tomando mais hormônios, e muitas vezes sei que tudo é mais difícil, mas é como se eu fosse mais forte, os polícia me bate mais, más é como se doesse menos, é como se eu fosse mais forte, porque eu não tenho medo, é assim que me sinto.*

Chegamos ao ambulatório, Zezé e Eliana entraram.



Tratar do tema relações raciais não é algo simples, porque implica na marcação do corpo como algo relevante às suas possibilidades. Em campo pude perceber o quanto delicado era apontar a raça da pessoa, em meio a uma pergunta, por exemplo. A marcação do corpo da Zezé como uma mulher negra, eu que fiz, é o meu interesse de pesquisa, não sabia como seria aceito, se ela concordaria ou não com esta afirmação. Zezé é uma mulher de pele clara, cabelos cacheados, mas não tão crespos, seria a típica parda. Mas, a marcação do corpo da outra como branca, foi ela que o fez, no momento em que eu marquei o corpo dela, ela fez a relação dos corpos e das possibilidades que eles mobilizam sendo brancos e negros(a).

As feridas no corpo da Zezé, que tanto me chamaram a atenção, o que inclusive sempre me chama a atenção nos corpos negros(a) na rua, me pareceu que se tratava de mais do que um machucado aparente, e por mais que seja difícil a compreensão racial destas feridas, o corpo é marcado por feridas físicas que sempre encontram um campo conceitual, ainda que a narrativa racial não seja mobilizado pelos(a) interlocutores(a) de modo geral, elas vão aparecer, nas razões, motivos, explicações relativa as histórias das feridas. A Zezé, foi a busca destes conceitos, para somar a marcação do seu corpo, apesar dela não se apropriar da narrativa racial e responsabilizá-la por determinadas vulnerabilidades ou mesmo por sua força, ela torna evidente que a dor é menor por ser mais forte, mas ser mais forte a torna alvo de mais pancadas. O corpo negro(a) dela é mais masculinizado por falta de hormônios femininos, mas antes disso, pela ideia de que ela precisa ser mais forte, menos passível de uma feminilidade que requer humanização, algo negado ao corpo preto(a).

As dimensões em que possa ser possível atrelar o ponto incomum destas trajetórias em marcas raciais nos alude a um olhar atento aos seus fragmentos. Poucos foram os apontamentos diretos dos interlocutores(a) sobre sua vulnerabilidade racial. Nas histórias que trago acima, apenas Vanessa pontua seu corpo negro(a) como fonte de dor. Willian na primeira pergunta recusa a marcação, para logo em seguida se recordar de algo que através da minha marcação ele associa. O que pude perceber é que na prática da vida, a cor da pele se marca nas práticas do cotidiano.

As abordagens sobre o ser preto se consolidam nas pesquisas, mas se materializam nas pancadas a mais que a Zezé recebe, e em seu menor direito sobre sua feminilidade, na prisão por tráfico que Willian é condenado, apesar de estar em posse de uma pequena quantidade de substâncias ilícitas. E nos faz pensar em uma outra

circunstância, quem sabe, se fosse um rapaz branco caminhando em ruas também brancas em sua localização geográfica, não conotasse uso ao invés de tráfico, a quantidade de substâncias que o Willian carregava. Notei que Larissa apesar de muito rápida em sua conversa, usava um chinelo de dedo bem surrado, em que um dos pés estava com uma correia amarrada, antes de sair tratou de pegar uma marmita, das que estavam sendo distribuídas na praça, para garantir o almoço, não posso me antecipar sobre suas reais vulnerabilidades, mas impossível seria deixar de observar que se tratava de uma mulher negra, e isso me fez imaginar, quais histórias ela carrega consigo?

Mas se a estas trajetórias é necessário trazer à tona suas fragilidades associadas à dimensão racial, também a elas podemos elencar uma determinada partilha de crença na vida, em seus próprios corpos. Se havia quem atrasa, também há quem adianta para Larissa; a autoconfiança de Willian em sua própria independência e capacidade de diversão e ação; a relação com o território como seu próprio povo para Vanessa e na capacidade de ser forte para Zezé. Jaz aqui uma porosidade, que pretendemos acompanhá-la em suas múltiplas perspectivas no desenrolar da cidade.

Assumo na dissertação a articulação entre o envolvimento de minha trajetória pessoal com a pesquisa, os movimentos de meu corpo pelos trajetos e percursos pelos quais passei em campo, que em muitos momentos se confundiam às minhas ações do viver. Contextualizo Jeremias, meu irmão, sua presença como agente de meus impulsos sobre a escolha do campo e objeto de pesquisa, e nesta dimensão o modo como me objetifico, uma vez que cada uma das linhas escritas perpassam as minhas experiências de irmã e pesquisadora que se encontram, e também se descobre no encontro com o campo em um processo de sujeição e sujeita.

Perpasso minhas experiências me marcando como uma negra mulher, que não caminha sozinha, nem na vida, nem na escrita. Por isso evoco as minhas mais velhas, mais novas e contemporâneas, na vida, na academia, no campo e na luta. Traço a marcação do meu corpo de mulher entre mulheres, que se configura em um texto/corpo. É nestas misturas de experiências que se encontra a porosidade da pesquisa, e seus modos de capturas, que em muito se significa como nos ilumina Conceição Evaristo (2005) em “escrevivências”.

Instituída pela potência da escrita que também configura novas maneiras de existir que não aquelas instituídas pelo histórico escravagista e colonial, busco a criação

de um campo simbólico que entrelaça história, memória e experiência. “Escrevo. Deponho. Um depoimento em que as imagens se confundem...” as experiências traçadas entre o viver, sentir, e descrever, incorrendo em uma análise não mais em terceira pessoa onde o “eles” se contrapõem ao “nós”, mas em um constructo em que a “... escrita e o viver se con(fundem), sigo eu nessa escrevivência”(EVARISTO, 2009).

Nesta arena de percursos e trajetórias procuro contextualizar as angústias do meu lugar de irmã, que se mistura aos dados da pesquisa, estes cruzamentos geram dúvidas sobre a legitimidade das teorias promovidas por minhas análises. Dúvidas estas, que procuro assumir problematizando e lembrando junto a Carolina Maria de Jesus que “*Eu disse: o meu sonho é escrever / Responde o branco: ela é louca/ O que as negras devem fazer/ É ir pro tanque lavar roupa*”(JESUS, 1996, p, 201), porque o que se tem, não são escritas legítimas, mas sim, legitimadas, e por tanto caminho com bel hooks quando diz:

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a nos separar da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade (HOOKS, 95. P, 466)

É na inquietação sobre a experiência inquietante que meu irmão lida com sua vida, que traz demandas e gestão, mas também me possibilita colocar em xeque as insurgências de corpos que não conseguem manter-se sobre a dinâmica da cidade apenas como ela o é. Ao analisar o modo de trânsito que as pessoas que ocupam o espaço da “cracolândia” vêm lidando com sua relação social, é possível perceber que há aspectos relacionais onde suas trajetórias se cruzam. Estas relações que se configuram muitas vezes por uma série de marcas, que poderíamos entender através dos marcadores sociais das desigualdades, mas que se configura em maior dimensão no marcador racial, se trata em sua grande maioria de pretas e pretos, e neste ponto elencamos nossa análise. Tanto em sua subjugação e criminalização por parte da sociedade e Estado, mas também em sua agência por desenvolver um modo pelo qual experiência a cidade. A questão é para além do que é possível ser visto, há um ponto em comum no movimento de estar em inconformidade com o movimento da cidade.

O território da "cracolândia" o qual o nomeio com aspas, por entender que o crack não é o principal componente daquele espaço, onde pude perceber também comunitário em experiências e trânsitos que se misturam a existências resistentes. Muito mais se caracteriza por um fluxo de trajetórias e relações e o uso da substância crack não poderia ser a definidora de tais interações. O território apesar de estar situado na região da Luz, não tem um endereço específico, sua localização se dá entre ruas e avenidas; Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero, Rua Mauá, Estação Júlio Prestes, Alameda Dino Bueno, Praça Princesa Isabel e rua Glete. Minhas experiências de campo, se deram com o fluxo ocupando a Alameda Claveland e a rua Helveita até o cruzamento da Dino Bueno. A frente da estação Júlio Prestes e a rua Glete são áreas bem ocupadas e de grande trânsito de pessoas que estão no fluxo, mas a concentração de pessoas não se estendia até elas. A depender da gestão da prefeitura e das ações de repressão policial, o fluxo vai se movimentando. Também é importante ressaltar que apesar de ter pessoas que ficam por muitos anos no território, não é uma única dinâmica, os acontecimentos se dão entre idas e vindas.

Portanto inicio o primeiro capítulo colocando em evidência minha corporeidade através da história do meu irmão Jeremias, o apresento por entre as complexidades de seu corpo preto e suas ações e reações. Na sequência muito misturado a isso, as minhas próprias implicações de uma negra mulher, que não está isenta nem na escrita nem na realidade, posto que, como irmão e mulher negra a dita guerra às drogas me atinge em todos os aspectos por se tratar de uma guerra racial, que neste momento se articula em especial para criminalizar mulheres negras dado ao seu alarmante encarceramento.

E assim sigo até o desdobramento da guerra às drogas hoje no Brasil, uma guerra racializada. Apresento a mudança da lei de drogas e seus impactos no superencarceramento de homens e mulheres negras, ao qual nomeio, a guerra às drogas é uma guerra a pretas e pretos. Entendendo que os mecanismos de penalização reconfiguram as normas de criminalização através da mudança da lei de drogas, esta que em alguma medida foi tida como um avanço na perspectiva de como se compreende o problema das substâncias ilícitas no Brasil, despenalizando o usuário, se torna uma completa ferramenta de encarceramento de pessoas negras. Porque se antes era possível enquadrar por uso destas substâncias, agora a estes corpos previamente julgados e condenados por serem racializados, só restou o crime de tráfico, portanto o mecanismo

de caracterização sobre ser traficante ou usuário, passa a ser uma questão de corpo e território.

A guerra às drogas no Brasil é uma violenta guerra de prisão e morte, que garante todos os mecanismos de violência possíveis e inimagináveis. O corpo criminaliza o território e o território ao corpo, a licença que as forças de segurança têm para invadir os territórios pobres e cometer o que hoje chamamos de genocídio da população negra. É com a desculpa de estar caçando traficantes, e por isso legitimamente, invade, mata e tortura pessoas negras com uma grande aceitação social destas ações, e até mesmo da morte destas pessoas. Afinal se está matando “traficantes”. Desta mesma forma a incursão sobre os corpos negros em outros cantos da cidade é legitimada por ele pertencer a um determinado território, “se mora ali, alguma coisa boa não é”.

No segundo capítulo, faço uma descrição detalhada das experiências em campo e das histórias de vida das(os) interlocutoras(es). Entendo que este é o momento de trazer à tona suas próprias vozes, mesmo que estas obviamente ecoem junto a minha. Como pano de fundo a minha estratégia de inserção, trago o mapeamento dos percursos e as trajetórias de alguns interlocutores(a), com o objetivo de traçar os marcadores da corporeidade negra e suas sociabilidades diante da condição racial. Partindo da explicitação de minha posição em campo articulo uma *etnografia e histórias de vida* para descrever trajetórias institucionais dos usuários e a compreensão dos aspectos em que é possível perceber a marcação racial como um expoente importante na relação com a rua, a sociabilidade em relação a cidade e ao território da “cracolândia, chamando a atenção destas histórias ao contexto da dita guerra às drogas.

No terceiro capítulo, desenvolvo uma discussão em torno da corporeidade negra interligada à noção de território. Através da noção de territorialização do corpo e corpo território, analiso a dimensão de quilombo pensada a partir da “cracolândia”. Traço os marcadores dos corpos, que na construção de sua imagem resiste ao existir. Tais aspectos torna possível, como em uma encruzilhada, entrelaçar corpo, território e identidade, partindo desta corporeidade negra(a) exploramos outros modos de pensar o espaço “cracolândia”.

Compreendo que acima de tudo há um trânsito de corporeidade, de movimento, que se intersecciona ao movimento da cidade. Observa-se que oito em cada dez usuários regulares de crack nestas cenas são negros, e é possível pensar na “cracolândia” como um

espaço de refúgio de pretos e pretas, já marcados na cidade, pela ausência de possibilidades de estar em outros cantos. Desta forma, sugiro compreender a “cracolândia” como um quilombo urbano. A proposta desta conceituação não seria romantizar ou mesmo super qualificar tal espaço, mas trazer à tona a premissa de território, que se formula enquanto tal, acima de tudo, pelo conjunto de relações que ali se forma, transitando pelo espaço. A perspectiva de existência é intrínseca, porém a existência traz em si a concepção fundamental de resistência. Resistir à exclusão, ao medo, à solidão, à fome, ao frio e à morte. Abordo a noção deste território como uma comunidade que em alguma medida, se estabelece como locus de alteridade em relação à cidade.

### 3. Problema de pesquisa

Em uma pesquisa sobre “branquitude”, da antropóloga Lia Schucman, ela demonstra o quanto os sujeitos brancos são claramente privilegiados exclusivamente por sua cor. Como o caso de um morador de rua branco que conseguia entrar no shopping para usar o banheiro. Ao ser questionado: “ser branco? ah ser branco é poder usar o shopping para cagar” (SCHUMAN, 2012, p. 76). A autora aqui nos traz as complexidades de ser negro, uma vez que tal condição é estabelecida em relação ao que é ser branco. Mesmo no extremo da vulnerabilidade faz diferença ser branco. Nesta perspectiva seguiram-se muitas das minhas entrevistas para esta pesquisa. Na verdade, apesar de também ter entrevistado algumas pessoas brancas, e estas se mostrarem de grande importância, entendi que a minha grande questão era compreender como é ser negro em meio a sociabilidade da rua, do território da “cracolândia”.

Oito em cada dez usuários regulares de crack são negros; oito em cada dez não chegaram ao Ensino Médio; 40% deles estão em situação de rua e 49% já tiveram passagem pelo sistema prisional (GARCIA, 2016). A super representação do corpo preto nesse lugar de tanta precariedade nos dá conta de que a estrutura que naturaliza os corpos negros em diversos campos institucionais do “não lugar”, com pouca escolaridade, nas favelas, nas ruas e nas cadeias, tende a não captar o problema dessa desvantagem estrutural. Portanto, é possível pensar nestes espaços como lugares, contudo, são lugares que “não deveriam existir”, lugares de combate social. A característica do “combate” das próprias políticas públicas, como no caso da guerra às drogas, que adota essa postura naturalizada: a corporeidade negra é tida apenas como um dado.

Temos que destacar *raça* como uma categoria e chamar a atenção para como, por um lado ela é apagada enquanto centralidade de debates importantes, mas por outro existe e se configura como fato social, nos fazendo perceber o quanto esta representação do corpo preto configura a própria noção do território. Nas entrevistas feitas na região “cracolândia” com pessoas dos entornos e os comerciantes, em diversos momentos, a resposta dada era que as pessoas em situação de uso na dinâmica fluxo precisavam ser esmagadas como baratas. Conforme Heitor Frúgoli Jr, “um desdobramento recorrente dessas falas seriam, sinteticamente, o seguinte: ‘tirando os nóia(s), (o bairro) é bom’”

(2012, p. 3). Se a “cracolândia” é construída por pessoas e suas redes mais que um espaço determinado, acabar com ela é agir sobre esses corpos.

Nesta relação de necessidade de completo extermínio desta figura de incômodo que o “nóia”<sup>8</sup> representa, é marcante observar que este repúdio se dá assim com tamanha intensidade para este corpo preto. A representação do corpo branco nestes contextos gera pena, uma solidariedade que em alguma medida até se transforma em mobilização. Em minhas entrevistas no território, uma das respostas mais comuns sobre a marcação do corpo branco era o *mangueio*<sup>9</sup>, dar mais dinheiro quando se tratava de pessoas brancas pedindo; “as pessoas tem mais dó deles e dão notas maiores”<sup>10</sup>. Também temos os casos de grande repercussão como o do mendigo gato, e da modelo<sup>11</sup>, que foram flagrados em cenas de uso públicas. Um homem e uma mulher brancos vão parar na televisão, tamanha a incoerência daqueles corpos habitarem tais lugares. A presença de pessoas brancas existe, mas elas são também marcadas pela diferença de tratamento. Não se trata aqui de não considerar o sofrimento destas pessoas, entendemos que a carga de estar na rua em tamanha vulnerabilidade é algo muito difícil, para qualquer um. Mas a intensidade da presença do peso de seu próprio corpo, como disse Cida Bento<sup>12</sup> “um corpo que atrapalha, que não permite que a sua existência seja significada para além daquela aparência”, esta questão é apenas vivida pelas pessoas negras.

Conforme Leon Garcia, “traçando um paralelo com a história do crack nos EUA, cabe indagar em que medida o pânico social criado em torno do crack contribuiu para o encarceramento e morte de centenas de milhares de jovens brasileiros pobres, em sua maioria negros, nos últimos anos no Brasil” (2016, p. 14). Isso nos permite pensar na seguinte questão: será o crack a real justificativa a partir da qual estes sujeitos são avaliados ou, anterior a isso, haveria uma moral na seleção dos corpos tratados como de pouco valor social? Mais do que isso, o mesmo pânico social possivelmente contribuiu para estender a todos os jovens (negros) das periferias brasileiras, os preconceitos criados

---

<sup>8</sup> O termo “nóia” é utilizado para identificar de forma estigmatizante os usuários que consomem substâncias ilícitas na região da “cracolândia”.

<sup>9</sup> Mangueio é o ato de pedir dinheiro, esmola.

<sup>10</sup> Caderno de campo: 13/08/2020.

<sup>11</sup> Histórias disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/das-ruas-a-recuperacao-mendigo-gato-relembra-a-luta-para-deixar-o-crack.ghtml> (Acesso em 09/10/2020) e <https://vejasp.abril.com.br/cidades/loemy-centro-recuperacao-dependentes/> (Acesso em 09/10/2020)

<sup>12</sup> Cida Bento é uma mulher negra, Dra. em psicologia, militante do movimento negro e uma das fundadoras e diretora da ONG CEERT (Centro de Estudo das Relações de trabalho e desigualdade), uma organização preta, que atua a 30 anos. Esta fala foi feita em um dos eventos organizado e dirigido pelo CEERT.



a partir das fantasias sobre os “crackeiros” (GARCIA, 2016). Criando dispositivos de poder que produzem a diferença entre o “nós” e o “eles”, podemos argumentar como faz Laura Moutinho (2014), que a observação entre o “nós” e o “eles” não está posta, mas é algo a ser descoberto. Nesse sentido, é possível observar as entrelinhas e os marcadores sociais que permitem circunscrever a marcação da corporalidade negra na circulação destes espaços. Em uma lógica de relações que são atravessadas por estigmas que podem já denotar determinadas reações que o tornam muito mais facilmente um corpo “abjeto” (RUI, 2012) e com isso já predefinindo políticas de “fazer sumir” (MALLART, MATTAR & TELLES 2017).

A disseminação da ideia de uma “cracolândia” que precisa ser resolvida reduz a complexidade de vidas, relações e sujeitos a um suposto espaço, e o crack se torna central na existência desses sujeitos. Entender os dados sobre a representatividade de pessoas negras (em cenários como a “cracolândia”) é algo possível de se avaliar em uma perspectiva política, mas compreender como isso se operacionaliza na vida destas pessoas é algo ainda muito mais difícil de indicar. Nesse sentido, Laura Cecilia López mostra-nos que o racismo teve uma configuração institucional, com o Estado legitimado historicamente pelo racismo institucional (LÓPES, 2012). Portanto, é importante compreendermos as características do racismo institucional e estrutural como um dos elementos classificadores de uma população como a da “cracolândia”. É preciso pensar que, para além de problematizar o crack, temos que problematizar os mecanismos de inclusão e exclusão, e partindo daí, observar a relação entre crack e racismo.

A literatura antropológica que trata dos marcadores sociais em contextos urbanos tem enfatizado a necessidade de problematizar as intersecções entre territorialidade, instituições e corpo. Heitor Frúgoli Jr. e Enrico Spaggiari (2010) argumentam, por exemplo, que por “cracolândia” não devemos pensar em um território específico ou fixo, mas em “territorialidade itinerante”. Nessa mesma linha de argumentação, Taniele Rui (2014) utiliza-se da categoria nativa “fluxo” para dar conta da circulação de pessoas, objetos e relações nesse território, reforçando a ideia de sua dinâmica.

A dinâmica do território deve ainda ser vista em sua intersecção com a questão do uso das substâncias ilícitas (RUI, 2012; ADORNO, 2016; MARTINEZ, 2016) e ao tratamento dos “dependentes” do crack (FROMM, 2014). Essa questão desdobra-se, por sua vez, nas instituições e suas estratégias repressivas e disciplinadoras (SOUZA, 2015; MATTAR, 2016). Neste contexto, o trabalho de Taniele Rui (2012, 2014) procura

problematizar as categorias de “corpo abjeto” para descrever o que ela chama de “definhamento corporal” dos usuários de crack, os “nóia”, para circunscrever a especificidade dos sujeitos desse território. Para tanto, aqui nos interessa entender as dimensões de corpo, destes sujeitos, que tende a ser marcada em primeira instância pelo que podemos chamar como uma localização racial. Traçar a marcação institucional destes corpos, é também entender, seus encontros não pela dimensão que o crack consegue exercer, mas pelo o que seus corpos exercem como sujeitos de uma estrutura cujo o marcador racial se sobrepõe aos demais.

Trata-se, portanto, de um marcador social fundamental para compreendermos um conjunto de relações e complexificar o debate: a nosso ver, esse marcador racial aparece na literatura sobre o território pesquisado, como um problema secundário e merece uma investigação aprofundada. A pesquisa de Rui, por exemplo, contribui para pensarmos alguns desses problemas: “por tudo isso é que se pode dizer que, nas ruas a sujeira é o atributo mais destacável, mas até que a cor da pele” (2012, p. 266). No entanto, os dados observam que mais de 80% desta população é negra, e, nas trajetórias dessas histórias de vidas, a marcação racial se dá em campos muito anteriores ao da exposição ao uso de substâncias proibidas, em cenas de uso público. Trazer à tona as experiências de Laura, Willian, Zezé, Vanessa, Jeremias e Savana, interlocutores negros e negras, nos mostra como suas vidas se misturam muito antes da dimensão da sujeira exterior, mas a que a própria pele já exerce. Portanto, a sobreposição da sujeira como uma das marcas da exclusão isoladamente não seria capaz de dar conta do problema racial. Ao olhar estas histórias, é necessário pontuar o modo como o racismo se encontra articulado à prática de criminalização dos usuários de crack e não apenas ao uso da substância ou sua vinculação ao cenário de exposição à rua e outras vulnerabilidades. Carl Hart elucida o problema nos seguintes termos: “o que posso afirmar como certo é que no meu bairro, muito antes da introdução do crack, diversas famílias já eram dilaceradas pelo racismo institucionalizado, a pobreza e outras forças” (2014, p. 25).

Considerando a perspectiva interseccional como um meio para pensar o modo como a institucionalização do corpo negro está sempre ligada a uma série de práticas violentas, evidencia-se que os processos e percursos pelos quais passaram estes sujeitos reforçam o argumento de que não podemos separar o corpo, Estado social ou penal e a marginalidade urbana, mas “captá-los e explicá-los em conjunto”, em suas mútuas imbricações (WACQUANT, 2008).

Neste sentido, compreender tais relações está diretamente vinculado à territorialidade da “cracolândia” e suas formas de tratamento estão direcionadas às muitas formas de alteridade que este território itinerante produz. Michel Agier nos elucida o quanto é importante “tomar as fronteiras como eixo de observação e ponto de partida da reflexão, entendidas como espaços intermediários, como limiares e limites, como momentos de incerteza e indecisão” (2012, p. 11, tradução nossa). Assim, deste ponto de vista qualquer antropologia das margens urbanas descobre o seu verdadeiro sentido em uma antropologia às margens do Estado” (AGIER, 2011, p. 40).

Taniele Rui (2012) elenca três dimensões sociais que os corpos em situação de rua produzem: gestões, territorialidades e alteridades. A primeira trata do aparato institucional que produz controle e categorização das pessoas. Dada a errância desta população, a segunda dimensão tem como foco a atenção a “como a materialidade da cidade pode exercer um papel fundamental no domínio das micropolíticas de controle e poder que envolvem a situação de rua” (RUI, 2012, apud FRANGELLA, 2016, p. 13). Isto é, como os aparatos de gestão, auxílio e repressão apontados na primeira dimensão estão atrelados ao perambular dos usuários pelas ruas e, neste sentido, têm que ser apreendidos de forma articulada com a movimentação da territorialidade. A terceira dimensão, por fim, trata do olhar para a vivência das pessoas nas ruas, os enunciados classificatórios, o confinamento corporal e as formas de existência que resistem aos ou reverterem os processos que as cidades os impõem. Se a rua é o lugar no qual o mover-se persiste, através e no revés dos mecanismos do poder urbanístico” (FRANGELLA, 2016, p. 13), a “cracolândia” produz também outros modos de estar nas ruas, ou seja, alteridades.

## 4. O que é guerra às drogas

### 4.1 O meu irmão Jeremias: minha corporeidade na mira

O encontro com a história do meu irmão não é algo que eu consiga contar com qualquer dimensão de linearidade, ainda que eu a tenha acompanhado de forma muito próxima. Aqui no exercício de escrevê-la, percebo que nada mais do que fragmentos, é o que eu consigo lembrar e talvez descrever.

Somos baianos, de uma cidade chamada Jequié, no interior da Bahia. Jeremias, meu irmão, é cinco anos mais velho que eu. Da nossa primeira infância me recordo dele ser o mais escuro entre nós, os irmãos(a). Somos sete, cinco meninas e dois meninos. O maior contraste de cor de pele era entre Carolina, uma das minhas irmãs e Jeremias, ela a mais clara, um tom de pele que na Bahia descrevemos como gaza, uma cor meio amarelada e Jeremias com a pele bem escura, mais do que todos os outros irmãos. Não lembro exatamente o que isso queria dizer, mas lembro dela ser considerada a mais bonita entre as meninas.

Me recordo de Jeremias ser sempre lembrado por ser guloso bem desesperado por comida, muito chorão e respondão. Não sei se por isso, mas também me lembro dele ser quem mais apanhou do meu pai. Não me lembro exatamente em qual fase, se criança, adolescente ou adulto, mas me recordo dele falar que apanhava mais por ser preto e que nós não éramos. Chegou um determinado momento que esta frase passou a me afetar de uma tal maneira que choro enquanto escrevo. Tenho plena certeza que não me chocou quando eu ouvi, me lembro de ter refutado de alguma forma, mas hoje o efeito é de um nó na garganta.

A passagem para adolescência é algo muito mais marcante. Jeremias sempre foi o rebelde, me recordo da primeira vez que minha mãe descobriu que ele usou uma substância, que o deixou com os olhos muito vermelhos e muito confuso. Foi um choque na família, nós estávamos morando na casa dos meus avôs maternos, e ele tinha voltado da casa do vizinho que morava em frente, o Milton. Jeremias começou a passar mal, ficou tonto olhos muito vermelhos, minha mãe correu com ele para o hospital. Quando voltaram, os médicos disseram que ele tinha usado algum tipo de colírio que deixava ele entorpecido. No dia seguinte pela manhã, a minha mãe pegou um fio de ferro para bater no Jeremias, não lembro direito se bateu, ela não era de bater, mas o meu pai era. Lembro

também dela ir até a casa do vizinho que era filho da Dona Adélia, comadre da minha mãe, madrinha de Carolina, e brigar muito, falar que ele estava dando drogas para o meu irmão. Isso custou a amizade entre minha mãe e Dona Adélia e até a minha avó, nunca mais elas se falaram. As famílias continuam próximas, mesmo aqui em São Paulo, nos encontramos em ocasiões de festas com as filhas de Dona Adélia que vieram para São Paulo também, mas as mais velhas nunca reataram a comunicação direta.

A experiência com as drogas foi algo que se iniciou aos treze anos e nunca mais parou. Jeremias se formulou como o adolescente rebelde que tinha grandes atritos dentro de casa com meus pais, brigas imensas com quebra-quebra e tudo mais. Minha mãe traz histórias de Jeremias quando muito pequeno, ir até o bar buscar cachaça para painho e dele beber um pouquinho. Quando foi repreendido por ela, ele disse que era para painho não ficar tão bêbado. O começo da minha adolescência ainda na Bahia e a passagem dele da adolescência para a vida adulta foi toda muito conturbada.

Nossa vinda para São Paulo, no ano 2000, foi decorrente de uma briga entre os meus pais. Minha mãe decidiu ir embora no final de semana da briga, e na semana seguinte já estava vindo, ela e a minha irmã mais nova, Maria, na época com 5 anos. E nós, os outros filhos, ficamos espalhados na família, cada um com um parente, menos o Jeremias que ficou na casinha onde morávamos com o meu pai. Me lembro de na época pensar muito como seria aquilo, se eles brigariam o tempo todo, um iria para cima do outro. Meu pai bêbado, Jeremias não sei exatamente como, mas sei que eles sempre se enfrentavam. Minha mãe veio em março para São Paulo e eu vim em julho, quatro longos meses em que eu sonhava encontrá-la, não queria vir para São Paulo, mas nunca consegui ficar longe da minha mãe.

Já nesta época, a condição do Jeremias me perturbava, apesar de achar ele muito culpado por ser respondão e ir para cima do meu pai e mãe, me perguntava como ele estava se virando, como ele estava comendo, o que seria dele. O meu avô, pai da minha mãe, não gostava muito do meu irmão e foi com quem eu tinha ficado junto a minha irmã mais velha, Iolanda, que já morava com meus avós. E neste momento, minha avó estava em São Paulo também visitando a minha tia e tio que já moravam aqui. Com isso Jeremias não podia ir comer lá conosco porque já tinha muitos conflitos estabelecidos entre o meu avô e ele. Jeremias foi o quinto a vir para São Paulo, vimos um por vez, conforme mainha ia conseguindo dinheiro e mandando para cada um vir.

Em São Paulo, foi muito rápido até Jeremias conhecer pessoas e logo se instaurar a dinâmica das brigas com o meu pai principalmente. Eram brigas muito grandes e violentas. Meu pai tinha um facão que sempre pegava e era uma imensa correria, para segurar um, tirar o outro. Jeremias conheceu os vizinhos que moravam na casa do nosso lado, eles trabalhavam em uma empresa de reciclagem que tinha no bairro e conseguiram um emprego para ele, esta foi uma fase de uma importante integração entre Jeremias e eu. Como eu sempre quis muito trabalhar, sempre inventava coisas para tentar ganhar dinheiro, comecei a fazer bolos e Jeremias vendia para mim, para os seus colegas de trabalho. Eu fazia e levava na hora do lanche e ele vendia e me dava o dinheiro. Lembro dele ajudar um pouco em casa com o seu salário, mas ainda assim tinha muitas brigas. O meu pai comprou para ele um som no crediário, que ele não pagou e aí, se somou mais um motivo de brigas. Em um determinado momento ele não conseguiu mais se manter no trabalho e saiu.

Mudamos de casa no mesmo bairro, minha mãe não estava mais conseguindo pagar o aluguel pois já tinha dívidas acumuladas, fomos despejados. Ela fora demitida por ter tido um derrame enquanto trabalhava como babá de gêmeos. Um pouco depois que mudamos, veio a primeira prisão do meu irmão. Foi preso com mais dois outros meninos por furto a um supermercado. A notícia foi muito difícil para toda a família, apesar de estarmos localizados em uma rua estigmatizada do Butantã, zona oeste de São Paulo, a rua era conhecida no passado por ter tido grandes conflitos com a polícia, e isso de alguma forma ser algo que já aconteceu com vários outros meninos, da rua ter uma venda de substâncias “ilegais”, nada daquilo era natural para nós, ainda éramos uma família do interior Bahia.

A institucionalização daquela notícia trazia a precarização da urbanização de um modo de vida, que ao menos para mim, parecia não fazer sentido, nunca tivemos controle, mas ali me sentia despossuída, desalojada. Era como se São Paulo, aquela cidade violenta que tanto víamos na televisão, tivesse realmente chegado até nós. Naquele momento, era como se tivesse recaído sobre nós o peso da cidade. Em um de meus encontros recentes com o meu irmão no Centro, ele me falou que só veio para São Paulo para conhecer as drogas e a dor.

A prisão foi muito difícil, tivemos que nos adaptar a uma série de lógicas, entender sobre o jumbo, nome que se dá às coisas que vamos mandar para ele na cadeia. Fomos nos adaptar aos percursos que tínhamos que fazer e estas informações só eram possíveis

conseguir com as demais famílias de presos, e famílias no feminino mesmo, eram sempre as mulheres que mobilizavam, toda e qualquer lógica do sistema carcerário. Na primeira visita ao CDP<sup>13</sup> de Osasco onde ele ficou preso, minha mãe e minha tia-avó que foram visitar, eu inclusive fui levá-las até lá, mas não entrei. Na saída, as duas arrasadas, disseram que a visita íntima foi muito difícil para elas, e pior ainda para outras moças que pareciam ser mulheres dos presos, por serem meninas novas pareciam ser muito mais deprimidas. As coisas que foram levadas por minha mãe e minha tia, uma parte não entrou por não estar no padrão da cadeia, comida em vasilhas que não era permitido entrar, roupas em cores que também não eram, e o desgosto de um filho e sobrinho neto preso. O ressecamento nas bocas delas marcavam o tamanho da angústia. Mainha logo pegou o macete da coisa, sempre que ela chegava ia compartilhar com as mulheres nas enormes filas o que podia ou não podia ser feito. O meu papel era sempre ajudar a organizar e comprar o jumbo, levar e buscar mainha, algumas vezes o meu pai foi, mas também nunca entrou.

Depois da primeira, vieram muitas e muitas prisões, e em meio a isso o uso contínuo de drogas, os problemas e brigas no bairro, os sumiços longos de casa, o começo das idas para o centro de São Paulo, as primeiras vezes foram desesperadoras. De repente, Jeremias passou uma semana sem voltar para casa, ficamos desesperados. Mainha foi ao centro de São Paulo procurá-lo. Em outras ocasiões de sumiço mais breves, três dias, ele havia dito que tinha ido para o centro, que lá tinha gente de todo lugar e que achava que lá era seu lugar. Foi um percurso até conseguirmos naturalizar por algum tempo a sua ausência, neste processo foram muitas tentativas de muitas coisas, internações compulsórias, CAPS, muitas internações voluntárias, idas à Igreja, missas com a Mainha culto por conta dele próprio.

Sempre que Jeremias voltava do centro chegava em casa, muito sujo, com um cheiro muito forte, bêbado, acredito que quando ele decidia ir para casa ele bebia mais, com muita fome e com muitas histórias. Em uma destas voltas, minha mãe insistiu para que ele procurasse Deus, ela é católica, dizia que era o que faltava na vida dele, ele respondia que não queria ir para a igreja dela, que o Deus dela era branco, a minha mãe disse a ele que, ele ia para o Centro para voltar cheio de histórias e conversas. Esta frase na época em que ouvi, já pude concordar com ela, mas quanto mais o tempo foi passando,

---

<sup>13</sup> Centro de detenção Provisória

mais eu fui dando conta de como a perspicácia desta construção está relacionada ao corpo negro dele, sua marcação no Centro de São Paulo e a politicidade de uma população de rua ou quiçá já relacionada ao próprio território da “cracolândia”.

A marcação da experiência racial do meu irmão se deu de muitas formas, ao contrário de todos nós que fomos nos reconhecendo negros. Ao rememorar as muitas experiências com Jeremias, porque eu estive em todas que eu descrevo, desde acompanhar as primeiras prisões, as internações, os CAPS, a relação com a rua e tantas outras, ele sempre marcou que era preto e por isso tudo seria mais difícil. Em uma das muitas internações, estávamos na sala de espera do CATROD (Centro de Tratamento de Dependentes Químicos, programa do governo do Estado) e aguardávamos para ele ser atendido, ele super impaciente querendo que tudo fosse mais rápido e eu conversando com ele pedindo para ele ter mais paciência, um dos seguranças ouviu e falou para ele: *“você acha que é todo mundo como você que tem uma irmãzinha que está a sua disposição é?”*. Logo Jeremias virou para o segurança e disse: *“é só porque eu sou preto que você está falando isso né, não fica pensando que eu não sei que vocês tiram a gente por isso, tem uma par de playboy que usa droga para caralho e pode ter família que ninguém acha nada demais”*.

Certa ocasião, num encontro no hospital, quando ele tinha quebrado o fêmur, já estava há três dias , muito sujo, deitado em uma maca quando cheguei, todos os funcionários da emergência me olharam. Uma das minhas táticas para estes encontros, é estar sempre muito bem arrumada. A enfermeira responsável veio ao meu encontro, e logo me perguntou: *“o que você é do Jeremias?”*. Eu respondi: *“irmã”*. E ela: *“irmã dele, sério?”*. Eu disse: *“sim, o que está acontecendo?”*. Ela: *“Olha o senhor Jeremias está há três dias aqui sem tomar banho, e agora resolveu fazer greve de fome, e não quer receber nada que as enfermeiras dão para ele nem remédio, ele acha que vai parar onde assim?”*. Eu disse: *“vou falar com ele”*. Na verdade, ele já estava ouvindo tudo, porque tudo se dava no mesmo espaço, um corredor. Quando fui falar com ele, ele já disse: *“a história não é como esta mulher está falando não, tudo que eu pedir para elas, elas não fizeram, eu estava morrendo de dor, pedi um remédio, elas falaram que era mania que não estava doendo tanto assim, depois eu pedi algo para comer elas falaram que não era hora de ter fome, ficaram me tirando todo o tempo, só porque nós é preto e de rua elas acha que nós não é nada, então eu falei que elas não precisa fazer mais nada para mim”*. Entrei



em um processo de mediação entre as enfermeiras e ele, e consegui que tomasse banho, comesse e ficasse medicado antes de eu ir embora.

Em outra situação, fui ao encontro dele para levar um pouco de dinheiro, o encontrei muito nervoso, estava ele e um outro rapaz branco. Me disse que estava voltando de uma confusão, que se não fosse o amigo dele mais branquinho e esperto, que o pessoal do bar tinha tratado ele como cachorro. Eu perguntei o que aconteceu, e ele disse que os dois foram em um bar, porque o amigo dele queria ir no banheiro, o menino entrou pediu para o dono do bar para usar o banheiro, porque eles não podiam entrar direto, o dono permitiu e o menino entrou, enquanto isso ele sentou na calçada para aguardá-lo. Saiu um homem de dentro do bar e o chutou, falou que ele não podia ficar sentado ali não, ele de costas não tinha visto exatamente quem era o homem, quando levanta já encontra o amigo em uma briga, cobrando o homem por ter chutado ele e falando que ele não era qualquer entulho no chão para ser tratado assim não, o homem entra novamente no bar e a briga se encerra. Fomos caminhando da estação da luz até a prefeitura neste trajeto passamos pela tenda de banheiros que foram instaladas pela prefeitura em alguns lugares do centro para a população de rua tomar banho, neste momento Jeremias dispara na frente e vai falar com a mulher que está na porta dos banheiros controlando quem entra e quem sai, e começou a gritar: *“ olha está aqui que você está vendo é a minha irmã, eu não sou nem um lixo não, ontem Amanda, eu tentei entrar aqui para tomar banho e ela não deixou, várias pessoas entrando e só eu não pude entrar”*. E a moça respondeu: *“é que não pode entrar para fazer bagunça não”*. E ele: *“mas porque eu iria fazer bagunça, eu só queria tomar banho como todo mundo, você achou que eu ia fazer bagunça porquê? Porque eu estava mais sujo ou porque eu era o mais preto?”*. A moça não falou nada, e eu insisti com ele que fossemos andando, continuamos e acabamos passando muito próximo do bar que ele tinha sofrido o racismo, ele insistiu que passássemos na frente para que eu visse quem foi o homem que chutou ele, eu disse que não, que não ia adiantar nada e que ele só ia ficar mais exposto, e a minha sensação era de uma impotência sem fim, me sentia muito pequena, apesar de perceber que ele me considerava grande.

Apesar de estar sempre bem vestida, de perceber que o meu modo de falar era persuasivo eu sabia que tinha muito pouco a oferecer, que aquelas cenas descritas e vividas por ele eram de ordem prática e que por mais corajosa que eu sempre pareci ser,

eu também sentia muito medo, um medo incutido na dimensão racial, o meu corpo se retroagia, enquanto o dele ia, não para a fala, mas para a briga.

Os encontros no território da “cracolândia” foram alguns, quase sempre decorrentes dos sumiços longos dele, que me mobilizou a procurá-lo, algumas vezes porque marcamos o encontro na Estação da Luz, ou algum ponto lá próximo, e por alguma razão acabávamos indo até lá. O que eu pude perceber é que ao contrário de muitas pessoas que estão no território e preferem que a família não o veja lá, esta não era uma grande questão para o meu irmão, ao menos comigo. Ele sempre quis que ouvíssemos com muita atenção o que as pessoas de lá estavam falando. Uma vez paramos e um homem começou a falar várias coisas desconexas, era um homem negro bem mais velho, eu continuei andando, a interação de estar no fluxo com o Jeremias sempre foi muito tensa para mim, ele segurou o meu braço e falou: “*ow, dá a atenção ao que o homem tá falando, tá pensando que ele fala bobagem é, não é não, só tem fita certa*”. Eu respondi: “*tá certo, eu sei, mas estamos atrasados, vai acabar o tempo que eu tenho aqui com você*”. Estávamos à procura de uma pensão para ele ficar, uma que fosse no território, mas eu não queria dentro do fluxo da “cracolândia”, algo que fosse próximo, mas não dentro. Esta foi uma das muitas ideias que tive para tentar mantê-lo mais seguro, já que ele só queria ficar ali, mobilizei a família para conseguir dinheiro e garantir um lugar para ele dormir, encontramos este lugar na avenida Rio Branco, mas ele não conseguiu ficar, depois de uma semana se desentendeu e saiu.

A circulação na “cracolândia” era marcante, porque o fluxo de pessoas se dava pela interação dentro e fora do espaço. A chegada e a saída estavam sujeitas a uma avaliação do meu lugar de mulher e negra, irmã quando era percebido pelos de dentro e pelos de fora que eu era, porque eu facilmente poderia ser outra coisa, como mulher ou namorada o que denotaria uma pior posição. Tinha um esforço da minha parte para marcar o lugar de irmã e eu percebia que da parte dele também. Ter uma irmã que se importa atribui valor ao corpo dele, que sempre é rejeitado como prerrogativa inicial, então sempre que nos comunicávamos ele ressaltava: “*esta é a minha irmã*”.

Levei uma vez o meu filho para procurá-lo comigo, fiz de caso pensado mesmo, ele tinha 9 anos na época e eu entendi que era importante que ele estivesse comigo e com tio, e também no território. Era como se eu pudesse ampliar a experiência de família do meu irmão no espaço dele, das pessoas e do mundo que ele estava, e no mesmo sentido

acreditei que daria uma experiência sensível para o meu filho em relação não apenas ao tio, mas a um contingente de relações que não podia se resumir na ideia de “craqueiro”.

Fomos de carro à procura do meu irmão que estava a um mês sem aparecer, entramos no fluxo da “cracolândia” e fomos até a tenda do programa De Braços Abertos, programa da prefeitura de São Paulo na gestão petista do prefeito Haddad, entrei na tenda e comecei a procurá-lo, Willian apesar de um pouco assustado, também procurava. Parei uma moça que trabalhava lá e fiz uma descrição dele, perguntei se ela tinha o visto, ela disse que não, mas que iria procurá-lo para mim. Continuei, de longe avistei o pé dele, na verdade vi um pé igual ao do meu pai, e logo Willian gritou: “*é o meu tio*”, de fato era. Quando ele viu Willian não acreditou, ficou muito feliz, conversamos ele perguntou o porque estávamos ali, eu falei que era para procurá-lo, e também perguntou o porquê de eu ter levado Willian, eu disse que era para ele ver o tio, ele ficou quieto, e a expressão do seu rosto saltou de contentamento. A moça que tinha ido procurá-lo logo nos encontrou, e eu disse a ela que aquele era o meu irmão, ela falou que ela já tinha visto de longe, pois éramos muito parecidos, aí ele ficou radiante. Percebi que, para ele, era a materialização da ideia de família, laço, lastro, a nossa presença trazia para ele a segurança de que era alguém, que vinha de algum lugar. Em muitos outros encontros anos depois, ele sempre lembrava do dia em que eu levei Willian.

Me organizo nestas memórias em que mobilizo todo o meu corpo, para pensar o negro corpo de meu irmão, e seus modos de gestão da sua existência através dele. Nesta análise compromissada em pesquisar, mas também com emoções, me interessa chamar a atenção para os enredos da guerra às drogas, através das experiências de meninas e meninos negros(a) como o meu irmão, em que muito dessas emoções se fazem através da marcação de sua imagem negra e que esta implica em uma “dor da cor”(CARNEIRO, 2011, p, 63), que não foi marcada não só e apenas nas pancadas mais violentas da polícia, porque eles(as) aguentam mais dor, mas já no desenvolvimento da sua relação com mundo.

Tais trajetórias como a do meu irmão que, em um determinado momento, se encontram com o uso de algumas substâncias e estas tomam sentido de modo que toda a atenção voltada a ele se ocupa apenas delas. Nestas nuances deste olhar, que aqui assumo como em construção, porque não é simples esta análise, onde na experiência de campo ou talvez na vida, na vida com o meu irmão, na pesquisa, na “cracolândia” em que pude aprender a olhar e também entender que está “dor da cor”(IDEM) não nasce ali na

vulnerabilidade da rua, mas na vulnerabilidade deste corpo no mundo e esta conduz a um campo de sentidos híbridos que nós negras e negros carregamos e que alguns de nós não se contenta em manter-se na posição de negociação para fazer parte da estrutura de alguma forma, mas imprime um rompimento com os modelos ofertados de vida e vai fazer outras coisas, muitas vezes intoleráveis, aos olhos de quem não consegue parar de negociar. A relação com a desordem em torno da ideia do crack ou mesmo da “cracolândia” se relaciona, mas a nós fora dela do que aos seus, porque a resposta que suas corporeidades dão é a da inconformidade com a cidade.

## **4.2 Imbricamentos de uma negra mulher e irmã na pesquisa**

Implicada pelo meu próprio corpo, entendo que rememorar é também evocar minha ancestralidade. Mulheres, familiares, acadêmicas, amigas das construções da vida que também são família, interlocutoras da pesquisa, todas que me perpassa, e como um único constructo escreve cada uma destas linhas comigo. Trago aqui a porosidade de minha história/pesquisa, que se configura em muito com a trajetória e o transitar de meu irmão, que agora enquanto escrevo continua por perambular nas ruas de São Paulo, em especial no Centro, na “cracolândia”, na Praça da Sé, e por aí vai.

Mas para falar de corpos como o do meu irmão, terei que tocar no meu próprio corpo, um corpo negro de mulher, e assim seguirei tocando no corpo de mulheres que me atravessa e que também encaro como trajetória da escrita. Entre todas que vou invocar, e que infelizmente não será possível nomear, porque se encontram escondidas nas entrelinhas de cada um de meus pensamentos, como minha mãe, avó, irmãs, tias, amigas sobrinhas, afilhada, primas e tantes e tantes, também terão minhas companheiras orientadoras, e autoras, estas aparecerão e pretendo com elas seguir uma escrita que denomino texto/corpo.

E assim sigo até minhas incomparáveis interlocutoras, a elas devo quase tudo, e aqui gostaria de já ressaltar algumas. Savana, Laura e Zezé, mulheres negras transexuais. Fabiana e Vanessa mulheres negras cis. Eliana, mulher branca. E como observa uma de minhas orientadoras Silvana Nascimento: “Sem possibilidade de invisibilidade ou neutralidade possíveis, nossos corpos habitam e cruzam caminhos de vida” (NASCIMENTO, 2019, p. 02). Minha pesquisa não apenas buscou mulheres como interlocutoras, veremos histórias de muitos homens, entre eles a do meu irmão, afinal a

guerra às drogas em especial os atinge, mas quero antes de mais nada considerar o meu próprio corpo de mulher negra, mãe, irmã, amiga, neta, sobrinha, dinda, tia, prima, orientanda e tantas outras performatividades pelas quais passo para aqui estar. Portanto, são os encontros e desencontros de um corpo de mulher negra cis, pelo qual perpassa cada pedacinho desta escrita e é através dele que eu a apresento. E assim me associo a bel hooks quando diz:

Se o testemunho pessoal, a experiência pessoal, é um terreno tão fértil para produção de uma teoria feminista libertadora, é porque geralmente constitui a base da nossa teorização. Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra as mulheres e criança, a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e a liberdade sexual, para citar algumas), nos engajamos no processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece. (hooks, 2017, p. 97)

Os corpos de mulheres apesar de não se comporem diretamente em maior número na estrutura da guerra às drogas, estes, na contemporaneidade vem crescendo como uma avalanche na relação direta com a criminalização pelo tráfico de drogas. Ao analisar a estrutura que configura este processo, em que mais uma vez a mulher negra é o principal alvo, um dos fatores importantes é o que a Donna Haraway vai chamar de “feminização do trabalho” (HARAWAY, 2009) Neste, as mulheres negras ocupam o lugar de trabalhadoras o que não é uma novidade, no entanto há um crescente lugar de vulnerabilidade familiar que se alia à condição das mulheres como chefe de famílias, que precisam se virar, entre a falta total de empregos e os subempregos. Trajetórias como a de minha mãe e tantas outras mulheres negras que muito aparecerão nas memórias de meus interlocutores como únicas em responsabilidades e possibilidade de colocar comida na mesa.

O encarceramento das mulheres depois da mudança da lei de drogas de 2006 aumentou mais de 500%<sup>14</sup>, o lugar da veracidade das prisões pelo crime de tráfico é um dos principais argumentos que mobilizamos neste trabalho, no entanto não é possível deixar de considerar que o “tráfico de drogas” também passa a ser um campo de trabalho para mulheres que têm o peso de sua família nas costas. Partindo da relação que se organiza em uma dinâmica de mercado, composta para primeiro responsabilizar as

---

<sup>14</sup> Tratarei da mudança da lei de drogas na sessão seguinte de forma detalhada.

mulheres pelo sustento dos seus filhos, depois a encurralá-la às piores condições de trabalho, e por fim, a encarcerar por tentar o sustento de sua família, por exemplo, trabalhando no mercado das substâncias ilícitas.

Nesta medida é possível pensar a mobilização das mulheres nestas múltiplas instâncias como estratégias de criminalização, em que muitas vezes se inicia no útero. E assim segue Haraway: “o fato de que um número crescente de lares é chefiado por mulheres está relacionado à raça, à classe ou à sexualidade” (HARAWAY, 2009, p, 70). A marcação da feminilidade neste cenário é de se compor, como responsável pela dor. A localização em que elas se encontram em ser responsável pela presença dos homens nestes lugares, como mães, mulheres, irmãs, tias e tantas outras, carregando o peso da criminalização em segundo grau, que a vulnerabiliza socialmente e emocionalmente gerando, angústias, medo e inúmeros sofrimentos, decorrente do “trabalho ilícito” deles, ou quando elas mesmas, estão na posição de criminosas. Mas nesta última, volta e meia as acusam de submissão aos homens.

A ideia de que a mulher ao desempenhar um determinado papel em um trabalho ilícito, como na venda de substâncias só é possível pensá-la como alguém que foi obrigada por seu companheiro, namorado, amante ou qualquer outra coisa assim, em que a sua real participação esteja relacionada ao seu corpo como ferramenta de utilização masculina, dando a impressão que sua necessidade ali acima de tudo é a satisfação do desejo do “seu homem”. Neste sentido, este modelo retira sua agência e esconde a demanda social que sempre foi relegada às mulheres negras, a de fazer a manutenção da existência da sua família/comunidade.

E preciso ressaltar que nossos corpos sempre foram corpos presentes, e que por tanto o processo de sujeição e sujeito é constituído através de uma lógica muitas vezes autônoma a nós, mas em uma relação frequente de tentativa de nos subjugar. Muitas vezes acusadas como quem precisa se submeter aos homens em suas ações ilegais, como se não houvesse uma necessidade real das mulheres, de dinheiro, enquanto provedoras que são de suas famílias, assim como ao silenciamento e não protagonismo de se sujeitar como sujeitas que somos.

Os traumas que os corpos negros carregam pelas sua experiência de existir são marcados por suas gerações, que, por sua vez, são atravessados pela escravidão. “Essa guarda de acontecimentos implica evidentemente uma memória grupal” (SODRE, 2017,

p. 92). Fernando, um de meus interlocutores do qual falarei mais extensamente no próximo capítulo, ao falar do tempo em que morou na rua, disse que sua mãe e pai também já tinham morando na rua, muito da sua infância foi marcada por temporadas morando na rua. Sua mãe, que era uma catadora de papelão, às vezes conseguia dinheiro para pagar o cortiço, às vezes eles tinham que dormir na sua carroça. No momento da entrevista, Fernando já estava fora da rua há quase um ano e atualmente é professor. Em meio à rua e à casa como moradia, ele já tinha trabalhado como conselheiro tutelar, se formado em pedagogia e também já tinha sido candidato a deputado pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Esta herança da escravidão nos coloca em uma posição de vulnerabilidade permanente, o estar lá e está aqui, entre a segurança e a insegurança é um limiar muito curto. “A memória incide principalmente sobre um modo de ser e pensar afetado pela territorialização [...]” (IDEM). Nem a formação, nem a experiência em tantos trabalhos importantes retirou de Fernando o risco de a qualquer momento ter que voltar para as ruas, mas isso também o coloca em uma posição de entender que sua grande missão na vida é ajudar as pessoas de rua, em especial crianças.

A ligação que temos dos nossos corpos como lócus de alteridade aos nossos nos implica a um campo de risco que garante a manutenção de um sistema, que ainda que nos possibilite acesso, este será sempre solto, da ordem do acontecimento, que não traz estabilidade porque não se historiciza, não tem lastro. Mas também nos coloca em um lugar de compromisso, e torna nosso corpo como potente ferramenta de transformação. Mostra que, se nossas dores vêm de longe, nossos passos também, e assim diz Luiza Bairros “é evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação sem que de algum modo emerjam os contradiscursos que (re)criamos nas duas últimas décadas” (1995, p.458).

O nosso corpo está na mira de todas as nossas experiências porque ele é marcado pelos traumas, de quem foi meu pai, minha mãe, meu irmão, minha vó, meu bairro, minha casa, meu amigo e tantos e tantos, e a experiência da dor, aqui existe, não porque sofremos ou, vivemos dos nossos a violência, mas porque certamente ela foi vivida por eles em alguma medida. Pensar a relação do meu corpo preto com outros corpos pretos é lembrar que, se não sou eu a violentada diretamente no momento, estará acontecendo com algum dos meus, e este é um processo definidor da vida, do trabalho, das relações e no meu caso, da minha própria pesquisa. Porque o ser negra também me leva a um campo de interação

não apenas pelo cenário “cracolândia”, mas pelo meu próprio corpo de pesquisadora negra, irmã de um usuário, que se mistura às dimensões do território.

Entender aspectos desta guerra racial a partir da “cracolândia” é também lidar com os meus imbricamentos, como o “corpo-mapa” de Beatriz Nascimento em que o Atlântico se mistura às suas dimensões do existir (NASCIMENTO, 1995, Apud R, 2006) não me deixando esquecer os aspectos sensoriais do meu corpo, naquele espaço que sempre me gerava um grande movimento. “Esta visibilidade corpórea se faz pelo que ela suscita em uma determinada localidade, com uma certa ‘cultura’, que pode ler nosso corpo a partir do corpo deles(as)” (NASCIMENTO, 2019, p 2). Neste sentido, tenho que lidar com as vulnerabilidades de fazer parte de meu campo de pesquisa. Ir à “cracolândia” é também ir ao encontro de um contexto de histórias e experiências que se misturam à minha própria história. A minha história com o meu irmão, mas acima de tudo a minha história com o meu corpo.

Era necessário pensar em que roupa vestir, como arrumar o cabelo, escolher as palavras certas para usar a cada abordagem, ali eu precisava marcar que era mais que uma preta, porque tal configuração me condiciona a também ser vista como uma “nóia”. A garantia da “diferença” tinha que ser marcada, pelas roupas, pelas expressões, pela forma que eu abordava as pessoas e as que elas me abordavam. E nesta medida a pesquisa ia se formando, não mais como um texto de dimensões definidas onde a fronteira do sujeito/objeto se construía de forma bem estabelecida, mas em um processo de sujeição em que era preciso me objetificar e assim entender a fronteira, não como uma barreira, mas como um lugar de trânsito, em que mais que captar trajetos e trajetórias era necessário compreender as entrelinhas em que poderiam se configurar como campo, uma vez que meu corpo, nenhum pouco neutro, gerava uma necessidade de gestão, em que acordar e viver era também fazer pesquisa.

E nesta medida, perceber que a guerra às drogas gere muito mais que os corpos que estão diretamente relacionados a ela, a guerra se configura em uma lógica de organização onde muitas famílias especialmente negras vão se encontrar em um campo psíquico de desorganização. Esta marcação é externa através da criminalização dos seus corpos, mas fatalmente interna. A configuração por parte do Estado de determinar as questões em volta das pessoas que estão na “cracolândia” como questões de ordem moral, individual, como se o principal fator que determina a condição daquela pessoa naquele lugar fosse de seu próprio caráter, é injusto, manipulador e altamente destrutivo para as



famílias. Porque por mais que tentamos afirmar os problemas sociais como definidores desta situação, é algo possível em um contexto público, mas na intimidade de cada família há um sentimento desolador, de ter falhado, não ter conseguido cumprir com sua parte, de proporcionar um modelo de educação que fosse capaz de dar conta da existência daquela pessoa no mundo. E, partindo deste lugar, é muito mais difícil estabelecer uma relação política que consiga cobrar e pontuar as questões sociais de responsabilidade do coletivo, e por tanto do Estado como sendo um dos principais responsáveis por esta situação.

Assim, vamos entender o lugar das micro guerras que vivemos na constituição familiar, marcada pelo sentimento de incapacidade. Se em relação ao meu irmão nos sentimos fracassados a cada tentativa de resgate de sua condição de vulnerabilidade, em mim percebo a fronteira entre acreditar que posso ser acadêmica ou alguém que vive tais problemas, e por isso carrego a marca da incapacidade de teoricamente apresentá-lo. Mas como nos ilumina Silvana Nascimento novamente “Na pesquisa etnográfica, estar em campo, e escrever a partir dele, é deparar-se com a insuportável evidência do seu próprio corpo e lidar com sua visibilidade material e simbólica, colocando-o em questão” (NASCIMENTO, 2019, p. 01). Neste convívio cotidiano com a pesquisa, fui aprendendo a me analisar e perceber histórias como a que segue:

Logo cedo, umas 7:30 da manhã meu irmão Jeremias me liga. Como sempre com uma voz de desespero e pressa, que me irrita muito. Estou habitualmente aguardando a ligação dele, mas é uma mistura de alívio e stress; alívio porque sei que ele está vivo, stress porque é sempre tudo igual, repetiremos o mesmo; ele vai pedir coisas, que quase sempre vou providenciar; e pronto, não se trata de uma nova proposta, de mudar o quadro de agonia constante que sinto, se trata apenas do mesmo; ele está vivo mas assim que desligar o telefone não sei mais por quanto tempo, e com o passar de alguns dias estarei angustiada, ansiosa e depressiva, até que ele ligue novamente. E viveremos este momento que é de uma fusão de irritação e alívio. Muitas vezes, estas ligações nos levarão a um encontro presencial, que tenho que administrar minha ansiedade e a tentativa de elaboração de um novo plano, algo que possa se configurar como uma esperança de mudança na vida dele, ou talvez para a minha agonia. É sempre frustrado, nunca dá certo, mas eu sempre tento, também não sei porque não desisto de tentar para ver se a sensação não muda.

Depois de combinarmos que eu depositaria para ele um valor em dinheiro na conta de um amigo, também morador de rua como ele, amizade esta que ele deve ter feito nas últimas horas, enquanto estou a caminho do banco, me liga uma moça, se apresentou como Eliana Toscana me falando que era assessora técnica de Coordenação de Políticas Públicas para as pessoas em situação de rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, e que a pedido dele estava me ligando para que eu desse o número do CPF, pois ele pedira para ela tentar acessar o sistema de justiça, e ver se alguns dos processos contra ele estava com pendências a ponto de ele ser preso, caso fosse ao Poupatempo tirar o RG, conforme eu mesma havia pedido, e também para ir ao banco, tentar resolver a questão do Auxílio Emergencial<sup>15</sup>; eu passei os dados que ela me pediu; ela me perguntou se eu tinha WhatsApp que me passaria mais informações por lá.

Receber uma ligação de uma das figuras que atua interna e externamente na Secretaria de Direitos Humanos, exatamente no setor de coordenação de políticas públicas voltadas à população de rua, me deu um choque sobre o lugar que ocupo nesta estrutura. Entre viver, sentir, sistematizar e complexificar a minha própria vida, percebo que não se trata da minha vida como um elemento conceitual do viver, da história que vivemos, e que depois esta, está passiva por ser escrita por nós mesmos, mas do sentir do meu próprio corpo, pulsante entre o estar presente na ligação, no ouvir, no gritar, no escrever, uma fronteira íntima, onde o trânsito é impetuoso; ele vai acontecer, porque estar na posição de quem vive, nos retira do lugar de observador, e me parece que este outro lugar então deve ser, o de sistematizador. Nesta medida, pensar a pesquisa e a etnografia é compreendê-la como um lugar em que meu alcance é acima de tudo experimentado pelas pulsões de meu corpo ao encontro teórico. Torna-se pertinente o que Flávia Melo nos lembra: “sempre contingente e, por isso mesmo, insubmisso a manuais, que a antropologia se revigora e ratifica a indissociabilidade entre teoria e pesquisa sincretizadas na escrita etnográfica” (MELO, 2020, p. 45).

Foi preciso que eu me lembrasse que também sou pesquisadora, apesar das inúmeras questões que tal fato me traz, de talvez colocar em xeque o meu papel de pesquisadora, como alguém que não consegue se distanciar o suficiente para analisar o objeto, porque há um suposto padrão estabelecido sobre o que é teoria. Onde a predefinição de modelos brancos “que parece ter se formado e crescido em torno de

---

<sup>15</sup> Auxílio Emergencial é o benefício que o governo federal liberou decorrente da pandemia do Covid-19.

esforços comuns para formular e impor padrões de avaliação crítica que fossem usados para definir o que é teoria e o que não é”. E estes modelos apareciam na pesquisa de maneira que a alteridade se configurava pelo olhar daqui que viam os de lá. “Esses padrões frequentemente produziram o confisco e/ou a desvalorização dos trabalhos que não se “encaixavam”, que de repente foram considerados não teóricos-ou não suficientemente teóricos” (hooks, 2017, p 88). Neste sentido, entendi que a realidade da minha pesquisa me trouxe ao questionamento de que quem melhor entenderia este processo, com tamanha possibilidade de não exercer quase que nenhum juízo de valor?

Percebi que, já que eu não tinha que observar, pensar, codificar, o que é comum ao pesquisador em relação ao seu objeto, então meu envolvimento me permitiu sistematizar. Foi possível compreender a diferença entre quem observa e quem sistematiza, porque não se tratava mais de como eu olhava; o meu olhar se sincronizava ao sentir, ao ouvir, ao andar, ao acordar, então era uma sistematização já codificada também do meu corpo, que era minha pesquisa que ao mesmo tempo era meu irmão.

Entender que o olhar que direciono aos espaços e a presença de pretos e pretas, na universidade, no meu grupo de pesquisa, nos meus trabalhos e na “cracolândia”, é quase sempre o mesmo. O questionamento de uma pesquisadora que vai sempre perguntar, por que eles não estão aqui? Por que estão aqui? Assim percebo que não é possível delimitar a barreira de sujeito/objeto de mulher negra / pesquisadora, estas não são categorias fixas que nossos corpos/território não nos permitem separar, estamos imbricados em um processo onde pesquisa também é corpo. E assim “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática”. E segue, “com efeito, o que essa experiência mais evidência é o elo entre as duas, um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra” (hooks, 2017, p, 86).

Me parece necessário pontuar que nossas experiências, nossas “escrevivências” como apresenta Conceição Evaristo (2005), fatalmente se transformarão em um novo modo de escrita, que este texto/corpo se compõe de extratos da nossa própria trajetória embutida a cada linha de escrita dos nossos cadernos de campo. E assim como Aline Pereira levanta, “é justamente com Conceição que, ao fazermos essa escrita, como ela nos propõe, nós depomos, pois, ‘a escrita e o viver se con(fundem)’” (EVARISTO, 2009 Apud PEREIRA, 2019, p 23). Deste modo, mobilizar a forma escrita para nos

comunicarmos, é apenas uma escolha metodológica que muito nos é imposto pela academia como a forma que nossas pesquisas precisam ser apresentadas, mas nossa responsabilidade é de transformar estes trabalhos em comunicações compreensíveis a todos e principalmente aos nossos. Como mais uma vez nos ensina bell hooks, “fazendo isso, nós necessariamente celebramos e valorizamos teorias que podem ser, e são partilhadas não só na forma escrita, mas também na forma oral” (2017, p. 97).

### **4.3 A guerra às drogas é uma guerra a pretas e pretos**

No ano de 2016, completaram-se 10 anos da mudança da lei de drogas. A Lei nº 11.343/2006 passa a substituir outras leis como a Lei nº 6.368/76 e a Lei nº 10.409/02<sup>16</sup>. O principal ponto de alteração desta legislação foi a despenalização do usuário de substâncias consideradas ilícitas, portanto, o uso de drogas que antes era considerado um crime passivo de uma pena privativa de liberdade, desde a mudança na lei, continua a ser um crime, porém despenalizado. Dois outros pontos desta mudança são importantes para nossa discussão: a surperpenalização do traficante e a não definição da quantidade de substância para caracterização de quem seria o usuário e o traficante.

Na nova lei, o crime de tráfico que antes era passivo de uma pena de até quatro anos de prisão, que tinha a possibilidade de uma pena alternativa a de privação de liberdade, agora neste novo modelo a pena mínima passa a ser 5 anos, com o agravante de ser considerado um crime hediondo, deste modo cabendo apenas a pena de privação de liberdade. E o terceiro ponto que levantei é o da não definição de quantidade das substâncias encontradas com a pessoa acusada para se definir, se trata de tráfico ou de uso. Deste modo, passa a ser responsabilidade do agente de segurança pública a definição, não havendo qualquer necessidade de apresentação de provas materiais no caso deste agente fazer a acusação por tráfico<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Principais mudanças introduzida pela lei nº 11343/2006: uma análise comparativa: <https://jus.com.br/artigos/26744/principais-mudancas-introduzidas-pela-lei-n-11-343-2006-uma-analise-comparativa> acesso em 15/09/2020

<sup>17</sup> Depois de 2016 a lei de drogas teve forte desdobramentos midiáticos, com fortes discursões em vários canais de comunicação, alguns deles foram; <https://www.conjur.com.br/2016-nov-04/nucci-nao-nada-comemorar-10-anos-lei-drogas>. A evolução da Lei de drogas no Brasil; <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52279/evolucao-da-legislacao-antidrogas-no-brasil>

Ao observar, nestes dez anos que se passaram, o cenário da população carcerária no Brasil, foi possível perceber que de 2006 a 2016 a população que era de 290 mil presos mais que dobrou, passando para 726.712 mil, isso no que diz respeito aos homens; em relação às mulheres esta população passou a ser 5 vezes maior, foi de 9 mil para 37 mil mulheres presas. O país passou a ocupar o 3º lugar no ranking da maior população carcerária do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e Rússia. (INFOPEN 2016).

O tráfico passa a ser o crime que mais encarcera. Ao observar a elevação do número, é possível perceber que em 2004 o tráfico era responsável por 9%<sup>18</sup> do encarceramento, em 2014 ele passa para 28% se tornando um dos crimes que mais encarcera. Em relação às mulheres, o tráfico passa a ser o responsável por 62% das prisões (INFOPEN 2016). O que chama muito a atenção ao avaliar o crescimento da população carcerária é que no decorrer destes 10 anos de mudança na lei de drogas a proposta que, em alguma medida, se avaliava como uma forma mais sociológica de entender a questão do consumo de drogas e supostamente colaboraria até para um certo nível de desencarceramento, uma vez que retirava da prisão o usuário, e que este obviamente se compõe em maior número do que o traficante, reduzindo assim a população nos presídios, se mostrou contraditória a esta perspectiva inicial.

No entanto, também nestes dados é possível observar que 64% desta população é negra para os homens, entre as mulheres este número é ainda maior 78% (INFOPEN 2016). Compreender a ascensão da população carcerária com a mudança da lei de drogas é também encontrar um dos pontos mais factuais do quanto o racismo é o principal fator de justificativa para o aprisionamento e extermínio de uma população impreterivelmente negra e jovem. A escolha sobre a tipificação de tráfico nas abordagens policiais, nos elucida a dimensão do racismo de maneira muito concreta, uma vez que sistematicamente passa a compreender esta qualificação sobre pessoas negras, especialmente jovens. O que fica muito evidente no modo de operacionalização desta nova lei, é que nas abordagens policiais que antes criminalizavam por uso de drogas, agora o faz por tráfico a depender de quem é esta pessoa. O processo subjetivo na escolha de quem será levado à prisão é

---

<sup>18</sup> Lei de drogas é 'fator chave' para aumento da população carcerária, diz ONG; Condições desumanas nas cadeias são destaque em relatório anual da Human Rights Watch sobre situação de direitos humanos no país em 2016; legislação permite que usuários acabem recebendo penas dadas a traficantes, diz texto. <https://g1.globo.com/politica/noticia/lei-de-drogas-e-fator-chave-para-aumento-da-populacao-carceraria-diz-ong.ghtml> acesso em 16/09/2020

algo pouco evidenciado, mas já levantado por Letícia Canonico de Souza e Natália Máximo e Melo (2016). De acordo com essas autoras, as “categorias jurídicas entre traficante e usuários são operacionalizadas a partir do ‘olhar’ do guarda sobre as condutas a serem consideradas tráfico, em meio a um contexto complexo de relações que giram em torno das drogas” (SOUZA e MELLO 2016, p. 237). Este “olhar” que se apresenta como técnica criteriosa de definição, entre quem é usuário e quem são os traficantes, é o que pretendemos colocar em evidência neste trabalho.

Os mecanismos judiciais também se valem desta escolha uma vez que 91% dos processos decorrentes dessas detenções terminam com condenação (RONDAS, 2017). Rafael Braga, um jovem negro ex-morador de rua, é um bom exemplo de tal avaliação judiciária e que provocou fortes mobilizações públicas por sua libertação carcerária. Único preso das manifestações de junho de 2013, em razão do porte de uma substância supostamente química, e que foi identificada depois como um desinfetante (de marca pinho sol). Foi, em sua segunda prisão, condenado pelo juiz Ricardo Coronha Pinheiro a onze anos e três meses de reclusão, além do pagamento de R\$1.687,00 de multa. Rafael foi flagrado na posse de 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão. Ele nega todas as acusações e afirma que o material foi plantado pelos policiais responsáveis pelo flagrante. Os depoimentos dos policiais foram a única base para a condenação. O juiz rejeitou as testemunhas civis, que ele tinha a seu favor. A condenação de Rafael Braga gerou revolta<sup>19</sup>.

Um outro caso de conhecimento público, muito sintomático desta política sistêmica de pena de prisão e de um tipo ideal para representação do crime, é do jovem negro Lucas Trindade de 28 anos, que foi preso com 10 gramas de maconha, condenado em primeira instância em 5 anos e 10 meses de prisão por tráfico de drogas. Anterior a seu julgamento houve três pedidos de *habeas corpus* negados pelo judiciário, assim seu caso se encaminhava para julgamento em segunda instância, mas antes que isso acontecesse Lucas morreu na cadeia vítima do covid-19<sup>20</sup>. O modo de prisão de Lucas é também muito sintomático, dois policiais batem na sua porta sem mandado de prisão, entra revista Lucas, e efetua a prisão. A liberdade de ação do Estado, sem qualquer

---

<sup>19</sup> <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/22/condenacao-de-rafael-braga-gera-revolta> (Visitado em março de 2017).

<sup>20</sup> <https://www.otempo.com.br/cidades/jovem-negro-presos-com-10-gramas-de-maconha-morre-de-covid-19-em-presidio-de-mg-1.2359052>

preocupação em seguir o seu próprio protocolo, que neste caso seria ter um mandado, evidencia o racismo institucionalizado como prerrogativa. Porque há ausência de protocolos formais que deixam de serem cumpridos, quando se trata de determinados corpos, também se estende a suas casas. Ângela Davis e Gina Dent, apontam o quanto as prisões são lugares essencialmente de determinados extratos sociais:

Nós sabemos que, quando vamos a prisões femininas em um país europeu, descobrimos – como no caso das masculinas – um número bastante desproporcional de mulheres imigrantes, cidadãs ilegais, africanas, asiáticas e latinas. Mas, como você pontuou isso não é o suficiente. Também temos de considerar o papel que a criminologia e o estudo da punição têm tido na criação dessas impressionantes similaridades, não só nas populações, mas nos métodos de controle, modelos arquitetônicos e práticas de custódia originadas da psicologia do criminoso, que é generalizada ao redor do mundo (DAVIS e DENT, 2003, p. 5).

Deste modo, o sistema de segurança pública se organiza em torno da ideia de que ser negro é um demérito que torna pessoas suspeitas, e assim segue a tornando culpada. A juíza Inês Marchalek Zarpelon utiliza como argumento, em seu documento de condenação oficial, a certeza absoluta de um homem negro fazer parte de uma quadrilha, “em razão de sua raça”<sup>21</sup>, e este fator serviu para aumentar a condenação do suspeito. Neste caso, que chegou ao conhecimento público, em que a juíza cometeu tamanho “deslize”, é possível aferir a materialidade do racismo, mas e em todos os outros? Como tornar o racismo um debate concreto, uma vez que sua presença é real e objetiva? A necessidade de explorar casos midiáticos como estes é também para garantir às pessoas negras o direito à defesa, uma vez que a ideia de democracia racial, tão bem engendrada na sociedade brasileira, desconsidera o racismo. Dado que Abdias Nascimento nos lembra que “o objetivo não expresso nesta ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial” e segue: “Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua condição racial e de cor, negam a ele com fundamentos na lei o direito legal de autodefesa” (NASCIMENTO 2016, p 94).

---

<sup>21</sup> Consultado em: <https://ponte.org/juiza-condena-homem-negro-em-razao-da-sua-raca-por-roubo/> ( Acesso em 24/09/2020)

Em uma entrevista, o Juiz de Direito Luis Carlos Valois<sup>22</sup> afirma que o que temos não é a verdade dos fatos, mas a procura, em determinadas pessoas, de fatos com verdades já pré-definidas. Nesse caso, prevalece uma hegemonia do olhar a partir de um conjunto de classificações: primeiro se “olha” a pessoa e depois se determina a culpa, uma vez que provas cabais não são o definidor deste processo, e sim, um olhar e suas subjetividades. Mais de 70% das prisões em flagrante por tráfico de drogas têm apenas um tipo de testemunha, os policiais que participaram da operação. A mudança da lei de drogas organiza uma lógica de encarceramento em massa, em que acima de tudo, é também operada por uma estrutura de relações raciais, onde pessoas negras vêm ocupando como em tantos outros setores sociais, a da subalternização e subjugação de seu corpo por ser negro. Analisando historicamente os dados de 1990 a 2004 a população carcerária se organizava em torno de 90 mil pessoas, com uma elevação para 270 mil, já de 2004 a 2016 este número salta para mais de 700 mil pessoas encarceradas. Assim, o cárcere se apresenta como o novo prisma em uma era em que a pauta racial começa a ganhar um espaço. Juliana Borges ao tratar da questão carcerária nos chama a atenção para um prognóstico.

E o mais importante a ser ressaltado é que isso ocorre, justamente em um momento em que diversas eram as ações que o Estado brasileiro passava a tomar que mudava significativamente imensamente e profundamente a vida da população no Brasil, com programas como bolsa família, expansão de vagas em instituições de ensino superior públicas e privadas (primeiras ações por cotas e Prouni) criação de emprego e ampliação de crédito etc. Isso explica os rearranjos estruturais em um país que se forma sob desigualdades sociais baseados na hierarquia racial. (BORGES. 2018, p. 20)

A inversão da lógica na aplicação da lei de drogas que deveria preservar, em alguma medida os direitos individuais, em torno do direito ao corpo; tema muito debatido entre os setores que atuam no campo antiproibicionista, se mostra como um forte precedente da lógica que se reestrutura em torno da manutenção de uma localização social para a população negra. Enquanto é possível para algumas poucas pessoas negras ascender por meio destas políticas sociais citadas pela Juliana, na contra mão de qualquer emancipação social como coletivo estão aí as prisões, contando com uma reformulação

---

<sup>22</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vTVEEOovvJA&t=38s> (Acesso em/ agosto de 2018).



legal que tem como um de seus embasamentos um pensamento supostamente progressista sobre o direito ao uso de drogas, tendo em vista o próprio direito sobre o corpo. Demanda que à primeira vista se encontra no campo comum de expansão de direito, de menos punição e criminalização, no entanto o que foi possível perceber em seu desfecho é uma sofisticação nos modos de aprisionar e matar uma população que já se encontra sob tais lógicas.

O debate em torno do direito ao corpo quando se pensa o uso de substâncias ilícitas, é sim algo muito importante, no entanto, para nós população negra, o debate ainda se trata do direito à vida e à liberdade. O campo da disputa de narrativas é fundamental, porque ainda estamos no ponto de ter que provar que há racismo no Brasil, e que este, estrutura todas as relações, política, social, econômica, judiciária etc. Então, quando uma pessoa jovem negra faz uso de alguma destas substâncias a preocupação é que ela pode ser presa ou morta. As escolhas que os policiais deliberadamente resolveram fazer, depois da mudança da lei de drogas, todas vezes em que flagraram ou não (considerando o número imenso de flagrantes forjados)<sup>23</sup> pessoas negras em posse de algum tipo de substância ilícita, e utilizou a tipificação de traficante para categorizá-la, não é uma mera confusão, é racismo.

É possível perceber, então, que a não presença do reconhecimento do racismo é um pilar da constituição social, portanto devendo ser tema central na discussão para construção de qualquer política pública. Para que não tenha desfechos como o da lei 11.343/2006 que vai atender apenas alguns setores já privilegiados da sociedade brasileira. Não é mentira dizer que passou a ser muito mais fácil fumar maconha no Brasil para toda uma classe média, jovens que antes precisavam tomar alguns cuidados, fazer uso em lugares privados, passaram a ter muito mais liberdade no consumo nas ruas, no

---

<sup>23</sup> São inúmeros os casos nos noticiários de policiais acusados de forjar flagrante. Inclusive tem até um conhecido procedimento em que se chama Kit flagrante, que os policiais andam em suas viaturas com uma determinada quantidade de substâncias ilícitas e uma arma com a numeração raspada. Segue algumas notícias sobre casos conhecido pela mídia: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-sao-acusados-de-forjar-flagrantes-para-incriminar-moradores-inocentes-em-favelas-rv1-1-24237890.html> (acessado em 24/09/2020), <https://noticias.r7.com/sao-paulo/policiais-forjavam-denuncias-e-usavam-kit-flagrante-afirma-mp-10022018> (Acessado em 24/09/2020). É muito comum a acusação de tráfico de drogas ser rebatida pelo acusado como flagrante forjado, como no caso do Rafael Braga citado acima, mas também é comum a não aceitação do judiciário a palavra ou mesmo de testemunha contrário a versão dos policiais: <https://deusgarcia.wordpress.com/2017/10/18/a-mentalidade-policial-por-tras-do-flagrante-forjado/> (Acesso em 24/09/2020)

entanto para uma grande quantidade de pessoas negras passou a ser a “brecha que o sistema queria”<sup>24</sup>.

A especificidade do racismo brasileiro torna o tema algo a ser tratado como muito subjetivo, como sendo muito difícil de ser identificado, inclusive pelos setores mais progressistas, existe um esforço para tornar presente a ideia de termos superado o racismo, mesmo sem nunca verdadeiramente tendo-o enfrentado. Tal como evidenciado por Abdias Nascimento, há “racistas de qualquer cor, sob a máscara de apenas reacionários” (NASCIMENTO, 2019, p 280). De modo que, ao olhar para o cenário da “guerra às drogas”<sup>25</sup>, é preciso pontuar, primeiro: esta não é uma guerra que atinge a todas as pessoas da mesma maneira (ainda que seja indiscutível a perda de todo conjunto social e até mesmo o não desenvolvimento nacional) e portanto as organizações sociais falharam em aceitar passivamente a não presença no debate de parte da população que seria sujeita a esta nova legislação a população negra periférica; e segundo, que o debate precisa se articular não apenas em torno de direitos individuais, uma vez que se trata de uma relação coletiva e mercadológica.

Pensar “meu corpo, minhas regras” para o que diz respeito ao uso de drogas é algo muito simplista, quando além deste corpo que usa tem também o corpo que vende. Mas a relação uso - tráfico é tratada quase como uma relação díspare. A não preocupação com esta relação também não é algo por acaso, pois também se trata de uma relação racial. O ponto é: não é que todas as pessoas que trabalham com substâncias ilícitas sejam negras, é que a grande maioria das pessoas criminalizadas o são. E a naturalização da violência sobre este corpo é de tal ordem que o desqualifica da condição de equiparável. O historiador Luiz Felipe de Alencastro em uma entrevista vai dizer que o legado da escravidão nos traz hoje uma naturalização tão gigantesca da violência que vemos uma criança chorar no fundo de uma casa por ser castigada, e não achamos nada demais. A violência como lógica das relações é algo muito pouco questionado no Brasil, mas quando se trata de corpos negros esta não é só uma relação de não questionamento, mas de total naturalização e convivência.

---

<sup>24</sup> Frase da música do grupo de RP Racionais MC's, que apesar de não adotar a norma culta do português, define de maneira mais consistente a relação Sistema/ Estado/ sociedade x corpo preto. Letra completa disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/63369/> (Acessado 24/09/2020)

<sup>25</sup> O termo foi popularizado pela mídia logo após a conferência de imprensa dada em 18 de junho de 1971 pelo então [presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon](#), durante a qual ele declarou que o abuso do uso de drogas ilegais era o "inimigo público número um".

O discurso da guerra às drogas é algo muito poderoso enquanto narrativa social, portanto valendo-se dele legitimamente é que se dá a invasão de territórios pobres pela polícia, com o argumento de caça aos traficantes, e é aí neste contexto em que a grande maioria dos assassinatos acontecem. Segundo o Atlas da Violência, o número de homicídios no Brasil em 2018 chegou a 57.956 mortes, deste percentual 75,7% são de pessoas negras<sup>26</sup> (ATLAS 2020, P 07), a permissibilidade social sobre a morte destas pessoas se encontra no campo da guerra, da produção do inimigo comum, afinal se está matando traficantes, ou melhor pessoas negras. Isto remete a noção de corpo incircunscrito. De acordo com Teresa Caldeira, “o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável aberto a intervenção na qual a manipulação de outros não são consideradas problemáticas” (2000, p. 370).

A convivência social com estes assassinatos é consolidada pela mídia das mais sensacionalistas as consideradas mais sérias, do Datena<sup>27</sup> ao Jornal Nacional<sup>28</sup>. Cenas como ocorreram em pleno horário nobre em uma época em que as notícias na televisão ainda eram a principal fonte de informação social, como a invasão pela polícia na favela

---

<sup>26</sup> Apenas em 2018, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não-negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que para cada indivíduo não-negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não-negras. Este cenário de aprofundamento das desigualdades raciais nos indicadores sociais da violência fica mais evidente quando constatamos que a redução de 12% da taxa de homicídios ocorrida entre 2017 e 2018 se concentrou mais entre a população não negra do que na população negra. Entre não negros a diminuição da taxa de homicídios foi igual a 13,2%, enquanto entre negros foi de 12,2%, isto é, 7,6% menor. Ao analisarmos os dados da última década, temos que entre 2008 e 2018, as taxas de homicídios apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não-negros houve uma diminuição de 12,9%. Atlas da Violência/ Homicídio de negros P 13. Consultado em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados/> (Acesso em 24/09/2020)

<sup>27</sup> Apresentador de um programa chamado Brasil Urgente, na rede Bandeirantes de televisão, seu programa é de cunho sensacionalista, famoso por incitar a caçada da polícia a “criminosos” segundo ele incentivando muitas vezes o assassinato destas pessoas. Uma análise sobre o modelo de seu discurso, disponível em : O apresentador do espetáculo, um discurso de José Luiz Datena, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2213> (Acessado em 24/09/2020)

<sup>28</sup> Jornal de cunho informativo, de extensão nacional, o jornal mais visto do Brasil, no principal horário de telespectador na frente da televisão. Apesar de muito respeitado pelo grande público o jornal apresenta um viés também sensacionalista, definido um discurso social que em muito influencia as percepções racistas em virtude da super exposição do corpo negro como criminoso. A sedução da Notícia. A informação espetáculo no Jornal Nacional: disponível em [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3503/1/arquivo4756\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3503/1/arquivo4756_1.pdf) (Acessado em 24/09/2020)

do Alemão<sup>29</sup> no Rio de Janeiro, ao vivo no Jornal Nacional, as imagens de policiais em seus helicópteros atirando e matando pessoas que iam caindo de cima do morro, e todos assistiam em tempo real. A impressão que dava é que se tratava de bonecos tamanha a indiferença, na verdade mais que indiferença uma quase sensação de felicidade, se estava abatendo um inimigo.

Mas a imagem de quem está sendo morto não é de qualquer corpo, este é de um traficante, que na grande maioria das vezes é uma pessoa negra, portanto esta morte atende a um imaginário social de quem é o traficante. A incursão nestes corpos se vale de um legado que considera o impacto da morte algo pouco importante quando se trata destas pessoas. Em capitalismo Gore, Sayak Valencia vai pensar em um modelo de violência estruturada por uma expertise, um mercado que tem a produção da morte como um produto de interesse das novas políticas globais. Mas este profissional da violência é treinado e fornecido pelo narcotráfico mexicano, no caso do Brasil, não que o modo de operação do tráfico não seja expert em métodos violentos, mas o principal produtor destes métodos de tortura é realmente a polícia, o que quer dizer o Estado. Nas denúncias das operações policiais se trata sempre da reiteração da violência em seu extremo, a tortura é

---

<sup>29</sup> “É quase meio-dia de um sábado ensolarado no Rio de Janeiro, dia 7 de julho de 2007. Até o anoitecer, a reportagem do **AND** percorreu a Grotta e o Morro do Alemão, duas das treze favelas do Complexo do Alemão, que se estende por cinco bairros da Zona Norte da cidade: Ramos, Penha, Inhaúma, Olaria e Bonsucesso. No dia 27 de junho, a região foi palco de uma matança que teve repercussão nacional e internacional. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, 19 pessoas foram mortas pela polícia nesse dia e, desde o início da ocupação, em 2 de maio, foram 42 vítimas fatais e cerca de 80 feridos. Entretanto, um levantamento realizado pela reportagem indica cerca de 50 mortos, 10 desaparecidos e aproximadamente 100 feridos. Uma média de quase 3 vítimas por dia”.

“A chacina

Sob alegação de combate ao tráfico, os governos do estado e federal desencadearam uma operação sem precedentes. 1.350 homens, três caveirões (veículos blindados), um helicóptero e nove franco-atiradores foram mobilizados nessa ação que começou às 9h da manhã, horário de intensa movimentação de pessoas nas ruas. Quem estava dentro de casa, não saiu. Quem estava fora, tentou voltar. Foi o caso de David de Souza Lima, um menino de 14 anos que tinha ido visitar a tia e foi pego por policiais. Seu laudo cadavérico apresenta sinais de tortura, assim como o de outros nove: Rafael Bernardino da Silva (20 anos), Geraldo Batista Ribeiro (41), Jairo César da Silva Caetano (28), Bruno Vianna Alcântara (22), Cléber Mendes (36), Bruno Rodrigues Alves (21), Emerson Goulart (26), Uanderson Gandra Ferreira (27) e Marcelo Luiz Madeira (27). Dos 78 tiros encontrados pela perícia nos 19 corpos, a esmagadora maioria foi no tórax e na cabeça e 32 foram disparados pelas costas, dois indícios evidentes de execução. Do lado da polícia, ninguém foi morto ou ficou gravemente ferido.

Como disse um policial:

— Foi como atirar em patos.

Os outros corpos identificados foram de Paulo Eduardo dos Santos (18), Maxwell Vieira da Silva (17), Rafael Marques Serqueira (26), Luiz Eduardo Severo Madeira (28), Bruno Paula Gonçalves da Rocha (20), Alexandro José de Almeida (34) e Claudiomiro Santos Silva (29)”. Reportagem completa disponível em : <https://anovademocracia.com.br/no-36/256-a-chacina-do-complexo-do-alemao> ( Acesso em 29/09/2020)

o principal elemento. Elas são compostas de detalhes como: sacos plásticos na cabeça, esfaqueamento, utensílios introduzidos no ânus, choques elétricos e até mesmo estupro.

A autora segue:

A história contemporânea já não se escreve desde a perspectiva dos sobreviventes, mas sim do número de mortos. Ou seja, “os cadáveres como resposta ao caráter claramente utópico dos discursos oficiais sobre a globalização” (Pratt, 2002, p.5), subvertendo o otimismo do fluxo trazido por esta já que, o que agora flui livremente não são as pessoas, mas a droga, a violência e o capital produzido por esses elementos. (VALENCIA, 2010, p. 21, tradução nossa)

Uma operação policial necessita de cadáveres como resposta, não existe sucesso se não houver mortes, contamos com o abatimento do “inimigo”. E o ponto é, não importa se real ou inventado o argumento sobre a razão da morte, “em outros termos, as distintas estruturas da ilegalidade funcionam por demanda da legalidade, muitos tipos de ação ilegal nascem e estão amparadas pelo marco do legal” (Idem, 2010, p.43), neste sentido Achille Mbembe nos lembra que “na economia do biopoder a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (2016, p. 128).

Das 19<sup>30</sup> mortes oficiais da operação no morro do alemão 11 eram de pessoas que não tinham passagem pela polícia, e segundo a própria investigação da polícia civil, não tinham ligação com o tráfico. A performance dos corpos mortos, ainda que incivilizados, ainda que recuperem a dimensão de barbárie e em alguma medida tragam medo, eles são desejados, para produção de sentido da guerra. Com isso, a estética do corpo negro dilacerado no chão, quase sempre em becos sujos, ruas apertadas, com partes do corpo despido, é a imagem da vitória da civilização contra a barbárie, e não interessa quem a produziu, quais os reais culpados, o que importa é responsabilizar alguém que possa ser considerado não humano, e assim as mortes não causam nem horror nem dor. Fanon vai dizer:

Eu não aguentava mais, já sabia que existiam lendas, histórias, a história e, sobretudo, a historicidade que Jaspers havia me ensinado. Então o esquema corporal, atacado em vários pontos, desmoronou, cedendo lugar ao esquema epidérmico racial. No movimento não se tratava mais de um conhecimento de meu corpo na terceira pessoa, mas na tripla pessoa. No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três

---

<sup>30</sup> Reportagem completa disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-36/256-a-chacina-do-complexo-do-alemao> ( Acesso em 29/09/2020)

lugares. Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme por que sente frio, o menino treme por que tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme por que pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer! (FANON, 2008, p. 105, 106).

A imagem que convive com o rápido olhar, ou com o desvio de olhar. Ao estampar as notícias, os corpos podem ser observados compondo a estética do comum. E ao serem pensados neste lugar, eles se deslocam da condição do humano, não havendo o que ser questionado, cobrado ou mesmo reajustado socialmente. Perde-se a possibilidade de serem compreendidos como questões sociais, para comporem apenas o lugar do inimigo, que precisa ser abatido. Stuart Hall aponta que “todo repertório de imagens e efeitos visuais por meio das quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (2016, p, 150) e que “a cultura depende do significado que damos às coisas, isto é, a atribuição de diferentes posições dentro de um sistema classificatório” (p, 156).

O racismo também é a estética do possível, seria possível admitir corpos brancos compondo estes cenários? Ao invés de imagens de homens pretos, se tivéssemos pessoas de olhos azuis, cabelos lisos e claros, loiros, peles branquinhas? Como subverter as imagens que vemos para esta descrição? Será que a nossa sensação corporal seria a mesma? E os olhares, desviaríamos ou nos surpreenderíamos? No campo da prática da vida, não é possível simplesmente imaginar cenários compostos pelo contrário, porque não se trata do simples contrário, mas das possibilidades que trariam a não naturalização do que existe como o comum. Com isso, mais do que imaginar corpos brancos, é pensar que talvez não houvesse nenhum corpo, que a localização dos corpos pretos nestes lugares traduz o próprio cenário de manutenção de uma hierarquia racial que se alinha a um conjunto de interesses. E assim vamos construindo nossa “experiência de imagem” que, como diz Beatriz Nascimento, nos ajuda a construir nossa identidade (NASCIMENTO, 1989).

Acima de tudo, estamos lidando com o imaginário social definidor das posições de onde deve estar a pessoa branca e a pessoa negra. O ponto é, existem traficantes brancos, mas não são eles que são comumente presos e mortos, não são eles que habitam

o imaginário social de quem pode sangrar até morrer. Imaginar corpos brancos compondo estes cenários torna definitivamente necessário a composição de novos cenários, a reformulação do próprio lugar, neste caso da própria guerra.

Rosana Borges, professora da USP, pesquisadora e militante do movimento negro, em algumas mesas de debate em que eu compunha com ela sobre o tema guerra às drogas, entendia que era necessário discutir a subjetividade do racismo, e trazia um exemplo muito interessante do filme *Tempo de Matar*<sup>31</sup>. Ela conta a seguinte história “ Um pai, um homem negro, tem sua filha estuprada e assassinada por dois homens brancos; ele foi e matou os dois homens; no tribunal onde ele seria julgado pelos assassinatos, o advogado dele um homem branco, em frente a um júri todo branco, pede que todos fechem os olhos, ao fechar os olhos ele faz uma narrativa; começa a descrever o crime que a menina sofreu, com toda a dimensão de detalhes, a maneira que os homens tinham rasgado sua calcinha, o medo e desespero que ela sentiu, a dor, os gritos dela pelo pai e mãe; ele finaliza dizendo, imaginem sendo está uma menina branca; e todos do júri abre os olhos em um grande espanto”. A ideia da Rosana ao trazer este exemplo é mostrar, para sua plateia, que estamos tratando não apenas de práticas racistas, mas com um imaginário de desqualificação humana que se antecipa às práticas. Então para trazer a categoria de humano, de existência equivalente àquele pai, era preciso que sua filha também fosse humana, para tanto era preciso ser branca.

O enredo do traficante como a figura do mal não funciona para todos os corpos, mas sim, para o corpo negro. Quantas pessoas que fazem uso de substâncias ilícitas ao verem reportagens sobre os assassinatos cometidos por policiais nas favelas, ou mesmo as demais mortes decorrentes do conflito em relação a venda destas substâncias, se perguntam, será que foi o meu fornecedor que morreu? E a família dele como vai ficar? Esta relação de desprendimento humano coabita em um campo não apenas por conta da classificação de traficante, mas por um não reconhecimento da dimensão de pessoa, para lembrarmos das pessoas como um comum, um igual, é preciso que haja uma qualificação

---

<sup>31</sup> *Tempo de Matar* Data de lançamento: 24 de julho de 1996 (EUA)

Direção: Joel Schumacher

Autor: John Grisham

Roteiro: Akiva Goldsman

Indicações: Prêmio Globo de Ouro: Melhor Ator Coadjuvante em Cinema. Informações disponível em : <https://www.google.com/search?q=Tempo+de+Matar+filme&oq=Tempo+de+Matar+filme&aqs=chrome..69i57j9220j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> ( Acesso em 01/10/2020)

da dimensão do humano. Como diz Suely Carneiro, é “a construção do outro como não-ser, como fundamento do ser” (CARNEIRO, 2005).

Olhar para o corpo negro neste contexto da guerra às drogas é entender que não se declara guerra às substâncias, mas às pessoas, e para tanto, há uma orientação racial definidora desta relação. E não é que não haja pessoas negras usuárias, volto a dizer, e pessoas brancas traficantes, é que na equação comum, existe uma vítima e um criminoso, lugares bem estabelecidos socialmente. Inclusive porque esta definição não é feita no campo das “drogas”, mas no campo da vida, a marcação dos corpos se dará na possibilidade ou não, de seus trânsitos, e este estará sujeito ao contexto de vulnerabilidades que nada tem a ver com as substâncias.

Dina Alves, ao tratar da questão carcerária das mulheres negras, aponta que “as mulheres negras não são presas porque são pobres, elas são pobres por que são criminalizadas em um processo cotidiano contínuo e dissimulado (ALVES, 2015, p. 06), o que Stuart Hall em outro contexto tem chamado de um “regime estigmatizante de representações” (Hall, 1995). Logo, a orientação racial que estamos chamando a atenção aqui é a que orienta classe, inclusão e exclusão e que fatalmente vai se dar no campo das consequências da relação com as drogas. E estes são pontos que se ligam diretamente à questão da formulação e mesmo aplicação da lei de drogas. Porque este sistema racial é definidor do campo social que se organiza para pautar o tema, do legislativo que delibera sobre a formulação da lei, e do judiciário que a aplica, julga e condena.

Então, quando falamos em branquitude como um sistema, não se trata de pensar uma entidade fora do mundo, mas uma relação direta com ele, onde corpos brancos, pensado enquanto tais, definem, a partir da relação própria com seu corpo, suas necessidades e organizam as regras para um mundo todo. Em uma pesquisa que fiz parte no Fórum da Barra Funda<sup>32</sup> em 2014, entrevistei 10 juízes da área criminal, a fim de atender a demanda de uma pesquisa que tinha a seguinte pergunta, há seletividade penal na escolha de quem será mandado a uma pena alternativa a prisão, para jovens infratores em relação a negros e brancos? Nossa intenção como pesquisadores, não era fazer esta pergunta aos juízes, mas entender em suas trajetórias, quais as possibilidades que eles

---

<sup>32</sup> Pesquisa realizada na matéria Sociologia IV, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Carla Diegues no ano de 2016. Não houve publicação, pois se tratava de um trabalho de conclusão da disciplina.



teriam de compreender a condição de vida de um jovem negro, tendo como parâmetro suas próprias vidas.

Dos dez juízes que entrevistamos, em uma escolha aleatória eram, 9 homens, 1 mulher, 9 formados pela USP, 1 pela PUC. Todos os dez eram brancos. Todos chegaram à magistratura antes dos 25 anos. Os seguintes critérios estão previstos no estatuto para o benefício da pena alternativa: ter residência fixa, família estável, possibilidade de trabalho registrado, e condição psicológica considerada apropriada. Ao comparar a vida dos magistrados e os dados sobre a vida dos meninos, tinha um verdadeiro abismo, porque faz um imenso sentido para quem fez a magistratura aos 25 anos, possuir casa própria, responsáveis que trabalham formalmente, e ter uma condição psicológica considerada estável.

Então como imaginar que seria possível um julgamento justo, quais condições tem este judiciário para ponderar questões que possa considerar as subjetividades de seus réus? Em sua maioria negros, pobres, com apenas a presença materna como responsável, sem falar no advento da casa própria, que apenas uma parte da classe trabalhadora consegue, a classe média, que aqui no Brasil, se compõem por pessoas brancas. E trabalho registrado no mercado estável, que também é algo monopolizado pela mesma classe, porque somando-se trabalhador informal e autônomos se tem a maior malha de trabalho no país<sup>33</sup>, e assim Dina segue:

As decisões judiciais desfavoráveis para réus negros na cidade de São Paulo devem ser lidas como um texto para se entender os processos de dominação racial e de gênero na sociedade brasileira, cada vez mais homens brancos, jovens, oriundos da classe média alta compõem o judiciário paulista, e são eles que definem o futuro das mulheres negros, participantes da ponta do microtráfico. (Idem, 2015, p. 07)

A presença de pessoas negras para pautar e trazer à tona os problemas vividos que se relacionam às drogas trariam um conjunto de questões que certamente não foram consideradas pelos setores da sociedade civil, que já militavam pelo tema anterior à formulação da lei, e pelo os demais setores, legislativo e judiciário que concretizam com este sistema branco, as possibilidades de vida de pessoas negras. O campo

---

<sup>33</sup> Maiores informações sobre o tema disponível em : <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica.html> ( Acesso em 01/10/2020)

antiproibicionista em São Paulo, como em tantos outros estados, se organizou de forma muito consistente na última década. Movimento como o da Marcha da Maconha bateu recorde de militantes nos últimos anos, de modo a pressionar de maneira relevante até mesmo o supremo tribunal sobre as demandas relacionadas à descriminalização da maconha e algumas outras pautas relativas a esta. No entanto, a fala sobre o tema se concentra quase que completamente voltada à condição do usuário, fazendo pouca relação com a questão racial e com a condição do tráfico. Na marcha de 2019, se via algumas faixas pedindo o fim da guerra às drogas, mas ainda com pouca estruturação na questão racial.

O debate sobre a descriminalização das drogas no Brasil precisa ter como eixo central os corpos que estão imersos nesta guerra. Por tanto, as pautas que emergem pedindo a legalização das drogas só tendem a resolver o problema se forem pensadas pela população que hoje têm suas vidas marcadas pela experiência do contato com uma guerra que eles fazem parte. Porque quando falamos em descriminalização ou legalização, não pode ser descolado da realidade que hoje vivem tantas pessoas nas prisões, na criminalização mesmo que nas ruas, na “cracolândia” ou até mesmo, as famílias que já perderam seus entes por conta desta declaração de guerra do Estado. Portanto, ou a pauta é pensada através destas lógicas ou mais uma vez tenderemos a vulnerabilizar e rearticular outras formas de criminalizar a mesma população.

É fundamental levantar o debate se, caso uma das escolhas do conjunto social for legalizar algumas substâncias, o que aconteceria com as pessoas que já foram criminalizadas? Haveria um sistema de reparação às pessoas e famílias destruídas por esta guerra, ou mais uma vez tenderíamos a sofrer de um certo “bloqueio epistemológico” como diz o psicanalista Abrahão Santos (SANTOS, 2020)? Processo no qual desconsidera toda uma historicidade para que não haja uma mudança que venha a favorecer os hoje desfavorecidos. Além do mais, como passariam a ser consideradas as novas lógicas de comercialização ou mesmo distribuição das substâncias a serem tornadas legais? Estas colocações estão absolutamente na ordem do hipotético, mas servem para definirmos parâmetros sobre como se dará a distribuição de direitos, e para pensar o quanto as pautas hoje levantadas em torno da questão não abrangem tais aspectos. Porque o campo do movimento social “legítimo” ou melhor legitimado, ainda se trata de movimentos compostos por corpos brancos, pensando suas próprias necessidades. Neste caso a questão aqui “[...] é um exercício ao encontro da identidade de homens negros e

de mulheres negras como pertencimento, rompendo o bloqueio epistemológico que se faz pela relação do mesmo com o mesmo” (IDEM, 2020, p.02).

Continuando na lógica das hipóteses, com uma suposta comercialização, quem conseguiria trabalhar neste mercado? Um dos pontos muito discutidos no breve período em que estive diretamente contribuindo com a INNPD<sup>34</sup> (Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas) era o fato de que não era possível pensar em legalização sem trazer à tona, a imensa possibilidade de no caso de uma mudança na lei para a comercialização da maconha, que as possibilidades de negócio neste ramo possivelmente pudessem se concentrar em coffeshops na Vila Madalena<sup>35</sup>, ou em outras áreas com igual teor. Portanto a complexidade deste debate precisa se dar não no campo do consumo das substâncias, que em algum momento pode simplesmente passar a ser considerada produto legal, mas no campo das relações dos corpos, em sua maioria de pessoas negras, que hoje se encontram imbricadas na questão do proibicionismo e que precisam sair da periferia do debate e ganhar o centro.

As relações de poder diante das drogas estão concentradas na lógica de controle de corpos e territórios, no qual o corpo negro se encontra como principal alvo. Até porque o Brasil não é um grande fornecedor de drogas, mas um corredor, a grande maioria das drogas que circulam pelo país hoje é importada da Bolívia e do Paraguai, e desta maneira, é necessário salientar que existem grandes empresários no ramo das drogas no país, no entanto estes não compõem a malha carcerária. As drogas chegam no país através de helicópteros, e contêineres, portanto a relação de inibição destas atividades, não se relaciona a elas mesmas, mas às pessoas que periféricamente compõem esta engrenagem.

Os escândalos que comumente aparecem na mídia sobre o envolvimento de políticos, bancos e grandes empresários com o narcotráfico, nunca chegam ao ponto de responsabilização destas figuras brancas. Casos como o do helicóptero com 450 quilos de cocaína relacionado ao político Gustavo Parrela e Aécio Neves<sup>36</sup> a própria mídia abafou, e não tivemos mais resposta. Bom, sabemos que presos ou mesmo responsabilizados eles

---

<sup>34</sup> No ano de 2016, estive atuando como articuladora política para a INNPD (Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas), uma ONG que desenvolve atividades voltadas a conscientização entorno da guerra às drogas está diretamente relacionada ao genocídio da população negra no Brasil, se concretizado como uma fatal guerra a negras e negros.

<sup>35</sup> A Vila Madalena é um bairro de classe média alta na cidade de São Paulo

<sup>36</sup> Mais informações sobre o caso, disponível em:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/helicoptero-cocaina-3-anos-ninguem-presos.html> (Acesso em 06/10/2020)

não foram. O caso do filho da desembargadora do Mato Grosso Do Sul<sup>37</sup> que foi pego pela polícia com 130 quilos de maconha, uma pistola nove milímetros e 199 munições de fuzil calibre 7,62, de uso exclusivo das forças armadas, também não tivemos mais notícias, mas sabemos que por sua condição ele não foi preso provisoriamente. Além disso, os escândalos de bancos como o HSBC que seus acionistas tinham ciência da lavagem de dinheiro para o tráfico, também não houve responsabilizados. Estes múltiplos exemplos têm a intenção de fortalecer a contextualização sobre o argumento de que as drogas servem como uma forma de dar sentido a uma caçada a territórios e assim fazer valer mecanismos de controle do Estado, sobre os corpos das pessoas que ali habitam. Mbembe acerta quando diz:

Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (2010, p.43)

E esta relação é de controle de todos os âmbitos porque a criminalização dos territórios pobres determina não só as lógicas de prisão e morte, mas também toda uma lógica de mercado e economia sobre a vida destas pessoas. Porque o nível de violência relacionado a um bairro determina o custo da mão de obra que pode ser cobrado em uma determinada prestação de serviço em que as pessoas que moram naquele território podem cobrar. De igual maneira, apresentar como comprovante de residência em uma entrevista de trabalho o endereço daquele território, pode servir como um seletor, que possivelmente

---

<sup>37</sup> Mais informações sobre o Caso, disponível em : <https://www.justificando.com/2017/07/27/rafael-braga-e-breno-borges-quando-9g-de-racismo-pesam-mais-que-129kg-de-maconha/> ( Acesso em 06/10/2020)

pode te excluir da vaga. Quantos e quantos casos de moradores de comunidades que não podem falar onde moram nos seus respectivos trabalhos, por conta do risco de serem considerados “bandidos” e por isso perderem seus empregos. A estigmatização se encontra como marca no corpo preto do território e no território em relação a este corpo. Desta forma, a política da morte também é um definidor do tipo de vida.

São inúmeros os relatos de pessoas que são violentamente agredidas pelas polícias quando vão fazer operação nestes territórios, e na verdade não apenas nas super operações programadas, mas nas passagens constantes, do cotidiano, porque o Estado pode até não chegar nos extremos como assistências à saúde, à educação e a tantas outras coisas, mas a presença da polícia, é garantida, em que os policiais ao agredirem sem motivos, em meios aos argumentos da pessoa agredida de ser um trabalhador ou trabalhadora, e eles responderem; “se mora aqui, algum envolvimento tem, e se não tem conhece quem tem”, ou mesmo destas pessoas fora do território ao serem paradas em uma revista policial e serem questionadas sobre o lugar onde moram, e ao darem o endereço do território são agredidos porque se moram ali.

Em conversa com meu filho, certa vez ele me relatou como era sua experiência com a polícia, um menino negro com 14 anos, eu perguntei, você já foi parado pela polícia? Ele respondeu, “sim várias vezes”; eu perguntei, e qual a sua maior dificuldade nestes processos? Ele falou, “olha eu fui parado uma vez, e o policial perguntou onde eu morava, como neste período eu morava um pouco com você, (moramos em uma rua estigmatizada na zona oeste), e com o meu pai (que morava na região da Paulista), eu falei que morava com o meu pai, aí o policial me olhou e falou, ‘na Paulista, desde de quando você mora lá?’ Eu disse que eu morava com você na rua 8 e há pouco tempo fui morar com o meu pai na Paulista, e ele respondeu, ‘ ah bom, bem que eu sabia né, que você não era da Paulista’”. A dimensão de território sobre este corpo, mesmo fora de seu espaço físico, define a relação de controle sobre a categoria raça, uma vez que o quê qualifica um espaço geográfico como tal é seu trânsito de relações.

O espaço urbano é marcado, portanto, por uma heterogeneidade de atores e de usos possíveis. Milton Santos (1996) nos chama a atenção para a importância de se entender os espaços urbanos como espaços excludentes “formas-conteúdos” e não apenas por condições variáveis da natureza e da sociedade. As sociedades, ao produzirem seu espaço, valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas

por diferentes atores sociais. A configuração territorial possui, nesse sentido, “uma existência material própria, mas a sua existência social”, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelas “relações sociais” e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, p. 55). Nesta medida, é possível pensar em uma racialização do espaço sobreposta à própria segregação.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE 2010, p. 128)

Em 2016, período em que eu já pesquisava o tema, fui convidada a fazer parte de uma frente de trabalho que acabara de ser formada, chamada Iniciativa Negra Por uma Nova Política sobre Drogas<sup>38</sup>, e se configurava com algumas poucas pessoas que já militavam no campo antiproibicionista e que entendia a defasagem do tema racial na pauta da descriminalização, este foi o período em que ao menos de maneira mais institucionalizada a discussão racial começou a aparecer no debate em São Paulo. Em uma série de palestras que fui falar como uma das colaboradoras deste grupo, foi possível perceber o quanto a questão racial era um tema novo a ser ligado ao debate. Além disso, foi possível entender a dimensão que atinge a falta do debate racial, que este ultrapassa a questão do meio jurídico, se instaurando em todas as esferas como o de cuidados e tratamento em relação aos usuários, em especial em cenas públicas de uso, chegando na relação com os CAPS AD<sup>39</sup> e tantos outros movimentos voltados para a redução de danos em virtude do consumo.

Entender a estrutura do racismo neste conjunto é lembrar que ele está presente em todas as relações, que a estrutura branca se configura sempre em lugar de poder, como o de médico e paciente, no geral representado pela figura branca como médico e a negra como paciente. De forma ainda mais constante nos lugares de vulnerabilidade, onde a

---

<sup>38</sup> Hoje a INNPD (Iniciativa Negra por Uma Nova Política Sobre Drogas) se tornou uma organização não governamental. Mas informações em : <https://www.iniciativanegra.com.br/> ( Acesso em 01/10/2020)

<sup>39</sup> Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, mais informações em : [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao\\_basica/index.php?p=204204](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/index.php?p=204204) ( Acesso em 01/10/2020)

uma série de marcadores se somam a questão racial, a pobreza, a solidão, a rua, a fome etc. Nesta medida, é possível pensar que, dentro dos próprios consultórios, os tratamentos psíquicos voltados a esta população podem estar sendo nocivos. Com isso, se torna necessário pontuar uma psicologia que torna inevitável uma produção de conhecimento sobre seu paciente que o reconheça em sua totalidade, o quer dizer, não despreze o caráter racial de seu corpo de suas questões e o estabelecido ali no próprio consultório. Abrahão nos lembra que “[...] tornam inevitável a emergência de uma universidade pluriépistêmica, portanto contracolonizadora [...]” (SANTOS, 2020, p. 8). Neste mesmo caminho Abdias assegura:

A segurança de um futuro melhor para a população negra não se encontra nos dispositivos da chamada “lei de segurança nacional”. Esta é a segurança das elites dominantes dos seus lucros e compromissos com o capital interno ou estrangeiro privado ou estatal. A segurança da “ordem” econômica, social e política em vigor é aquela associada e inseparável das teorias “científicas” e dos parâmetros culturais e ideológicos engendrados pelos opressores e exploradores tradicionais das populações afro-brasileira” (NASCIMENTO 2019, p. 289).

\*\*\*

O capítulo que se segue, abordará as trajetórias de importantes interlocutores de campo, Eliana, Fábio e Savana. Estas histórias nos permitirá entender de forma mais abrangente a marcação da relação racial, na dinâmica entre seus corpos e as possibilidades que eles suscitam em contexto de rua. Procuramos compreender o modo como questões raciais são percebidas em suas trajetórias, tendo também como ponto de atenção a relação destes com a cidade de São Paulo (sendo este ponto uma das questões centrais desta pesquisa).

Até aqui, a partir dos enredos em torno do território da “cracolândia” e a história do Jeremias, foi possível observar os fragmentos de uma guerra racial, marcando a implicação desta a todo um corpo familiar e comunitário, bem como o entrelace do corpo da pesquisadora, tanto em relação à pesquisa quanto ao próprio cenário da guerra às drogas. Seguimos até o detalhamento da mudança da lei de drogas e suas estratégias de superencarceramento e morte da população negra, que nos possibilitou esmiuçar a institucionalidade do racismo. Acompanhar os percursos individuais citados acima torna possível compreender os efeitos na vida de quem é alvo dessas políticas.

## 5. Vidas e trajetórias de uma guerra racial

As implicações da experiência racial na vida das pessoas é algo que não é simples de acessar, ser negro(a) é ser uma pessoa. Se imaginar racialmente é como nas palavras de uma interlocutora, “*e só depois se você for analisar ela era negra como eu sou negra*” é preciso que haja um olhar analítico, que pontue, e através destes apontamentos que você exercite uma percepção que vá além dos seus próprios sentimentos. Assim como nos ilumina Felipe Bourgois, “o poder é invisível, a gente tem que treinar os olhos para vê-lo. Treinar os olhos também significa nos afastarmos dos próprios preconceitos teóricos e políticos para vê-los” (BOURGOIS, 2016, p. 354).

A compreensão dos dados como os indicados no capítulo anterior, sobre a representatividade de pessoas negras em cenários como o da rua, do cárcere e mesmo na “cracolândia”, é algo possível de se avaliar em uma perspectiva política, mas compreender como isso se operacionaliza na vida destas pessoas é algo ainda muito mais difícil de indicar. Estas relações são atravessadas por estigmas que podem já denotar determinadas reações que o tornam muito mais facilmente um corpo “abjeto” (RUI, 2012), que é “incircunscrito” (CALDEIRA, 2000).

Não é simples esta marcação, auto marcar-se incorre no risco de uma auto depreciação. Portanto, me propus a pensar nas narrativas das pessoas não apenas como histórias lineares, mas como encruzilhadas, que encontram-se com a experiência racial. Foi necessário lembrar que se trata de uma relação e que esta, nem sempre e apenas se dá, através do encontro entre o branco e o negro, física e diretamente. Mas nas entrelinhas de um poderoso sistema racista que muitas vezes, se experimenta não diante da análise do seu próprio corpo, mas observando o corpo do outro.

Trago três histórias: da Eliana uma mulher branca, Fábio um homem branco e Savana uma mulher negra transexual. Os três estão no momento das entrevistas em condição de rua e me interessa pensar a marcação destes corpos partindo de sua auto localização e como eles se perpassam por uma ideia racial, como eles sentem e observam uma racialidade em suas vidas.



Também nesta configuração é importante observar que a marcação institucional do racismo é algo que acontece de muitas formas, e que ela se organiza por dentro de uma complexa lógica burocrática que tende a nos enganar.

### **5.1 Eliana, a mãe da “cracolândia”**

Eliana no momento da entrevista ainda estava como funcionária comissionada da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Eu a conheci através do meu irmão Jeremias, e eles se conheceram nas ruas do Centro de São Paulo. Eliana já exercendo a função de auxiliar a população de rua, nas palavras dela, “*minha função aqui é auxiliar a Pop Rua*”, e o Jeremias como um dos usuários deste serviço.

Depois que nós nos conhecemos, Eliana se dispôs a me ajudar com alguns contatos para a pesquisa, alguns dos quais trarei na sequência. Me interessei também por entender a história da Eliana, uma mulher branca, com 45 cinco anos que estava trabalhando na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, ao mesmo tempo, que com muito orgulho estava morando na rua. Uma boa parte dos nossos encontros foi em sua casa, como ela mesma chamava, uma barraca montada junto a outras na calçada da rua Barão de Itapetininga, ao lado das Casas Bahia de frente ao Teatro Municipal. Foi nesta pequena ocupação temporária que também conheci Savana e Fábio. Eliana tinha um ótimo relacionamento com todos que dividia a calçada, para me apresentar, ressaltou que éramos amigas e por isso gostaria muito que todos pudessem compartilhar suas histórias comigo.

Logo nos primeiros minutos da nossa conversa, que foi ao telefone, ela fez questão de mencionar que era uma figura pública, me indicando diversas reportagens que já haviam saído sobre ela, em vários veículos da mídia. Se auto denominava mãe da “cracolândia”. Marcamos nosso encontro presencial, conversamos enquanto caminhávamos da Secretaria à sua “maloca”, na calçada. Era possível perceber que o fato da Eliana morar na calçada era algo que chamava muito a atenção dela mesma, fato ressaltado várias vezes, e logo me adiantou que já tinha uma matéria em um jornal famoso, que dizia “Meu endereço é a calçada”, uma reportagem que contava a trajetória de uma mulher de classe média branca, que por sua própria escolha foi morar na calçada.

Passávamos pelo Viaduto do Chá, e fomos paradas por um menino branco bem jovem, aparentava ter seus 17 anos, estava meio sujo e pediu um cigarro para Eliana, ela

respondeu: “olha posso te dar um trago, o cigarro todo eu não dou não, tô no mesmo perrengue que você”. O menino saiu andando e gritou: “no mesmo perrengue que eu, você não tá não”. Eliana virou para trás e gritou de volta: “olha eu moro na rua tá”. Virou para mim e fez um gesto apontando para pele do seu braço, e disse: “ tá vendo Amanda, só porque eu não sou pretinha eles acham que eu não sou da rua, não vem não! Eu sou da rua como todo mundo, eu me alimento como todo mundo, tomo banho no mesmo lugar, durmo igual, mesmo depois de começar a trabalhar na Secretaria nunca abri mão de viver dos mesmos recursos que todo mundo vive”.

**(Amanda)** Então para você foi uma escolha permanecer na rua?

**(Eliana)** Sim para mim foi, percebi que era mais fácil fazer o meu trabalho morando aqui, sabe? Se é para eu ajudar as pessoas em vulnerabilidade, nada como estar perto delas, aí eu sei o que elas precisam.

**(Amanda)** Você se sente uma moradora de rua diferente por isso?

**(Eliana)** Não, eu sou igual a todo mundo, faço tudo que todo mundo faz, esta é a minha família.

**(Amanda)** Você encontra muita gente que se solidariza com a sua condição de rua? Aparece bastante gente se solidarizando com as outras pessoas que estão com você na rua, na vida?

**(Eliana)** Olha, muita gente me ajuda mesmo, eu sou uma pessoa muito comunicativa também, converso com todo mundo, aí uma coisa vai levando a outra e quando vejo, já fiz um amigo, e já consigo fazer uma ponte para alguma coisa.

**(Amanda)** E você acha que ser uma mulher branca com estes recursos, este jeito de falar, esta aparência, facilita para tornar isso possível, ou nada a ver?

**(Eliana)** Então agora pensando bem, acho que facilita sim.

**(Amanda)** E a sua relação com a violência da rua como é? Tanto com as pessoas no geral como com a polícia.

**(Eliana)** Olha, não tenho muita treta na rua não, qualquer situação que acontece eu tenho pessoas que me ajudam, tenho muitos amigos. E com a polícia é assim, uma vez eu estava andando, saí daqui com uma rapa de gente, eu tava com três caras comigo, aí apareceu a cavalaria cercou a gente e eu fiquei parada, eles olharam para os meninos e

*me perguntaram se estava tudo bem. Eu falei que tava, perguntaram onde eu ia, e eu falei que estávamos andando, eles queriam embaçar um pouco com os meninos, aí eu falei que trabalhava na Secretaria de Direitos Humanos, aí eles abriram a roda e deixou a gente passar, são uns folgados. Mas problemas mesmo eu nunca tive.*

*(Amanda) Os meninos que estavam com você eram negros?*

*(Eliana) Eu tava com três, o Alex era um, ele é negão, negão mesmo, e os outros dois eram mais clarinhos, mas era negro sim, pardo sabe?*

*(Amanda) Você acha que é um corpo diferente na rua?*

*(Eliana) Diferente não, mas acho que devo ter algumas vantagens, também eu estou sempre limpinha.*

*(Amanda) Como é o seu trabalho? As pessoas que você ajuda, que você acolhe, no geral são mais brancas ou negras?*

*(Eliana) Não dá para negar que tem muito mais negros que brancos nas ruas né? Então eu falo muito mais com pessoas negras, e somos todos iguais, não tem diferença.*

*(Amanda) Quantas pessoas você conseguiu retirar da condição de vulnerabilidade?*

*(Eliana) Nossa agora com a sua pergunta estou pasma, nas minhas contas aqui eu retirei 6 brancas e 1 negra, eu nunca tinha pensado nisso. Agora também tô lembrando, que nas casas de apoio para idosos em condição de rua, tem muito mais brancos, gente que loucura! Nunca tinha prestado atenção nisso. Amanda sabe o que eu aprendi com a rua que eu tenho que trabalhar com perspectivas não com expectativa, expectativa você se frustra. Amanda você já passou por alguma coisa dessas?*

*(Amanda) hahah, as perguntas são minhas. Então eu não entendia tudo isso. Mas eu sabia que era feia, que o meu cabelo era duro. Uma vez eu fui em um prédio, assim que eu tinha chegado em São Paulo, na casa de uma amiga, e um menino que me viu na parte de baixo do prédio, virou para mim e disse, “então você não é daqui eu sei de onde você é, aqui não é seu lugar”. Eu fiquei quieta, mas logo percebi que ele estava achando que eu morava na favela, enfim eu não morava na favela, mas eu parecia que morava. Por que “meu endereço é a calçada”?*

*(Eliana) Esta história é muito boa, eu e a minha vontade infinita de ficar perto das pessoas que dão sentido a minha vida, me fez acabar morando na calçada. E depois que*

*já estava aqui fui ver uma forma institucional para ajudar as pessoas, então fui me enfiar em tudo quanto fosse de reunião de apoio a pop rua, nisso eu acabei conseguindo o meu primeiro emprego como assessora técnica. Então eu precisava de um comprovante de endereço para mandar a documentação para contratação, e sabe o que eu fiz? Eu fui atrás de comprovar que eu morava onde eu morava, na calçada, na calçada da Duque de Caxias, é onde eu morava, quem falou que não? É para onde eu voltava todos os dias. Então o que eu fiz? Fui até a minha gerente do Banco do Brasil, que eu ainda tinha um bom relacionamento, e expliquei a situação, falei que eu precisava comprovar que morava ali, aí ela colocou no sistema do banco o meu endereço, que eu dei como, Avenida Duque de Caxias, coloquei o número do prédio, e complemento, calçada. Ela mandou uma correspondência pelo correio para mim e o correio entregou, com isso eu já tinha o comprovante de endereço que eu precisava, formalizei a minha contratação e comecei a trabalhar.*

**(Amanda)** *Nossa, muito interessante. Você acha que por ser uma mulher branca facilitou este processo?*

**(Eliana)** *Olha não sei, nunca pensei nisso, mas agora vendo direito sei que isso pode ter ajudado sim. Eu falava muito bem, estudei em um colégio de freira quando era criança, falo duas línguas, já fui professora de inglês, sou formada em letras, tudo isso me ajudou bastante também.*

**(Amanda)** *Como foi esta sua ida para rua, o que aconteceu?*

**(Eliana)** *Eu tinha uma vida boa, assim simples não era rica não, mas eu já estava em um casamento ruim, e eu sempre vinha para o Centro, olhava para o lado da “cracolândia” e me sentia atraída pela aquela muvuca de gente, mas antes de vir para cá, para o Centro, eu comecei a ajudar umas pessoas que moravam na rua, que eu conheci no hospital Santa Casa. Eu ia lá e encontrava uns idosos às vezes, e eu sabia que eles não tinham como fazer o controle do remédio, e eu comecei assim, ficava indo onde eles estavam e ia controlando os remédios, fiz até uma planilha para fazer o controle certinho. Com isso, eu fui ficando, de repente eu acabei dormindo uma noite, fui ficando, chegou uma hora que fiquei de vez, depois eu conheci o Fábio, que virou meu companheiro, aí eu não quis mais voltar para casa.*

**(Amanda)** *Você tem filhos?*

*(Eliana) Sim duas meninas, elas estão ótimas sempre nos falamos. Eu as encontro às vezes, no começo foi difícil, mas depois elas se adaptaram, eu não deixei de ser mãe por isso. A mais velha teve uns problemas com drogas, por decisão dela, porque eu sempre estive muito próxima delas. Agora já está se tratando, tá ficando bem, é o que eu falo para ela, é um dia de cada vez.*

*(Amanda) Você já teve problemas com drogas?*

*(Eliana) Olha Amanda já tive, já me envolvi, mas depois eu conseguir sair, sozinha viu, porque a minha questão aqui na rua, é ficar próxima das pessoas que eu gosto, que me faz bem e ajudar as pessoas.*

*(Amanda) Você acha que as pessoas que estão na “cracolândia” tem algum motivo para estar ali?*

*(Eliana) Não sei, tem tanta gente com cada história que você nem imagina, muita gente já foi presa, teve problemas com a família, tem a droga também, mas ela não é a principal razão não, as pessoas tem suas questões. Assim, do mesmo jeito que eu vejo algo diferente na rua elas também vê, somos uma família aqui, a gente se ajuda.*

*(Amanda) O fato da grande maioria ser negra te chama a atenção?*

*(Eliana) Me chama sim, mas eu não penso muito sobre isso não, agora com você me chamando a atenção para isso, eu percebo que temos que observar mais isso.*

Eliana nos aponta um interessante dado sobre a representação da população dos abrigos para idosos terem em maior número a presença de pessoas brancas. Este não é um dos objetivos desta pesquisa, por isso não nos aprofundamos no dado, mas seu apontamento incita a observar que se em tantos lugares de vulnerabilidade a maior representação é de pessoas negras, no que diz respeito à longevidade, pessoas brancas ainda que em total vulnerabilidade, ocupam. A observação dela sobre o seu trabalho se dá em grande parte com pessoas negras pela sua maior representação entre a população de rua, mas no que se refere a saída da condição de vulnerabilidade estar se concentrando entre os brancos, é também algo muito importante para pensarmos à permanência desta população racializada, continuamente, nas ruas, nos cárceres e mesmo na “cracolândia”.

A falta da perspectiva racial como algo a ser considerado nas políticas de atenção à população de rua, passa a ser um elemento que além de não ajudar a resolver o problema, também se coloca como fator de intensificação. Por que Eliana retirou mais pessoas

brancas da condição de vulnerabilidade? Talvez porque estas sejam pessoas que ainda de forma muito minuciosa, conseguem ter um melhor tratamento na rua, viabilizando ajudas que as direcionam a estes serviços, como o olhar do agente de atendimento na hora das escolhas sobre quem vai ficar com as poucas vagas disponíveis nos lares permanentes, e estes, tenham mais dó da mulher branca com a criança no colo, por parecer mais limpinha e organizada, por isso merece mais. Enfim, são muitas as hipóteses, mas o dado nos mostra que o acesso às possibilidades é racialmente determinado. O que nos suscita a perceber que as implicações de uma guerra racial vão se mostrando viscerais, para se desdobrar na suposta guerra às drogas que tão sistematicamente mata pessoas negras. Se a representatividade na lógica da proteção é pequena, na lógica da condenação é grande.

O leque de possibilidades que Eliana traz consigo, apesar de estar bem suscetível na rua, é também interessante para pensarmos a constituição de cada uma das realidades. Ser uma mulher branca que veio da classe média torna ela uma pessoa mais poderosa, e este poder se constitui na sua formação, nas possibilidades que ela foi acessando na infância de ter uma boa escola, na vida adulta de se formar em uma universidade em falar duas línguas.

O apontamento da racialidade como algo de pouco valor, destitui a importância da marcação real na vida das pessoas sobre uma lógica de acesso, que é racialmente definido. Esta narrativa de não ter importância à cor das pessoas despreza um mundo que inclui e exclui, é como se ele não existisse. Mas ele tanto existe que, mesmo nas ruas onde supostamente o código deveria ser igual por partir da ideia de que todos são excluídos de um sistema de produtividade, ainda que com uma régua bem baixa, define quem tem mais possibilidade de ir para um abrigo, ao invés por exemplo, de manter-se nas ruas correndo o risco de ficar no entra e sai das cadeias, uma tática utilizada pela polícia de predefinir políticas de “fazer sumir” (MALLART, MATTAR & TELLES 2017), para reduzir o número de moradores de rua circulando pela cidade.

Para além de uma descrição que indica a diferenciação do corpo branco na rua, Eliana também traz o carisma sobre a sociabilidade, já mencionado em tantas outras histórias das interlocutoras(e). Ela aponta muitas vezes “*na rua somos uma família*”, este é um encanto importante de observar, porque se em tantas representações o fluxo de pessoas negras aparece como o da “abjeção”, quando ela mulher branca em convívio com maioria de pessoas negras ressalta o modo de sociabilidade, a diferença, o acolhimento,

a humildade, estes são modos de operacionalizar as relações mesmo ali, na rua, criada por esta população negra. Uma lógica de organização comunitária que, apesar do sofrimento que estão submetidos, é mantida. Um ajuda o outro, um protege em alguma medida o outro. Com isso nos faz lembrar da atração que ela descreve ter sentido pela “cracolândia”, arrisco em dizer que tenha sido atrás deste modo de operacionalizar a vida tão fortemente reconhecido em comunidades negras.

## **5.2 Fábio: ser branco é ser diferenciado**

Fábio é um ex-companheiro de Elaina, um homem branco de 40 anos. Nos encontramos em duas ocasiões, uma quando ele e Eliana estavam separados e a outra em que estavam juntos. Nesta, Fábio se prontificou a falar da trajetória dele na rua, foi bem rápida, mas interessante para a compreensão da marcação do corpo do homem branco neste espaço.

*(Amanda) Como é ser branco para você Fábio?*

*(Fábio) Ser branco é ser diferenciado, é ser mais visto, porque geralmente as pessoas veem o negro né? Como discórdia, como o mau da população. Quando eu me pego nesta situação de ser julgado pelas pessoas que falam, você é branco, você é bonito, você é forte, e tá morando na rua, tá vivendo desta forma, é foda para mim, porque não é só o negro que é discriminado, nem só o negro que é rejeitado pela sociedade, quando eles olham para a gente e vê que a gente é inteligente então eles não suporta a gente também, tem até raiva de ver a gente em nesta situação, é como se existisse todas as possibilidades do mundo para nós, mas não é bem assim não. Então eu acho que é tudo a mesma coisa, raiva de nós eles também tem, e a gente também é humilhado.*

*(Amanda) E você acha que em algum momento tem alguma marcação que muda alguma coisa em ser branco e ser negro na rua, algum detalhe?*

*(Fábio) Muda, se eu for ali na barraca me arrumar direitinho, aí eu passo bem, entro em qualquer lugar sem cara feia, muitas vezes eu estava com colegas negros que não entraram, eles tava comigo de igual e os caras olharam com cara feia, e eu sei, que só poderia ser, porque eles são negros, porque a gente era a mesma coisa. Mas a gente não vai falar nada né? Porque falar estas coisas assim dói na pessoa né? Aí eu xingo quem*

*faz isso, mas sem falar que é porque o cara é preto, porque acho que ele pode se sentir mal, sabe? Pode parecer que eu tô sendo preconceituoso, e não é isso, é a outra pessoa que está. Na rua a gente não fica olhando para estas coisas, cada um sabe o que é, mas é foda, porque a população de fora faz isso, eles acabam escolhendo quem vai ajudar e quem não vai.*

**(Amanda)** *E com a polícia Fábio, já rolou problema?*

**(Fábio)** *Já tive vários problemas, já fui preso e fiquei um tempo trancado. Mas na rua o papo é outro, eu já levei uns sacodes, mas não deixo eles ficarem me alopando o tempo todo não, várias vezes eu coloco eles no lugar deles, eles tem que saber que estão lidando com sujeito homem, e que não pode ficar batendo na cara de homem. Várias vezes eu dou umas intimadas neles, falo que sou do comando e que o bicho vai pegar para o lado deles, mesmo sem ser.*

**(Amanda)** *E eles acreditam?*

**(Fábio)** *Vichi, acredita fácil, vários manda eu sair andando sem fazer nada.*

**(Amanda)** *Você acha que eles acreditam nisso porque você é branco, passa mais respeito?*

**(Fábio)** *Não sei, o que eu sei é que vários vagabundos acham que eu tenho cara de polícia, aí a polícia acredita que eu sou do comando. Bom é o que eu te falo ser branco é mais diferenciado, acaba chamando mais a atenção. Mas é bem difícil também, é tudo foda.*

**(Amanda)** *E como você veio parar na rua Fábio?*

**(Fábio)** *No ano de 1986 e 1987 que eu comecei a vim, eu tenho família, eu tinha uns seis a sete anos, quando comecei a vim, e não conseguir mais parar, porque a evolução começou acontecer, as pessoas terem tênis bonito, celular, eu quis também, aí eu comecei a vim para cá, primeiro eu fui para a Praça da Sé, comecei a fazer pequenos furtos, e fui ficando.*

**(Amanda)** *Mas você só tinha sete anos, e a sua mãe não entrevistou?*

**(Fábio)** *Então ela não fez nada não, porque eu já não era fácil, não gostava de ir para escola, andava com os meninos que ela achava que era mal companhia e me botava para fora de casa, aí eu ia.*



*(Amanda) E o seu pai?*

*(Fábio) Eu nem lembro do meu pai, ele e a minha mãe se separam quando eu tinha 6 anos, e depois ela casou de novo e eu não tive mais contato com ele, nunca mais, nem lembro do rosto dele.*

*“Bom é o que eu te falo, ser branco é mais diferenciado, acaba chamando mais a atenção”.* Fabio marca muitas vezes este ponto, e nos interessa pensar nesta diferença. Olhar a questão do racismo é se ater a uma relação, se em tantas narrativas e mesmo na do Fabio foi possível ver ele falar tantas vezes que ser negro(a) não faz diferença, que é tudo a mesma coisa, quando ele marca o “diferenciado” no que diz respeito ao ser branco, nos mostra a questão. Ser negro(a) é ser naturalizado, a raiva das pessoas por ele ser branco e estar na rua é uma raiva de decepção, não uma raiva de “abjeção”, mas de não entender como alguém desta “espécie” está em um lugar como este.

Estar limpo ou estar sujo, uma manobra que Fabio utiliza para garantir o respeito, e um colega negro dele não conseguiu, em outras tantas narrativas já apareceu a questão da limpeza, no entanto os moradores de rua que circulam no Centro muitas vezes já são reconhecidos pelos comerciantes, então nem sempre a limpeza vai ser o único elemento que o distingue desta posição, mas como o Fabio fala *“se eu for ali na barraca me arrumar direitinho, aí eu passo bem, entro em qualquer lugar sem cara feia”*. O corpo branco limpo passa confiança ainda que exista histórico de coisas não tão boas, é possível acreditar na sua regeneração, é como se estivesse na cara que ele sempre foi uma pessoa boa, apenas se perdeu.

A relação com a polícia tão marcada como agressiva por todos os interlocutores negros(a) aparece como algo negociável para Fabio, dependendo da situação é possível que ele se safe, por parecer deter poder. Como o fato dele se passar por uma pessoa do comando<sup>40</sup> por exemplo, e em situação oposta também parecer ser um policial, o que denota que as características físicas dele transparecem a “diferenciação” que ele tão bem marcou, ao contrário do corpo(a) que é naturalizado. A diferenciação determina possibilidades, estas que garantem para Fábio apanhar menos da polícia, deixar de ser preso algumas vezes, ou mesmo entrar em um comércio livremente. Mas estar na rua

---

<sup>40</sup> PCC (Primeiro Comando da Capital) uma facção criminosa de grande importância no Estado de São Paulo.

também deu a Fábio a ideia de comunidade de troca, de família, o “*somos todos iguais*” que muitas vezes ele aponta, é uma tentativa de equalizar as dores, já que comunga com seus irmãos negros(a) tantas delas, e em uma percepção geral, se encontram na mesma posição, os tornando família, algo que apreendeu ali, já que não foi possível manter este vínculo com sua família biológica, ele apreendeu ali com os negros(a).

### **5.3 Trânsitos e marcas de Savana**

Savana é mais uma das indicações da Eliana. Sentei na frente da maloca da Savana, que estava duas barracas à frente da Eliana. Lá, enquanto um grupo jogava cartas, Savana parou para conversar comigo. Se apresentou como uma mulher transexual, e com quase nenhuma restrição falou sobre sua vida, esta conversa foi bem informal em meio às conversas paralelas vindas do jogo. Eu não consegui registrar com precisão o que falamos, mas Savana me passou o WhatsApp da sua amiga Fabiana, pois na noite anterior tinha vendido o seu celular para comprar crack no fluxo.

Ela se explicou dizendo: “olha, *eu vendi o meu celular ontem a noite, mas eu não sou nória não viu? Tenho muito controle de tudo que eu uso, mas tem dias que fazemos bobagens*”. A amiga Fabiana, logo gritou: “Ah *sei Savana que você tem controle, viu?*”. No dia seguinte, mandei mensagem para Fabiana que me respondeu super disposta: “*vem para cá nega, vem tomar um café com a gente*”. E lá fui eu. Sentei na frente da barraca da Fabiana que ficava ao lado da barraca de Savana, a minha intenção era entrevistar as duas, mas Fabiana apesar de muito disposta na mensagem, não conseguiu falar muito pessoalmente. Ela ia se esquivando das respostas, percebi que ela estava desconfortável. Ela estava na barraca com o seu filho Brendo, de 12 anos. Savana e Fabiana se tratavam como uma família mesmo, brincando dizendo que eram marido e mulher, Savana era a mulher que ficava em casa e olhava Brendo, e Fabiana o homem que saía para trabalhar com a sua carroça, ela fazia pequenos carretos para os moradores da região. Fabiana resolveu ir com o Brendo no Largo do Paissandu para tomarem banho nos banheiros para população de rua que a prefeitura tinha instalado lá.

*(Amanda) Eu separei umas perguntas e quero fazer pra você, senta aí, vai. A Fabiana não tá a fim de falar nada. Me fala, como foi tua infância?*

*(Savana) Minha infância foi boa.*

*(Amanda) Pai, mãe e filhos? Você tinha?*

*(Savana) Só mãe. Foi bom e ruim. Eu era o filho mais velho, minha mãe tinha que sustentar a gente.*

*(Amanda) Quantos?*

*(Savana) Na época que eu era criança, era eu e mais três irmãos, quatro comigo.*

*(Amanda) Mas depois de você?*

*(Savana) Ela teve doze filhos. Minha mãe teve doze filhos e eu sou o mais velho, entendeu? Foi muito difícil, mas assim, minha mãe sempre fez tudo pra não deixar faltar nada. Minha mãe era drogada.*

*(Amanda) Sua mãe tinha problemas com drogas?*

*(Savana) Tinha problemas com drogas, ela cheirava muito. Escuta, foi muito difícil, por mais que minha mãe usasse droga ela não deixava faltar nada. Eu lembro que na infância, a gente não tinha o que comer, a gente tinha que comer bolacha com água e açúcar porque era o que tinha pra comer. Minha mãe nunca abandonou a gente por conta da droga ou por conta das dificuldades que a gente passava, ela tava sempre ali com a gente. Ela sempre cuidou muito bem de nós.*

*(Amanda) Você saiu cedo de casa, antes de ela ter os outros filhos?*

*(Savana) Isso, quando eu voltava pra casa sempre tinha um. Tinha mais um.*

*(Amanda) Como era essa coisa, do problema da droga? Desde quando você lembra dela, ela já tinha problema com droga?*

*(Savana) Desde sempre.*

*(Amanda) E lá, no Rio vocês moravam onde?*

*(Savana) A gente morou em várias comunidades do Rio, chegamos a morar na rua por um tempo, mas ela conseguiu uma casa e eu morei em várias cidades do Rio.*

*(Amanda) E por que você saiu cedo de casa?*

*(Savana) Então, todo adolescente dá trabalho, entendeu? Minha mãe tinha um problema de coração, sistema nervoso e ela ficava muito estressada e ela botava pra fora aos tapas. Colocava eu pra fora de casa e eu ia.*

*(Amanda)* Isso com nove anos?

*(Savana)* Com nove, dez anos. Mas eu agradei muito a ela, por ela ter colocado eu fora de casa, por ela ter falado as coisas que ela falou pra mim. Porque se ela não tivesse colocado eu pra fora de casa, não tivesse falado as coisas que ela me falou, hoje eu não ia saber me virar, entendeu? A primeira identidade que eu tirei, minha certidão eu que peguei, você tá entendendo? O trabalho de carteira registrada eu que consegui. Eu já aluguei casa, já aluguei apartamento, eu trabalhei. Eu fiz isso, entendeu? E meus irmãos, foram criados com ela, não conseguiram nada. E eu, já viajei, já trabalhei em lugares de Brasília, já morei em Brasília, já morei em Vitória, já morei em vários lugares, conheci várias capitais dos estados, várias cidades diferentes, várias culturas diferentes, várias pessoas diferentes. Já fiz muita amizade, entendeu?

*(Amanda)* E você acha que foi por uma certa independência, que você conseguiu?

*(Savana)* Eu tenho muito agradecimento a minha mãe por tudo que ela fez, mesmo na hora da raiva e tudo, mas assim, eu, filho mais velho da minha mãe, eu puxei muita coisa da minha mãe. A personalidade, temperamento, tudo eu puxei da minha mãe. Então assim, minha mãe falava assim na hora da raiva, vai embora, e eu na hora da raiva, eu ia. Ela já mandou várias vezes meu irmão pra fora de casa, e meu irmão não vai. Ficava do outro lado do portão sentado, e assim vai. E eu não, ela falava e eu ia mesmo, entendeu? Então, graças a deus eu soube me virar. Eu sabia que um dia minha mãe ia morrer, claro que todo mundo sabe, o certo é os filhos enterrarem os pais, mas assim, eu falava que um dia minha mãe ia morrer, mas eu achei que pra mim, na minha opinião, ia ser mais fácil eu viver sem ela porque a gente acostuma a viver longe da mãe, entendeu? Já tô acostumada a me virar sozinha, a ser independente. Vai ser doloroso, vai ser sofrido, vai, mas eu vou saber superar mais que meus irmãos que tão com ela, que vivem com ela. E quando eles perderam minha mãe, eles não conseguiram se virar, eles não tão sabendo se virar.

*(Amanda)* Ela faleceu então? Quando?

*(Savana)* Faleceu. Final de 2019, não. No meio do ano de 2019. Eu pedi demissão, eu pedi pra ser demitida.

*(Amanda)* Você falou que tava trabalhando com população de rua, né?

*(Savana) Isso, com a população de rua do Rio de Janeiro, para a prefeitura. Lá no Rio de Janeiro com o Crivella, eu pedi para ser demitida.*

*(Amanda) Por quê?*

*(Savana) Porque mulher, tipo assim, eu nunca tinha trabalhado de carteira assinada, então eu não tinha consciência de como seria. Eu chegava no meu horário, eu saía depois do meu horário, eu trabalhava direitinho só que não levava a sério porque chegou uma hora que eu enjoiei e eu falei, não quero mais. Pedi pra ser demitida, eu não pedi demissão. Porque quando eu comecei, eu comecei num projeto que estava iniciando, então tava lá desde o início, então mediante a tudo que eu passei aqui, porque era pagamento que atrasava, eram várias coisas, entendeu? Era falta de respeito que meus colegas de trabalho tinham comigo por eu ser transsexual. Então assim, mediante a tudo que eu passei aqui dentro, eu não acho justo eu pedir demissão, eu falei desse jeito com meu chefe. Eu não acho justo eu pedir demissão, acho justo vocês me demitirem. Dito e feito, no mês seguinte ele foi e me demitiu. Aí nesse meio tempo, minha mãe passou mal, ela vinha passando mal há alguns anos, porque ela inchava muito e ela não sabia o que ela tinha. Já cheguei levar ela no hospital umas quatro vezes, quando eu tava morando com ela, morando não, passando um tempo com ela, eu não tava trabalhando de carteira assinada, e eu levei ela quatro vezes no hospital e nunca saímos de lá com um diagnóstico. Sua mãe tem isso, isso e isso, isso é a causa do problema, nunca tinha um diagnóstico. E como eu tava de aviso prévio, minha irmã me ligou falando assim, eu morava no Centro e ela na Baixada, Savana minha mãe tá passando muito mal, vem pra cá, e eu falei, não vou, traz ela pra cá. Levaram ela pra casa, ela chegou na sexta, no final de semana eu corri, eu falei para os meus colegas de trabalho, liguei para o meu encarregado, falei que minha mãe tava mal. Savana, tem uma clínica popular muito boa, paga, mas é popular, os preços são muito bons e eu vou procurar essa clínica pra você. Eu falei, tá. Quando foi no domingo, eu liguei pra ele e falei, e a clínica? Savana, eu acabei de chegar em casa, não vou tomar banho, só vou trocar de roupa e descer. Foi lá, tirou foto da clínica, endereço e telefone dela. Peguei um táxi e cheguei na porta da clínica com ela. Chegou lá, a consulta foi cem reais. Foi diagnosticada com coração grande. Coração grande é uma bomba relógio. Minha mãe tava passando muito estresse, estresse demais.*

*(Amanda) Sua mãe trabalhava com o quê?*

*(Savana) Ela trabalhava com sacolão, meu padrasto deu um sacolão pra ela. Minha mãe quando ela parou com as drogas, daí ela começou a trabalhar no sacolão. Ela tinha também a aposentadoria da minha irmã mais nova que ela correu atrás, depois que o pai da minha irmã morreu ela correu atrás da aposentadoria, ela que administrava porque minha irmã era de menor. Era o sacolão e ela, mas era muito estresse na cabeça dela. Era mais na minha irmã que tinha dezessete anos, tinha dois filhos e morava com o marido, e o marido era macumbeiro e minha mãe evangélica. Minha mãe não gostava dele e batia na minha irmã, e minha irmã ia lá pra casa. Aí minha mãe acolhia, depois ela ia para o Rio de Janeiro. A minha irmã de doze anos tem uma língua que não para na boca, saía falando coisa na favela do Rio. É sério, a palavra mata, tem muita gente que morre por causa de uma palavra, entendeu? Ela quase matou um irmão meu, então era muito estresse na cabeça da minha mãe. Nunca ela via retorno das coisas boas que ela fazia para os meus irmãos. Ela foi cansando, se desgastando com aquilo, até que chegou a hora que ela pediu para morrer.*

*(Amanda) Quando ela morreu, suas irmãs eram pequenininhas?*

*(Savana) Eram, ela morreu no final de 2019. O que aconteceu? Ela falou assim? Eu tenho que ir, minha mãe é da Paraíba, ela veio pra cá pro Rio de Janeiro com quinze anos. Desde então, minha mãe nunca mais voltou pra Paraíba. Nesses anos todos, ela tava com uns cinquenta e três, cinquenta e quatro anos e ela não tinha voltado pra cidade dela. Aí ela encontrou, conseguiu através de um amigo, ela descobriu que tinha umas primas dela que tavam morando num bairro próximo. E o que aconteceu? Ela pegou e essas primas fizeram o quê? Minha tia morreu, meu tio morreu, e tem duas casas lá e você como é filha, você tem irmão seu que tá sumido e só você que tá, então você tem que ir lá resolver a situação da casa. Minha mãe viajou pra lá, querendo que eu fosse com ela, só que eu não dei muita confiança. Ela foi embora pra casa dela e eu continuei na minha, eu fui demitida, recebi a segunda parcela do seguro-desemprego, eu vim pra São Paulo. Quando eu consegui, depois de dois meses falar com minha irmã, ela disse que minha mãe tinha ido pra Paraíba resolver os negócios da casa e tinha levado os meus irmãos mais novos com ela. Aí o que acontece? Aí vai, eu fiquei seis meses presa aqui, quando eu saí fiquei mais de um mês tentando o contato com uma amiga, consegui entrar em contato pelo Messenger.*

*(Amanda) Eles não souberam que você foi presa?*

*(Savana) Não, nunca souberam, nunca deixei minha mãe saber. Aí minha amiga me chamou no zap, eu quero saber notícias da minha mãe, quando eu saí daí minha mãe tava muito doente e eu não consigo viver, não tô conseguindo ficar em paz, fazer nada direito. Mas eu tinha sentido que ela já tinha morrido. A minha amiga me mandou assim no zap, a notícia que eu tenho pra te dar não é boa, desse jeito. Na hora a ficha caiu, minha mãe morreu. Comecei chorar, fiquei muito triste.*

*(Amanda) Espera, tem uma parte que eu não entendi. Quando que você saiu da cadeia? Foi nesse momento que você soube que ela morreu?*

*(Savana) Foi, depois de um mês e pouco. Ela morreu quando eu tava presa.*

*(Amanda) Ela tava na Paraíba ou no Rio?*

*(Savana) Ela tava na Paraíba, ela morreu lá sem ninguém com os dois pequenos. Eles não puderam ir pro hospital, porque eram de menor. Com nove filhos, ela morreu sozinha.*

*(Amanda) Mas lá ela tinha família?*

*(Savana) Não tinha família, ela tinha parentes. Prima que ela nem lembrava da cara, nem lembrava da cara. Porque ela saiu de lá com quinze anos.*

*(Amanda) Então ela foi pra lá e não foi pra casa de ninguém?*

*(Savana) Ela foi pra casa dos pais dela, tinha um irmão adotivo que meus avós adotaram e ele tava morando numa casa e ela ficou na outra casa, que eram dos seus pais. Ela morreu sozinha, morreu com depressão, triste com os filhos, eu longe, ela sabia que eu tava bem, trabalhando. Ela gostava de ir lá pra casa porque tinha paz, tenho sossego, entendeu? E aí ela foi, aconteceu isso e ela faleceu sozinha. Até hoje eu não sei como ela foi enterrada, onde ela foi enterrada, parece que ela sentia que ela ia pra lá pra morrer. Ela nasceu junto dos avós, dos pais dela, parece que ela foi pra lá só pra morrer.*

*(Amanda) E as crianças que ficaram aqui? A de doze anos?*

*(Savana) Então, meu irmão que trabalha gastou as férias dele, porque é caro ir pra Paraíba de ônibus, pra cá pro rio de Janeiro, então teve que pagar. Meus irmãos de*

*menor, pra poderem viajar foi a maior burocracia, que teve que trazer os irmãos da Paraíba para o Rio. Ele gastou praticamente todo o pagamento.*

*(Amanda) E aí ele trouxe e tá cuidando?*

*(Savana) Não, ele vai lá de vez em quando, ele tem uma casa perto. Eles se cuidam do jeito deles.*

*(Amanda) E quantos anos eles têm?*

*(Savana) Minha irmã tá com treze, meu irmão tá com doze, o mais novo. Tem um outro de quinze na boca de fumo.*

*(Amanda) Super novinhos né?*

*(Savana) Eles são espertos, sabem se cuidar.*

*(Amanda) Achei bonito o teu olhar pra tua mãe, apesar de todas as questões. Olhar de compreensão.*

*(Savana) Eu tenho que agradecer muito a ela. Eu já aprontei muito na adolescência, tipo das coisas que eu aprontava era, saía cinco horas da tarde e voltava dez horas da noite. Arruma a casa, ela mandava, eu não arrumava. Eram coisas assim, mas eu apanhava muito assim, e por eu ser mais velha, eu era muito cobrada pelo erro dos meus irmãos. Já fiquei muito triste com ela, mas hoje eu entendo que tudo que ela fez foi para o meu bem. Ela queria que eu fosse homem e talvez se eu fosse homem cis, eu não teria essa atenção que eu tenho com você. Talvez eu não tava nem aí pra você. Estaria comendo uma mulher aqui, engravidando outra. Eu sou assim, mas pelo menos te dei amor, carinho, te dei atenção. Eu sou uma pessoa que te ajuda. Lá em casa, quando ela ficava doente, logo procuravam eu, tudo era eu, qualquer coisa se alguém ficasse doente era eu. Eu que levava no hospital, eu que internava, eu que corria atrás de tudo, entendeu? E no começo da minha transição foi muito difícil, minha mãe não me aceitava. As amigas da minha mãe falavam, não tem nada a ver, é melhor você ser transsexual do que ser bandido. O que aconteceu? Ela teve dois filhos bandidos, morreu. Um os traficantes que matou, e ela começou a procurar o corpo e eles falaram, não adianta você procurar porque você não vai achar. Ela desistiu de procurar.*



*(Amanda) Que dor, meu deus.*

*(Savana) Muito triste. E teve um outro que entrou na boca de fumo, e esse era rebelde. E assim, depois que ele entrou pra boca de fumo ele mudou completamente, ele batia nas minhas irmãs, ele já mandou duas irmãs minhas pro hospital. Coisas que ela aprontava na favela pros traficantes não bater, ele tinha que bater, porque os meninos falavam, elas tão erradas, fez isso, isso e isso de errado aqui na comunidade e se você não cobrar, a gente vai cobrar. E ele batia mesmo, quebrou o braço, já mandou pro hospital já, sabe? Fez barbaridades com minhas irmãs já. Entrava em casa armado, já bateu no namorado da menina do lado de casa e ele com a arma na mão, várias coisas. Então, tipo assim, minha mãe sentiu, ela sentiu tudo o que ela falou pra mim. Eu vi que aquelas atitudes da minha irmã e dos meus irmãos, ela se arrependeu muito, ela olhou pra dentro dela e falou meu deus o que eu fiz com meu filho? Meu filho sempre teve do meu lado, sempre me ajudou, meu filho nunca foi um mal filho. Do jeito que meu filho tá, pra ir na boca de fumo pra usar maconha, não é nada. A primeira droga que eu usei foi pó, minha mãe até hoje nunca soube, minha mãe não soube que eu usava crack, minha mãe nunca soube que eu cheirei pó, não soube de nada.*

*(Amanda) Você nunca trouxe problema decorrente a isso, não é?*

*(Savana) Nunca tive nenhum problema decorrente a isso. Eu já fui pra cadeia, de menor, várias vezes. Não escrevi uma carta pra minha mãe me visitar, pra ela não mandar nada, porque eu que errei.*

*(Amanda) Mas assim, você não acha que ao mesmo tempo você ficou isolada, nessa coisa de proteger a família?*

*(Savana) Não, isso não me isolou, sabe por causa de que? Porque graças a deus eu sou uma pessoa que assim, às vezes eu sou muito grossa, eu sou grossa, eu sou direta, eu sou uma pessoa que onde eu chego sempre faço amizades boas, verdadeiras, amizades que gostam de mim de verdade e que me acolhe. Então eu nunca fui sozinho, eu sempre tive amigos, sabe? Que me davam conselho, que me ajudavam, que me davam a mão, me davam apoio, entendeu? Então eu nunca fui sozinha. Todo lugar que morei, eu tive amigos. E amigo é uma palavra forte de se dizer, a gente não pode sair dizendo pra qualquer uma aí meu amigo, meu amigo, meu amigo. Não, amigo não é aquele que diz já é, é aquele que diz vamos. A gente tem muito colega, amigo é mais difícil. Cada lugar*

*que eu vou eu tenho amigos, pessoas que eu posso contar, questão de moradia, não que eu goste de ficar na casa dos outros, mas se for por uma necessidade de moradia, questão financeira, qualquer coisa que eu falar, gente tá difícil pra mim, eu vou ter ajuda. Eu não sou sozinha graças a deus.*

*(Amanda) Entendi. Uma outra coisa que eu fiquei pensando, foi do surto que você deu e você acabou sendo presa. E aí Savana, eu fiquei pensando, o que você acha, apesar de não lembrar, o que você acha que desencadeia dentro de você, um momento desse?*

*(Savana) O que desencadeia é eu achar que eu tenho autocontrole. É isso que desencadeia, entendeu? Porque desde o momento que eu falar pra mim que eu não tenho controle, que eu não consigo me controlar, eu acho que o ponto G é aí, mas por eu achar que eu tenho autocontrole, eu faço o que eu faço, entendeu? Porque, aí eu tenho o controle, eu não fumo todo dia, eu só fumo quando me dá vontade, eu sou controlada, entendeu? Mas eu não sou controlada, se eu fosse controlada, eu não ia fumar nem quando me desse vontade, entendeu?*

*(Amanda) Por que esse é seu desejo, né?*

*(Savana) Isso porque a droga, a sensação que ela te dá, quem falar, qualquer pessoa que usa qualquer tipo de droga, pó, maconha, heroína, balinha, a sensação que ela te dá, não é uma sensação de relax. Não é uma sensação de prazer, vamos supor, cheirar um pó aqui, tô relaxada. O mundo pode estar desabando e eu tô aqui drogada, vou estar maravilhosamente bem. A droga te traz uma sensação de paranóia, tudo que você tem medo, se você tiver medo de rato, barata, se você discutir com alguém, qualquer medo que você tenha no seu dia a dia, quando você usa droga esses medos se juntam de uma vez só e ficam na sua cabeça de uma vez só, entendeu? Você fica pensando nisso tudo.*

*(Amanda) Legal, e aí, quais são suas paranoias?*

*(Savana) As minhas paranoias são por exemplo, eu tenho medo de polícia me pegar me drogando, eu tenho medo das pessoas me pegarem na hora que eu tô drogada, todo mundo sabe que quando a pessoa tá drogada ela tá mais frágil, a pessoa não tem muita reação. E eu sempre me arrependo depois que eu uso, porque eu sempre deixei de comprar alguma coisa que eu tava precisando por mais que não falte nada pra mim, sempre tem alguma coisa que eu quero gastar ou que eu quero estar com dinheiro, e as*

vezes, eu gasto dinheiro com droga pra ficar na paranoia, entendeu? Então às vezes eu me arrependo. Eu não tenho autocontrole, mas quando eu consegui assumir que eu não sou controlada, eu acho que isso aí vai me ajudar mais, e eu tô precisando procurar ajuda. Lógico, muitas pessoas conseguem sozinhas parar, mas tem outras que não. Se a gente for parar pra pensar, generalizando tudo, nós seres humanos, nós 24x48, cada dia, todo segundo, a gente precisa do outro. Independente se você conhece ou não, você precisa do outro, entendeu? Você precisa de pessoas, indireta e diretamente. A gente não consegue viver sem a ajuda de ninguém. Não existe essa pessoa, até quem tem dinheiro, quem é rico precisa do outro.

**(Amanda)** E como é para você ser negra, pensando nessa coisa da ajuda e da necessidade?

**(Savana)** Há olha, ser negra é não sei, é assim, eu percebo que as pessoas como eu sente coisas parecidas comigo, e é muito mais fácil que estas pessoas me compreenda, e não é assim, entender de saber falar as melhores coisas, mas te entender de saber pelo o que você passa, então nem sempre a gente sabe que é porque a pessoa é negra, mas é por ela ser parecida com a gente, e só depois se você for analisar ela era negra como eu sou negra.

**(Amanda)** Pensando nessa coisa de analisar, agora analisando você acha que a sua vida de alguma forma se marca através da experiência racial, ser negra impacta no que?

**(Savana)** Então, a vida é mais difícil para os negros, você diz pelos lugares que eu passei? Olha como eu te disse eu sempre fui muito bem recebida, eu sou comunicativa, as pessoas gostam de mim, mas a vida toda eu sei de coisas que é mais difícil, para mim arrumar é mais difícil, para me sentir mulher é mais difícil.

**(Amanda)** E pelos os lugares que você passou, tipo o abrigo para crianças que você conviveu por um bom tempo, a escola, os hospitais e a cadeia?

**(Savana)** Bom nestes lugares todo mundo se fode mesmo, mas é assim quando tem uma pessoa branquinha, ela já é mais superior, é como se ela fosse menos suscetível as coisas ruins, tipo a professora já acha que ela é mais inteligente, no hospital os médicos ouvem mais ela, estas coisas. Na cadeia eu fiquei no barraco das travestis, então lá éramos todas muito parecidas, mas as bichas brancas são mais femininas consegue mais regalias, os

*policias também olha pra gente como se não tivesse ninguém sabe, como se a gente não tivesse ninguém por nós, sem família.*

*(Amanda) Savana e na rua como é ser negra, faz diferença?*

*Há faz viu, faz, porque assim, as pessoas passam e vê nos negros e pensa, coitadinhos, ele não consegue nada, não é capaz de conseguir um emprego, que dó, mas se é uma pessoa branca, eles pensam, mas você é uma pessoa tão bonita porque tá nesta situação, tem tudo para estar bem na vida, e tá assim, meu Deus o que será que aconteceu.*

*(Amanda) Tipo naturalizando a pessoa negra naquele lugar?*

*(Savana) Isso, é natural, não tem problema, como se a pessoa fosse dali, filho de chocadeira sabe.*

*(Amanda) Você já passou por algo assim, me fala uma experiência sua?*

*(Savana) Já passei por várias, várias mesmo, é tanta coisa que a gente nem lembra, o tempo todo acontece estas coisas.*

*(Amanda) Fala uma, alguma coisa que dê para descrever?*

*(Savana) Assim, quando eu saio com as minhas amigas transsexual, estamos nos duas mangueando, ela é branca, as pessoas passam e sempre param para conversar com ela, sempre, dá a maior atenção, que saber da família dela, o que aconteceu, e eu ali do lado, e é como se eu não existisse, como se eu não tivesse o que falar, fora a ajuda, ela ganha muito mais muito mais dinheiro que eu, muito mais.*

A história de Savana traz um reflexo muito importante do aspecto racial atrelado à necessidade de ser forte, de criar perspectivas que humanizem e tragam uma dimensão de dignidade às suas experiências. Ela salienta a relação com sua mãe de modo a preservar na narrativa o quanto generosa é a atitude da mãe de cuidar dos filhos, apesar de todos os problemas, nos revelando cuidado e compromisso com sua ancestralidade. Uma infância difícil marcada pela fome, a cobrança por parte da mãe que queria que ela fosse um homem. A identidade de gênero é por onde Savana mais se marca enquanto corpo que sofre violências, mas os apontamentos raciais denunciam o quanto ela vivencia o que aqui estamos denominando como uma guerra racial.

Desde de pensar a infância marcada por uma vida na favela, as tensões domésticas que se evidenciam por um território marcado pela criminalização, que por sua vez criminaliza os corpos e os submetem a condições de violências externas mas também internas, no seio da família. Que precisa imprimir em suas normas a ética imposta pelo modo de organização do território, que se dá em torno das práticas que a venda de substâncias ilícitas determina, e esta por sua vez, se encontra atrelada à ótica de violência que o Estado impõem ao território.

Como bem se vê salientado por ela, as experiências de agressão vividas pelas irmãs através do irmão, que entende que é melhor ele mesmo agredi-las, ao deixar que os homens do tráfico façam isso, *“e assim, depois que ele entrou pra boca de fumo ele mudou completamente, ele batia nas minhas irmãs, ele já mandou duas irmãs minhas pro hospital. Coisas que elas aprontavam na favela pros bandidos não bater, ele tinha que bater, porque os meninos falavam, elas tão erradas, fez isso, isso e isso de errado aqui na comunidade e se você não cobrar, a gente vai cobrar”*, até a relação logo cedo com o abrigo, a cadeia, e dor da perda da sua mãe, que marca a morte como algo a ser vivido pela população negra a partir do não direito ao registro. Não sabe onde a mãe foi enterrada, quem estava com ela neste momento, a destituição de uma rede de vínculos que se formava através desta figura.

Savana traz o controle como seu principal inimigo, ela entende que é preciso controlar seu uso de entorpecentes e que autoconfiança pode enganá-la, neste sentido, ela também demonstra a vulnerabilidade em torno de experiências onde a relação das possibilidades para seu corpo, está sujeita ao corpo do outro, do branco(a). *“Mas é assim quando tem uma pessoa branquinha, ela já é mais superior, é como se ela fosse menos suscetível as coisas ruim, tipo a professora já acha que ela é mais inteligente, no hospital os médicos ouve mais ela, estas coisas. Na cadeia eu fiquei no barraco das travestis, então lá éramos todas muito parecidas, mas as bichas brancas são mais femininas consegue mais regalias, os policiais também olha pra gente como se não tivesse ninguém sabe? Como se a gente não tivesse ninguém por nós, sem família”*. Esta dinâmica revela o quanto as normas sociais em espaços de poder podem conotar o atravessamento do racismo como algo decisivo para a constituição dos planos e projetos de uma pessoa em sua vida. A configuração destes projetos, sonhos, podem se atrelar não às suas próprias capacidades de ação diante das questões, mas à construção do outro como um ser de

poder, e por tanto a sua constituição se define, enquanto quem não é. Nas palavras de Sueli Carneiro (2005) “na constituição do outro como não ser, como fundamento de ser”.

Ao pensar a guerra às drogas tendo como ponto de observação o corpo negro(a) nestas construções, foi possível analisá-la de forma antecipada, mostrando que anterior à uma guerra a determinadas substâncias utilizadas pelas pessoas, elas já enfrentavam uma guerra racial implicada à institucionalidade de seus corpos como negros(a) que são. A dimensão racial carregada por estes corpos acarreta em uma parcialidade institucional, da pouca inteligência para professora, da não capacidade de formular uma narrativa sobre suas próprias doenças para o médico, de receber mais pancadas para polícia, da condição de suspeito a condenado para o judiciário e da naturalização da miséria como lugar de origem para a sociedade.

Em torno do enfrentamento desta guerra racial, estes corpos aludem sua resistência em existir, mantendo quase que em todas as histórias a percepção sobre a rua ser seu lugar de construção familiar, comunitária e também de direito. Conotando seus corpos como seu próprio mundo, fonte de porosidade, que estabelecem através de suas existências a capacidade da rocha em reunir fluidos e com isso o estar na rua incorre em um modo auto gerenciado, de quem procura novas existências, e estas podem estar associadas ao modo nagô (afro).

\*\*\*

Neste capítulo, procuramos entender como se dá a sociabilidade dos corpos que se encontram em condição de rua, foi possível perceber em primeira instância, que estas trajetórias tendem a ser marcadas pelo que podemos chamar de uma localização racial. Traçar a marcação social e institucional desses corpos, foi um percurso que permitiu entender seus encontros não pela dimensão que o crack ou outras drogas conseguem exercer, mas pelo o que seus corpos exercem como sujeitos(as) de uma estrutura cujo marcador racial se sobrepõe aos demais, inclusive a sujeira.

Ao olhar estas histórias, é necessário pontuar o modo como o racismo se encontra articulado à prática de criminalização que vai muito além do uso de substâncias ou sua vinculação ao cenário de exposição à rua e outras vulnerabilidades. Considerando a

perspectiva racial como um meio para pensar a maneira como a institucionalização do corpo negro está sempre ligada a uma série de práticas violentas, torna-se evidente que os processos e percursos pelos quais passaram estes sujeitos(as) reforça o argumento de que não podemos separar o corpo [negro(a)], Estado social ou penal e a marginalidade urbana, mas “captá-los e explicá-los em conjunto”, em suas mútuas imbricações (WACQUANT, 2008).

A condição de imbricamento destes corpos, definidos socialmente através de uma marginalidade urbana, exprime outros processos. No capítulo que se segue, me interessou entender o modo de vida destas pessoas mais como resposta à cidade do que como questão. O que um território como a “cracolândia” responde? É possível que haja nestes processos de reação às ações do Estado e da sociedade, fragmentos de resistência. Procuo utilizar outras perspectivas, tomando Beatriz Nascimento como fonte de inspiração analítica, para pensar as ações e reações destas corporeidades marcadas acima de tudo pela racialidade como também uma forma de aquilombamento.

## 6. Corpo e território: Perspectivas de quilombo a partir da “cracolândia”

### 6.1 Um arrastão na “cracolândia”

16 de fevereiro de 2017

Sáimos de casa logo cedo, eu e Jeremias, neste período ele ainda estava oscilando entre ficar um tempo em casa e passar longos períodos na rua, no Centro de São Paulo, na “cracolândia”. Tínhamos combinado de tentar mais uma internação para ele, pelo CATROD, fomos até lá no meu carro. Moramos no Butantã por isso uma das alternativas para chegarmos ao Centro da cidade é pegar a Marginal Tietê. Ao sair da marginal, caímos nas ruas da Santa Cecília que leva até o bairro Campos Elíseos, onde fica localizada a “cracolândia”, fui seguindo o aplicativo de itinerários, passamos na rua Silva Pinto em frente ao Sesc Bom Retiro, sabia que estava no caminho certo, depois do Sesc virei a primeira rua que dava mão, na Barão de Piracicaba. Conforme fui avançando, avistei de longe uma leva de pessoas, percebi que era o fluxo de gente que vinha da “cracolândia”, eram umas 200 pessoas a maioria homens, mas tinha bastante mulher também, e crianças. O trânsito começou a parar, para que as pessoas caminhassem, neste momento Jeremias me olhou com uma cara, como se já soubesse o que poderia acontecer, e eu também sabia, muito provavelmente um arrastão.

E foi o que aconteceu, reparei algumas pessoas indo em direção aos carros, umas pediam e outras já tentavam pegar as coisas que estavam em cima do banco do carona. Fiquei bem tensa, sabia que alguém viria na minha direção em algum momento. Abaixei o pino da minha porta e levantei o vidro, o Jeremias não se movia, ele estava meio que preparado para uma briga, mas bem desconfortável, como se estivesse em uma posição incomum. Vieram dois homens do meu lado e bateram no vidro, eu disse que não tinha nada, que estava dura, eles foram embora. Do lado do Jeremias veio um menino meio correndo e abriu a porta dele, aí percebi que ele não tinha travado o pino, ele saiu do banco bem rápido, puxou a porta que se fechou, e gritou, “*e aí caralho qual é?*” O menino que abriu a porta não deu continuidade no ato, o trânsito começou a se movimentar e eu consegui sair com o carro, peguei a primeira rua à direita e me desvencilhei da multidão, foi tenso. Perguntei ao Jeremias, por que será que rolou esta confusão? Ele disse que devia



ser dia de lavarem a rua do fluxo, e que provavelmente a GCM<sup>41</sup> devia estar “zoando o pessoal e as coisas deles, porque no geral quando a galera faz isso, alguma coisa tem, não rola de graça este arrastão não”.

Fiquei muito pensativa quanto a este fato que ocorreu comigo e Jeremias, porque as respostas mais comuns sobre este tipo de acontecimento, é pensar em uma relação de descontrole gratuito das pessoas, como se não houvesse nenhuma ordem naquele caos, e a naturalidade do Jeremias ao ver o que estava acontecendo insinuava que, além de uma possível participação em uma cena assim, ele sabia a razão, antes mesmo que eu perguntasse. Estava na expressão dele a ideia de que se estava acontecendo é porque as pessoas estavam respondendo a algo, do jeito que elas tinham como responder. Este não foi um episódio de grandes repercussões midiáticas, talvez por não ter ocorrido nada muito grave.

## 6.2 Corpos Insubmissos

“O Fantástico foi à procura de respostas: o que está acontecendo hoje na Cracolândia, o maior ponto de consumo de drogas a céu aberto da capital paulista? E por que o local, que existe há pelo menos 20 anos, ainda é um problema crônico da cidade?”<sup>42</sup>

"Estavam desnorteados": vítima relata como ocorreu arrastão na Cracolândia”.<sup>43</sup>

“Arrastão na Cracolândia causa pânico em SP; veja vídeo”.<sup>44</sup>

“Arrastão na região da Cracolândia ameaça moradores e comerciantes do centro de SP”.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> GCM (Guarda Civil Metropolitana), no geral o policiamento do território da “cracolândia” é feito pela GCM.

<sup>42</sup>Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/13/videos-mostram-antes-e-depois-dearrastao-na-cracolandia-em-sp-veja-imagens.ghtml>

<sup>43</sup>Fonte: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-12-09/estavam-desnorteadosvitema-relata-como-ocorreu-arrastao-na-cracolandia.html>

<sup>44</sup> Fonte: <https://www.dci.com.br/dci-sp/arrastao-na-cracolandia-causa-panico-em-sp-veja-video/57512/>.

<sup>45</sup>Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/arrastao-na-regiao-da-cracolandiaameaca-moradores-e-comerciantes-do-centro-de-sp.shtml>

Os fragmentos jornalísticos selecionados acima dizem respeito a um episódio recente no território da “cracolândia”. No dia 8 de dezembro de 2020, por volta das 17h, explodem nas redes sociais e telejornais uma série de reportagens trazendo o que seria um grande arrastão na região. Essas reportagens demonstram a formação de um caos nas ruas do entorno do território, descrevendo o que seria um total descontrole dos ocupantes da “cracolândia”. Isto se deu em decorrência de uma desocupação forçada do fluxo da “cracolândia” da rua Claveland e Helvetia para a rua Dino Bueno. Segundo relatos dos moradores da área, as forças de segurança teriam usado bombas durante a ação, o que levou a reação dos ocupantes. Esta é a descrição de um episódio, entre tantos que frequentemente ocorrem na região<sup>46</sup>.

O território da “cracolândia” passou nas duas últimas décadas a ser um espaço de frequente atenção pública e política. A aparição no espaço público de uma grande quantidade de pessoas, com corpos e ocupações que se tornam visíveis para a cidade e com isso incitam aparatos de gestão, tratamento, atenção e repressão (RUI, 2012), tem suscitado uma cobertura midiática que ocorre, entretanto, de forma muito fragmentária e estigmatizante, produzindo um pânico moral na sociedade (BENTES, 2015). Em função disso, políticas públicas são implementadas, tanto para responder às situações tidas como problemas sociais no território urbano, quanto para produzir uma espécie de performance da atuação do Estado. Assim, não o crack em si, mas as ideias sobre ele e sobre as relações entre consumo, corpo e gestão, movimentam uma miríade de atores e políticas (RUI, 2012).

Nos interessa chamar a atenção ao fato de que a gestão sobre os corpos, se dá, sobretudo, em corpos negros(a). Haja vista que oito em cada dez usuários de crack nestas cenas públicas são negros e negras (Garcia, 2016). Este cenário nos suscita a pensar sobre as lógicas estabelecidas em torno deste processo de reação destes usuários, sobre as ações sofridas. As manchetes dos jornais acima evocam frases como: “Eles estavam

---

<sup>46</sup> Relembre ações, principalmente violentas, que aconteceram na região que concentra dependentes químicos no centro de SP: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/relembre-as-acoes-policiais-na-cracolandia-em2020-06012021#!/foto/1>

desnorteados”, “Arrastão causa pânico”, “Arrastão na região da Cracolândia ameaça moradores e comerciantes do centro de SP”. O que estas corporeidades negras respondem ao reagir, em seu trânsito pela cidade? Ouvindo atentamente um dos interlocutores desta pesquisa, que situo na abertura do texto, eles estão respondendo ao modo como foram tratados, segundo ele muito provavelmente a GCM tinha: *“zoad o pessoal e as coisas deles, porque no geral quando a galera faz isso, alguma coisa tem, não rola de graça este arrastão não”*, situando-nos sobre um processo de reação à ação sofrida. Estas reações apesar de não tão elaboradas, como foi possível perceber na sua dinâmica, não são atos isolados de uma única pessoa, mas uma mobilização corpórea de todas elas, revelando uma coletividade reativa de corpos que, como até aqui viemos marcando, se movimenta em sua Negri(ati)tude.

O conflito colocado em torno das práticas da “cracolândia”, do desconhecido ou do não reconhecido pela cidade, comumente é questionado, sobre quais questões os sujeitos apontados carregam consigo, como se essencialmente tivéssemos as mesmas questões, e o que se diferenciasse, fossem apenas as respostas. Portanto, nos interessou entender o modo de vida destas pessoas mais como resposta à cidade do que como questão. O que um território como a “cracolândia” responde? É possível que haja nestes processos de reação às ações do Estado, como no caso citado acima, fragmentos de resistência. Sendo estes reconhecidos socialmente e pelo poder público como um grupo, podem também eles, os “craqueiros”, “noias”, “zumbis”<sup>47</sup> do Centro de São Paulo, que formam o fluxo da “cracolândia”, ser uma comunidade em que suas corporeidades em sua maioria negra, na produção da “abjeção”<sup>48</sup> (RUI, 2012), contraria uma tentativa de dominação, domesticação, e partindo daí, mobiliza uma postura, “contra-colonial” (BISPO, 2015), a que não cede a um modo de civilidade imposto pela cidade.

Quiçá mobilizando o que o autor Muniz Sodré vai chamar de Arkhe africana. Ao conceituar a Arkhé africana, Sodré não parte de um pressuposto de relação racial, mas sim do pensamento nagô (afro), em que o corpo ocupa a posição de primeiro plano, integrando-se ao simbolismo coletivo na forma de gestos, posturas, direções do olhar,

---

<sup>47</sup> Estas são nomenclaturas utilizadas de forma depreciativa, muito comum para se referir aos ocupantes e frequentadores do território da “cracolândia”.

<sup>48</sup> Taniele Rui (2012, 2014) procura problematizar as categorias de “corpo abjeto” para descrever o que ela chama de “definimento corporal” dos usuários de crack e “nóia” para circunscrever a especificidade dos sujeitos desse território.

assim como “inflexões micro corporais” (SODRÉ. 2015, p. 205). Tal posição do corpo implica na negação da concepção e redução do corpo negro como uma máquina produtiva. Esta elaboração possibilita pensar o corpo como ferramenta máxima de ação que, apesar de estar submetido a uma série de práticas violentas, exprime de seus movimentos e também na produção de sua imagem uma espécie de contraposição. As corporeidades negras nesta perspectiva trazem consigo memória ancestral, de luta e de resistência. Tal proposição não implica em naturalizar a condição dos corpos “abjetos” mas em identificá-los partindo da historicidade que carregam consigo, por serem negros(a). E é exatamente esta capacidade de ação e reação que torna a “abjeção” mais possível, porque os corpos reagem na produção desta imagem da sujeira, da desordem ou mesmo de uma contraordem.

O autor Antônio Bispo (2015), um quilombola, ao recorrer às vozes de indivíduos que vivem concretamente impasses constantes acerca de seu lugar de pertencimento, analisa a luta em torno do território de maneira “contra-colonial”, a que não se deixa colonizar em virtude de uma série de práticas que constituem a resistência, compreendendo o território como uma questão basilar na vida de um sujeito, sendo parte crucial para sobrevivência e para o desenvolvimento de uma determinada comunidade (BISPO, 2015). Neste sentido, compreender os espaços que se formam a partir destes atores sociais, como na “cracolândia”, em que a corporeidade se formula diretamente ao marcador racial e ao território, pode vir a caracterizar uma identidade. Tal possibilidade pode ser uma forma da corporeidade afro-brasileira reelaborar seu pertencimento, suspenso por conta da escravidão além de uma vinculação ético e existencial na relação homem e natureza. O “corpo pode ferir, enfeitiça pela plasticidade dos movimentos, pela malícia dissimuladora, pelo segredo do corpo, capaz de engendrar uma metáfora viva relativa ao modo como as classes subalternas invertem a seu favor a força visível e explícita dos poderosos” (SODRÉ. 2015, p. 243). Além disso, a corporeidade nagô é uma recusa da separação absoluta de corpo e natureza, elaborando assim outra dimensão de representação e inserção sobre o território (IDEM).

Para Beatriz Nascimento, “o corpo negro se constitui e se redefine na experiência da diáspora e na transmigração (por exemplo, da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste)” (RATTS, 2006, p). É possível observar nos textos de Beatriz uma importante preocupação com essa (re)definição corpórea. A sua própria

imagem passa a ser objeto de observação, da “perda da imagem” que atingia os(as) escravizados(as) e da busca dessa (ou de outra) imagem perdida na diáspora (RATTS, 2006, p.). Seria esta outra imagem, que compõe os cenários como o da “cracolândia” que a cidade repele, apesar de produzir, e estas em seu ato de existir, resiste. A resistência se dá na troca da experiência do viver em inconformidade com os modelos convencionais de ação, que em alguma medida desenvolve o repúdio de quem não consegue fazer igual, quase que do nível da inveja, de não conseguir se desvencilhar das práticas hostis de viver sobre o prisma da opressão do capital. Deste modo, a experiência deste outro, que convive com a “dor da cor” (CARNEIRO, 2011, p, 63) e abjeção associada à insubmissão, vai trocar a experiência do sofrer na medida em que sua produção do existir em inconformidade retira de si o direito social da construção da sua imagem, como um ser que possui vida, na caracterização da sua imagem como um “zumbi”, a figura da morte.

Na medida em que havia um intercâmbio entre mercadores e africanos, chefes, mercadores também, havia uma relação escravo/escravo como também de intercâmbio, uma change. Essa troca era do nível do soul, da alma, do homem escravo. Ele troca com o outro a experiência do sofrer. A experiência da perda da imagem. A experiência do exílio. (NASCIMENTO 1989 in RATTS, 2006).

Taniele Rui (2012, 2014) procura problematizar as categorias de “corpo abjeto” para descrever o que ela chama de “definhamento corporal” dos usuários de crack e “nóia” para circunscrever a especificidade dos sujeitos desse território, e o quanto esta imagem é relevante para caracterizar esta figura socialmente. No pensamento de Beatriz é a interrelação entre corpo, espaço e identidade que pode ser refeita por aquele(a) que busca tornar-se pessoa (e não coisa) no “quilombo, na casa de culto afro-brasileiro, num espaço de encontro e/ou diversão, no movimento negro, diante do espelho ou de uma fotografia” (RATTS, 2006, p, 66), e neste caso a configuração documental do corpo, como referência máxima da territorialização do quilombo, que se apreende na ação do corpo negro(a) que traz consigo memória.

Na partilha desta imagem e do sofrer em comunidade (na “cracolândia”) é possível entender este movimento como o de aquilombar-se, que se salienta no ato da ação e reação do corpo, na experiência com a cidade através desta imagem. O aquilombamento é uma ação de uma parte do todo, que ainda que nas piores condições,

se organiza em torno do coletivo, tornando-se comunidade. “O povo negro sempre se organizou para constituir comunidades, seja durante ou posteriormente ao período de escravidão; unidos, encontram modos de resistir em meio à sociedade branca” (BATISTA, 2019, p, 400).

Os traumas que os corpos negros(a) carregam pelas suas experiências em existir são marcados por suas gerações que, por sua vez, são atravessados pela escravidão. Muniz Sodré (2017) ressalta que essa guarda de acontecimentos implica evidentemente em uma memória grupal e que, “Impregnada por uma atmosfera afetiva estruturante a memória incide principalmente sobre um modo de ser e de pensar afetado pela territorialização que, no caso dos negôs, dá margem a vínculos comunitários particulares” (SODRÉ, 2017, p. 92). Para Beatriz Nascimento, o principal documento dessas travessias, forçadas ou não, é o corpo (RATTS, 2006).

Este corpo negro(a) como principal referência de degradação implica na construção da “cracolândia” como um “problema social”, a produção de uma aporia urbana (FROMM, 2017). Pensar sobre a segregação de corpos negros(a) em determinados territórios, independente do seu uso ou não de crack, pode nos fazer entender o quanto estes corpos podem ser “ideais” para habitar tais lugares. o que poderíamos chamar de corpos “incircunscritos”. De acordo com Teresa Caldeira, “o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável aberto a intervenção na qual a manipulação de outros não são consideradas problemáticas” (2000, p. 370). Conforme Heitor Frúgoli Jr, “um desdobramento recorrente dessas falas seriam, sinteticamente, o seguinte: ‘tirando os nória(s), (o bairro) é bom’” (2012, p. 3). Se a “cracolândia” é construída por pessoas e suas redes mais que um espaço determinado, acabar com ela é agir sobre esses corpos.

A permanência destes corpos negros(a) compartilhando suas trajetórias em comum, no movimento de estar em inconformidade com o movimento da cidade, incide no aquilombamento que, para Beatriz Nascimento (2018) está na dimensão da pessoa negra que pode em si ser considerada um quilombo, pois carrega consigo o ser múltiplo. Nesse sentido, é nas entrelinhas desta perspectiva que é possível circunscrever a diferença da corporeidade negra em coletivo na circulação destes espaços que pode sim ser considerada como aquilombada. Mostrando que estas relações são atravessadas por

estigmas que denotam a partilha do “soul”, do revolucionar-se, que também pode conotar, a construção de uma outra promessa de vida e quem sabe de sociedade.

Segundo Clóvis Moura (2001) a quilombagem se estabelece como um continuum de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas, militares e econômicas da escravidão e dos seus valores, e reunia diversas ações que tinham como principal objetivo enfraquecer o sistema. “Um processo radical permanente de desgaste do sistema que se articula durante todo o percurso histórico da escravidão no Brasil com a sua dinâmica radical permanente” (2001, p. 110).

O território da "cracolândia" o qual o nomeio com aspas, por compreender que a relação com o crack não é o principal componente do território, onde pude perceber, em tantos encontros fortes traços comunitários. Os trânsitos se misturam a uma certa existência que incide em uma lógica de relações de negros(a) corpos e está produz a resistência. Como aponta Beatriz Nascimento, “um corpo de repente aprisionado pelo destino dos homens de fora. Corpo/mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras” (NASCIMENTO,1997 apud RATTIS, 2006, p, 68) em certa medida também como “quilombo mítico que faça conteúdo da sombra das palavras. Contornos irre recuperáveis que minhas mãos tentam alcançar” (Idem).

### **6.3 A inconformidade de Fernando apesar de não fumar crack**

Fernando<sup>49</sup> é um interlocutor da pesquisa, um homem negro que apesar de nunca ter usado nenhum tipo de entorpecente, também por muito tempo perambulou pelas ruas do Centro de São Paulo e até mesmo pela “cracolândia” como morador de rua. Ao falar de sua história, Fernando lembra que, antes dele, seus pais também moraram na rua, que boa parte da sua infância foi em cima da carroça de sua mãe. Mesmo depois de formado em pedagogia, de ter sido conselheiro tutelar, não foi possível manter a segurança de um teto sobre sua cabeça, chegou a ser candidato a deputado federal, e enquanto estava em campanha passou um bom tempo ainda na rua, até que recebesse ajuda para pagar o aluguel. Depois deste processo e não ter sido eleito, cessou a ajuda e Fernando retornou às ruas. Na ocasião da conversa ele tinha conseguido um trabalho como professor na rede

---

<sup>49</sup> Neste caso utilizo um nome fictício para preservar a identidade deste interlocutor.

pública de ensino, e apesar de no momento da inscrição para vaga, estar ainda morando na rua, depois da confirmação do trabalho, conseguiu ajuda para pagar o aluguel de um quartinho para morar.

Ao chegar à escola para dá aula, Fernando vai enfrentar a coordenadora, que o reduz na frente dos alunos, como segundo ele mesmo fala, “*sabe Amanda acredito que ela não gostou de mim, porque soube de toda minha trajetória na rua, ela olhava para mim e já me via como menos, me humilhou na frente de todos os alunos, eu sentir vontade de chorar, mas conseguir pedir licença para os meus alunos e chamei ela para conversarmos do lado de fora da sala, ela não queria, mas depois acabou indo, e ficou me falando que em quarenta anos de ensino nunca viu um professor gastar 40 minutos para controlar os alunos, eu fui explicar para ela que ali, tinha muita criança vulnerável e que elas precisavam de um pouco mais de atenção de conversa antes de entrar no conteúdo, ela me falou que não tolerava isso, que as minhas experiências não poderiam vir para sala de aula, olha, passei umas boas com esta mulher, mas conseguir enfrentá-la, pelas crianças sabe, elas precisam de mim, eu sei que muitas delas, mal tem o que comer em casa, então eu tenho que ajudar, e ajudar, ainda mais para mim que fui do conselho tutelar, é muito mais que dá um conteúdo de ensino, é entender a realidade dessa criança, é lembrar que ela tem uma família, é olhá-la na sua totalidade. Eu que sofri de tantas maneiras, e vejo tanta gente olhando torto para mim, sei que eu preciso ajudar quem eu posso ajudar, é o que me movimenta, é o que dá sentido à minha vida”.*

Fernando se compromete em refazer sua experiência de dor, através do outro, a troca da experiência do sofrer o possibilita refazer sua própria imagem, novamente nas palavras de Beatriz da “perda da imagem” que atingia os(as) escravizados(as) e da busca dessa (ou de outra) imagem perdida na diáspora (RATTS, 2006, p.). A constituição de comunidade mítica, deste quilombo que se faz , através do encontro desta imagem perdida com a dor, com o racismo, ela é reformulada no movimento da formação da comunidade, que torna-se possível pela vivência da “dor da cor”(CARNEIRO, 2011, p, 63). Esta possibilita o olhar que enxerga através das suas próprias lentes que foram a do corpo que viveu a transmigração, que atravessou o atlântico, e portanto é recursivo em seu movimento, ele vai para frente, para a experiência de uma nova vida, ao mesmo tempo em que ainda vive esta transmigração e por isso retorna, ele vai e vem e deste percurso, como nos lembra Moniz Sodré, é “impregnado por uma atmosfera afetiva estruturante a



memória incide principalmente sobre um modo de ser e de pensar afetado pela territorialização que, no caso dos nagôs, dá margem a vínculos comunitários particulares” (SODRÉ, 2017, p. 92). Sigo com Fernando:

*(Amanda) Então é pelo grupo do whatsapp<sup>50</sup> que você interage com os seus alunos?*

*(Fernando) É e nada mais. Porque eu sofri muito com ela<sup>51</sup>, porque eu não conhecia muito as outras mídias, não sabia o que era o meet, o que era o zoom. E ela me falou, nossa que mundo você viveu? O mundo da rua, você nunca caiu na rua, era só você ter um pouco mais de humanidade com a pessoa, conversa com aquelas pessoas que estão ali, que estão submetidas a desumanidade, passa ali de baixo do viaduto da Amaral Gurgel que você vai conhecer um pouco desta realidade, você vai ver que ninguém tem celular. Se tiver celular, é um ou outro. Você vai perceber também que estas pessoas estão virtualmente excluídas, além de todo resto. Aí você vai compreender o que foram esses quatro anos pra mim. Por isso é que eu não consigo compreender essas mídias. Mas quem sabe um dia, eu possa compreender.*

*(Amanda) Aqui em São Paulo você ficou sozinho Fernando? Sem família?*

*(Fernando) Eu fiquei, porque eu perdi o contato da minha irmã. Ela mora em Francisco Morato, mas mudou de bairro. Quando eu fui lá, ninguém soube me dizer para onde ela foi.*

*(Amanda) Vocês eram três só?*

*(Fernando) Era, os três irmãos mais pai e mãe. Então fui perdendo todo mundo.*

*(Amanda) E eles também já moraram na rua?*

*(Fernando) A minha mãe era catadora de papelão, puxava carroça. Às vezes morava na rua, quando tinha dinheiro, alugava um quarto. Ela nasceu lá no bairro do Belém.*

*(Amanda) E vocês já com ela nesse período?*

*(Fernando) Já com ela nesse período. A gente ia para a escola, ela arrumava a gente, bonitinho, dava banho e tudo, e a gente ia pra escola em cima da carroça. E ela ia, deixava a gente na escola estadual, ia fazer toda reciclagem na rua e depois, no final da tarde ela vinha nos pegar.*

*(Amanda) E o seu pai também?*

---

<sup>50</sup> Esta entrevista se dá já no contexto da pandemia do Covid 19, situação que suspendeu o contato presencial entre professores e alunos.

<sup>51</sup> A coordenadora.

*(Fernando) O meu pai tinha um braço cortado, que ele perdeu na adolescência quando ele caiu do trem. Ele pulou, o antebraço cortou e ficou com uma perna mais curta, por conta desse acidente, e por conta do braço, ele não conseguiu emprego. Daí ele só conseguia vender esses bilhetes de lotérica, que hoje em dia é de loteria.*

*(Amanda) E aí não conseguiu nenhum benefício?*

*(Fernando) Não conseguia nada. Não sei se na época tinha tantos quanto tem hoje, e aí ele não conseguia nada e vivia só daquele bico da lotérica e minha mãe com a carroça. Era uma pobreza infernal. Tanto que ela morreu muito mal, muito mal, e era uma hora que eu tava indo pra escola, ela tinha sido internada no domingo, e ela morreu na terça. Aí eu fui no hospital, uma mulher veio e falou, sua mãe já teve alta. Minha mãe tava morta. Na mesma rua, mesmo quarteirão ficava esse hospital, eu larguei a mochila que levava pra escola, meus olhos se encheram de lágrimas, e eu lembro que falei assim nesse dia, olhei pra cima muito emocionado e falei, senhor, o senhor tirou a minha mãe de mim. A minha alma sabia que minha mãe tinha ido embora, e aí eu fui. Quando eu cheguei nesse hospital, ninguém me barrou, eu consegui entrar pela recepção e fui até o fundo do hospital, onde ficava o necrotério e eu nem sabia o que era necrotério. Uma coisa me levou até lá no fundo. Ela tava em cima de uma lápide, bem magrinha, pele e osso porque ela tinha ficado paraplégica, peguei na mão dela, era espírita kardecista de mesa branca, e eu falava assim, mas você ajudou tantas pessoas, você sofreu tanto, você dividiu pão, você foi kardecista, você sempre amava o outro, por que você acabou assim? E eu não conseguia entender, porque o espiritismo não se conforma. E ela me explicou, filho calma, na outra encarnação, eu era uma mulher branca e rica que cortava braços e pernas de escravos e agora tenho que voltar negra, perder o movimento das pernas pra pagar aqueles carmas do passado. Pra minha mãe aquilo foi um alívio tão grande e espiritual, que ela aceitava a dor sem sofrer com a doença, assim psicologicamente. Era cada vez pior, mas aliviou para ela a espiritualidade daí eu relembrei dos ensinamentos que ela me passava ali, eu e ela sozinha. Depois chegou minha irmã, chorou muito.*

*(Amanda) Com quantos anos ela morreu Fernando?*

*(Fernando) Ela morreu com quarenta e nove, cinquenta.*

*(Amanda) E você tinha quantos?*

*(Fernando) Eu era criança, tava indo pro primário. Eu tinha uns sete, oito. Estava no terceiro ou quarto ano, mas já tinha essa mente. Você desenvolve essa coisa dentro de você, de ser meio que o líder da família. Foi muito dura essa passagem dela.*

*(Amanda) Daí, quem te criou?*

*(Fernando) Meu pai, ele ficou vivo por mais uns cinco ou seis anos. E depois ele sofreu um acidente também, que ele foi atravessar de uma rua para outra, sabe esses caminhões de laticínio da Vigor? Pegou ele em cheio, jogou ele no outro lado da rua e ele ficou paraplégico e também ele foi definhando, definhando e ele ficou com minha irmã mais velha que é viva até hoje, ficou um tempo comigo e depois um tempo com ela, porque ela tinha mais condições quando era casada, mas depois ele morreu. Ele morreu sem me ver mais, ele estava morando em Sorocaba, ele não me viu mais. Devia ter muita saudade. Aí eu fiquei na rua esse período.*

*(Amanda) Esse período que você era criança que seu pai faleceu, você já tava na rua?*

*(Fernando) Praticamente. Não, eu ainda fiquei um tempo com meu pai lá no quartinho e depois quando meu pai foi para minha irmã, eu consegui alguns trabalhinhos, ainda conseguia pagar uma coisinha, ficava nessas ocupações. E depois sim, que veio essa parte crítica e crônica de ficar na rua mesmo, que foi esse período que eu tava um pouco mais adulto e aí eu fiquei na rua por esse período.*

*(Amanda) Tipo quantos anos?*

*(Fernando) Acho que dos dezoito até os vinte e dois, mais ou menos.*

*(Amanda) Depois você retornou pra rua já?*

*(Fernando) Depois eu retornei depois das eleições de 2018.*

*(Amanda) Aí você ficou quanto tempo?*

*(Fernando) Eu fiquei na segunda metade de 2018, seis meses na rua. Porque quando eu comecei a campanha, eu saí da rua, e eu com vergonha de ter que dormir de noite na rua e ter que contar para eles do partido. Você não tem tanta proximidade deles, pra contar que você tá na rua. A pessoa nem acreditava que você era candidata, mas como você é candidato a deputado federal pelo e tá na rua? Foi quando uma deputada, eu cheguei com a candidata a deputada federal, ela tinha alguns outros interesses, e eu conseguia cativar muitas pessoas do partido, eu era muito comunicativo e eu conseguia filiar as pessoas no partido, e ela queria muitas pessoas filiadas porque lá na frente, quando você vai fazer as convenções, isso vira delegado que tem direito a voto e ela seria candidata a prefeita se tivesse o maior número de delegados. Quanto mais gente levasse, mais na frente ia ajudar. Mas depois, ela fez tudo isso comigo, claro que não foi ela diretamente, ela mandou um tesoureiro fazer tudo isso, mas eu percebi que foi ela porque veio do gabinete dela. Não é possível que ela saiba, que ele tá me colocando na rua, me jogando*

na rua novamente. Eu falei com ele, mas eu vou ficar na rua, e ele falou, olha, a gente tinha só um compromisso na eleição de conselheiro tutelar, se você não ganhou, a gente não tem mais. Até que veio essa sorte, essa coisa, esse professor que me passou as informações, quase praticamente no último dia. Ainda vai fazer um ano. Quando eu contei minha história às pessoas, Fernando senta aqui, o que que tá faltando? Se tiver faltando alguma coisa, depois você me traz. Com sua história de vida, você vai ser um professor que vai alinhar duas coisas, a assistência social e a educação. Você vai ser o único profissional da rede pública que sabe muito bem o que é uma criança vulnerável, na rua, em situação de vulnerabilidade social. Você vai conseguir unir essas duas coisas. Muito provavelmente nosso professor não consegue, porque ele mora em casa, ele criou os filhos bem, ele não tem essa dificuldade, então ele não vai enxergar essa criança com esse outro olhar que você passou, pelo conselho tutelar o olhar do abuso sexual, que o educador tem que ter. Os sinais que a criança dá, os educadores não têm. Então, você vira um palestrante nosso também.

**(Amanda)** Aqui, esse espaço que você dá aula, é aqui no Centro?

**(Fernando)** É aqui no Centro, no Bom Retiro mesmo. Uma escola estadual do lado do metrô Tiradentes. Escola Prudente de Moraes.

**(Amanda)** É um lugar de vulnerabilidade?

**(Fernando)** É, porque mesmo sendo no Centro, você tem as crianças das ocupações daqui do Centro, da comunidade do Moinho.

**(Amanda)** A grande maioria dessas crianças são negras?

**(Fernando)** Uma parte é, não são todas, mas tem um pessoal que é negro. Não é a maioria, mas tem uns moreninhos mais clarinhos, que são negros. Uma galerinha boa né? Aí você vê as famílias bem vulneráveis, com muitos filhos, e aí eu entro em choque, porque por exemplo, por eu ter esse olhar mais social, o outro professor vê apenas mais uma criança que não quer fazer a lição ou que faz birra. O professor tem que olhar para além de onde essa criança está fazendo birra. A gente precisa entender em que família, em que contexto essa criança tá, que tipo de comunidade, quais dificuldades pra a gente dizer que essa criança é burrinha.

**(Amanda)** E esses professores, a maioria deles são brancos?

**(Fernando)** A maioria são brancos, mas tem os pretos lá, o que me deixou feliz. Deve ser uns quatro ou cinco em um universo de quarenta. Eles passaram a entender toda essa visão que eu trouxe, de ver a criança dando sinais e olhar. Um olhar de pena não, um

*olhar de direito. Essa criança tá dando os sinais, ela tá falando, então não dá pra você fazer um pré-conceito dela. A criança é vagabunda, não quer saber de nada, o pai é omissivo, é aquela criança que é inquieta, sabe? Você tá ali, e tá vendo que a criança tá sendo afetada com aquela maneira. E aí, passaram a entender o meu processo, e hoje, eu acho que sou amado, tirando essa mulher que é a coordenadora, sou amado por todos ali.*

**(Amanda)** *Que coisa boa, é bom estar nesse momento né Fernando?*

**(Fernando)** *[...] os professores não têm o interesse de visitar a casa desse aluno. Porque se esse aluno der um problema eu quero entender a dinâmica desse aluno. Não é uma coisa de gabinete, uma coisa técnica, olhar pra esse aluno como número. Eu não posso fazer isso, não é do meu feitio, minha aprendizagem humana não vai me permitir. Eu vou querer entender por que ele chega chorando, porque ele chega arranhado. Eu vou ter que ir na casa dessa pessoa, falar com esse pai, entender a dinâmica. Por bem ou por mal, eu vou ter que fazer uma intervenção nessa família.*

**(Amanda)** *Você entende que isso é educação, não é? Pensar na formação.*

**(Fernando)** *Imagina que eu vou largar meu horário no sábado, pra ir na casa do meu aluno, se aqui tá o rendimento escolar dele. Se ele não vier, tem o diário de classe com as notas. Reprova, não fica se preocupando com o que não é seu papel. Você não ganha pra isso, você ganha muito pouco. É assim que eles falam, que eles testemunham. Não posso, isso não é uma escolha pra mim. Não é assim que vou operar na vida. Cada um fez sua faculdade pra ser só aquilo, ser professor, pra secretaria de ensino isso tá ótimo. Ser professor, dar as notas e dar as matérias. Pra mim não vai dar não tem como.*

A marcação da cor, da pele, do corpo, se faz necessário porque é só e unicamente através dele que se experimenta a relação com o mundo, é este corpo impregnado, pela “dor da cor” (CARNEIRO, 2011, p, 63), que configura também este emaranhado de sentidos, sentimentos e responsabilidade sobre este outro. No caso do Fernando ele tão bem assinala, “*você desenvolve essa coisa dentro de você, de ser meio que o líder da família*”. Esta liderança carrega a responsabilidade de saber lidar com a dor, de ressignificá-la, de se tornar potência na constituição de um novo cenário. “*Estava no terceiro ou quarto ano, mas já tinha essa mente*”. A formação da maturidade preta, precisa elaborar e abranger as experiências através desta rede de significados que é constituído pela marcação do corpo.

A Arkhé africana, que parte de um pensamento nagô (afro), em que o corpo ocupa a posição de primeiro plano, integrando-se ao simbolismo coletivo na forma de gestos, posturas, direções do olhar, assim como “inflexões micro corporais” (SODRÉ. 2015, p. 205). É esta flexibilidade que denota o corpo preto(a) em que o “corpo pode ferir, enfeitiça pela plasticidade dos movimentos, pela malícia dissimuladora, pelo segredo do corpo, capaz de engendrar uma metáfora viva relativa ao modo como as classes subalternas invertem a seu favor a força visível e explícita dos poderosos” (SODRÉ. 2015, p. 243). A isso que direcionamos ao aquilombar-se, é o radicalismo da ação em ajudar, em colocar seu movimento de existir em função de uma prática social, ou mesmo estar sujo pelas ruas é a impossibilidade de estar neutro de não sentir nada, é a “dor da cor” (CARNEIRO, 2011, p, 63) e no caso do Fernando, como ele mesmo diz, “*não posso, isso não é uma escolha pra mim. Não é assim que vou operar na vida*”, “a dor da cor”(IDEM) opera sobre a dor do amor e segue mostrando a sua incapacidade de não se comprometer com a intervenção, “*Por bem ou por mal, eu vou ter que fazer uma intervenção nessa família*”.

Fernando marca o enfrentamento de uma guerra racial ainda que nunca tenha usado qualquer substância ilícita, a inconformidade está no fazer de seu corpo por ser um destes que ocupa a rua, o Centro de São Paulo. Que é impregnado por esta “aporia urbana”, que vê sentido e significado a constituição comunitária. E é também por esta “impregnação” que é maltratado, mesmo já estando fora da rua. Este corpo preto(a) carrega a multiplicidade da ação e reação, e este modo é o aquilombamento. A implicação desta memória, territorializada pelo espaço da rua urbana, expressa neste corpo, que é (Ori)entada por uma ancestralidade.

## 7. Apontamentos e Perspectivas

A experiência de pensar a “cracolândia” e suas corporeidades articuladas à dimensão da guerra às drogas vai muito além de uma questão meramente espacial ou mesmo da criminalização de corpos racializados, mas sem dúvida é uma questão de pensar pessoas e seus universos. São tantas as questões que se inter cruzam nestas buscas, que talvez seja muito difícil não considerar o grau de dificuldade de olhar para todas estas relações, e compreender que acima de tudo há um trânsito de corporeidades que se intersecciona ao movimento da cidade. No entanto, notar estas corporeidades é inicialmente, entender sua configuração no todo da cidade, para partindo daí compreendê-las dentro do grupo, como o da “cracolândia”.

Traçar os marcadores destes corpos, o que poderíamos chamar de corpo/ cidade e talvez expandir tal noção, nos possibilita explorar outros modos de pensar este espaço “cracolândia”. Os corpos aqui se configuram como quem quer existir, e não somente, trata-se também do existir na cidade, quem sabe na conformação de um outro tipo de cidade. No entrelace da relação destes corpos com a cidade, é possível entendê-los também como corpos que resistem à cidade, e esta resistência se configura como existência na “cracolândia”.

Os marcadores destes corpos/cidade que habitam a “cracolândia” são em sua maioria produzidos pela própria cidade na mesma dimensão em que são produtores. Como já mencionado, e se faz importante repetir o dado para reforçar a reflexão: oito em cada dez usuários regulares de crack são negros. Oito em cada dez não chegaram ao ensino médio. Quarenta por cento deles estão em situação de rua. Quarenta e nove por cento já tiveram passagem pelo sistema prisional (Garcia, 2016). A vulnerabilidade a qual é possível perceber tais corpos não se restringe a dimensão “cracolândia”, mas a toda extensão da cidade. É nela que estes marcadores funcionam enquanto seletores de experiências, positivas ou negativas, inclusivas ou exclusivas. Entendê-los nas dimensões em que a cidade os compreende é também entender qual o papel que espaços como o da “cracolândia” podem estar exercendo na vida dessas pessoas.

Então, aqui poderíamos pensar na “cracolândia” como um lugar de refúgio de pretos e pretas, já marcados na cidade, pela ausência de possibilidade de estar em outros cantos. Desta forma, não seria demais compreender que a “cracolândia” nesta dimensão, exerce o papel de um quilombo urbano. A proposta desta conceituação não seria

romantizar ou mesmo super qualificar tal espaço, mas trazer à tona a premissa de território que se formula enquanto tal, acima de tudo, pelo conjunto de relações que ali se forma, que ali transita. Trata-se de dar significado ao contexto comum dos seus habitantes, onde mais importante do que a localização geográfica, (até por que a “cracolândia” não se localiza apenas em um ponto específico, se trata de um território em movimento) é o seu fluxo de relações que, configura a condição relativamente comum de pretos e pretas na cidade. A vulnerabilidade a qual o corpo preto(a) se encontra na cidade, torna nesta e por esta condição possível pensar que a “cracolândia” passa ser o único lugar de possibilidade de existência para alguns.

A perspectiva de existência é intrínseca, porém a existência traz em si a concepção fundamental de resistência. Resistir à exclusão, ao medo, à solidão, à fome, ao frio e à morte. Com isso, é possível pensar neste território como uma comunidade que em alguma medida, se estabelece enquanto locus de alteridade em relação à cidade. A noção aqui de aquilombamento se dá, portanto, como uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam na cidade. Beatriz Nascimento nos chama a atenção para a ideia de que a instituição quilombo não está apenas direcionada ao território, mas ao indivíduo em si. Cada pessoa pode ser um quilombo (Nascimento, 1994 Apud Ratts 2006). Tendo como eixo tal perspectiva, é possível pensar nestes corpos/quilombo que no encontro com o coletivo possível de sua existência, na “cracolândia”, se configuram como um território itinerante que resiste às práticas da cidade, mas que também é produzido por ela.

O conflito em que se percebe em torno das práticas da “cracolândia”, do desconhecido ou do não reconhecido pela cidade, comumente é questionado sobre quais questões ele carrega consigo como se essencialmente tivéssemos as mesmas questões, e o que se diferencia, seria apenas as respostas. Talvez o mais comprometido com a pauta racial fosse olhar para o território, compreendendo o modo de vida das pessoas, muito mais como resposta à cidade, do que como questão. O que o cenário como a “cracolândia” responde? Esta poderia ser uma maneira de se dispor a observar espaços que se formam a partir de determinados atores sociais, e no caso da “cracolândia” que conforma um tipo de sociabilidade entre corpos negros(a), de modo que estas corporeidades se formulam diretamente aos seus marcadores, compondo espacialidades que a cidade repele, apesar de produzir.



Mas neste caso, o Centro de São Paulo que se coloca como urgência aos olhares, com a necessidade imediata de ser remediado, do conflitante contato com os corpos e seus marcadores, inclusive porque não se trata apenas do Centro de uma cidade, mas do centro da maior cidade do país, do coração financeiro, de estar em um circuito de pioneirismo, papel que compete a grandes cidades, inclusive, porque não se trata de ser grande, mas estar entre as grandes. E este se configura como um grande antagonismo, em que apesar da cidade ser grande em sua extensão ela é pequena em sua incorporação, não cabem pessoas, e suas multiplicidades de sentido, sentimento, dor, tristeza, alegria, formas de ver e sentir a vida. A pluralidade disso é tão exageradamente grande que se tornaria impossível adequar ao que a cidade propõe.

Milton Santos nos chama a atenção da importância de se entender os espaços urbanos como espaços excludentes “formas-conteúdos”, não apenas por condições variáveis da natureza e da sociedade. As sociedades, ao produzirem seu espaço valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais. A configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais” e é este conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica” (SANTOS, 1996, P, 95).

Entender os conflitos, em torno das pessoas que estão a ocupar estes espaços, a “cracolândia”, ou o próprio Centro da cidade em tais condições de vulnerabilidade, seria essencialmente, entender quem são estas pessoas e qual o seu grau de relevância social, ou melhor, onde se aplica sua importância. Tendo em vista a noção de quilombo que Beatriz nos traz, os sujeitos desta relação poderiam ser o corpo/cidade/quilombo, que se produz na cidade e pela cidade, mas é se aquilombando que garante sua existência, e assim resiste a cidade para existir. “[...] o quilombo pode ser uma atitude dos negros de se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal que ele se apresenta enquanto assentamento social e organização que cria uma nova ordem interna e estrutural”. (NASCIMENTO, 2018, p. 69.). As ações constantes da manutenção da sobrevivência dentro da “cracolândia” se relacionam a uma sistemática perseguição, portanto todos os mecanismos de defesa se dão em função deste grupo que corre risco, quando um corpo está em risco todos estão, então cada movimento destas corporeidades ainda que isolados define a permanência deste grupo. Até porque a metodologia da cidade é se organizar em um ciclo vicioso, do fazer sumir.

Dentre tantas formas deste fazer sumir, o que o Estado assegura através do alto índice de encarceramento que garante a exclusão destas pessoas de tantos espaços inclusive o direito a estar na rua. 64% da população carcerária masculina é negra. Quando pensamos a criminalização entorno das substâncias ilícitas, os números se mostram ainda maiores, 28% dos crimes que mais encarcera, é o tráfico em relação aos homens, entre às mulheres, 64% das prisões feminina, é por tráfico (INFOPEM, 2014). 80% dos ocupantes da “cracolândia” são egressos do sistema penitenciário (Garcia, 2016). A relevância de compreender a institucionalização ao qual o corpo negro está sujeito é muito importante para entender as políticas de repressão adotadas, em que a pessoa negra é o principal sujeito. À esta condição, é possível pensar que o aquilombamento está implícito no ato de permanência nas ruas, pois a prisão também é uma tática utilizada pelo Estado para retirar estas corporeidades das ruas.

Ressaltar o cenário da população carcerária é indispensável para compreender o quanto os mecanismos de penalização incidem em grande medida na vida de pessoas negras, realidade que nos indica que as relações raciais é questão central, na conformação dos territórios como o da “cracolândia”. A exclusão de um corpo social, torna possível a formação de outros, e trazer o aquilombamento como perspectiva é chamar a atenção para um modelo comunitário de comportamento que rompe com os modos operandi da cidade. Nas narrativas dos interlocutores havia uma mobilização da noção de pertencimento, este tomava como parâmetro a construção dos vínculos territoriais. O morar na rua, aproximava as pessoas umas das outras, o fato de já ter uma passagem pelo sistema carcerário e tantas outras condições de vulnerabilidade, conforma uma identidade que tem como predominância a corporeidade negra.

Apesar de estar posto como questão, o conflito em torno do uso de crack, não trata apenas do uso da substância e das pessoas, mas, mais especificamente de um determinado tipo de pessoa e sua corporeidade na cidade, que vem estabelecer um tipo de sociabilidade. Diante disso, o crack passa ser o elemento de recorte o que podemos chamar de bola da vez para através dele entendermos, o quanto as questões raciais são definidoras das lógicas que o conjunto social e governamental toma suas decisões em relação à maneira que escolhe lidar com a repressão a pessoas e suas corporeidades. Estas por sua vez implicam no aquilombar-se, pois, tal condição só pode existir à margem do Estado.

Pensar estas corporeidades na cidade de São Paulo, é lembrar de uma série de questões, que nada tem a ver com reais combates a substâncias, mas com uma forma de zelar por determinados interesses.

O direito à cidade está diretamente relacionado ao direito à própria vida e aos mecanismos institucionais de fazer viver, e no caso da população negra, constantemente se localiza no deixar morrer, ou mesmo fazer morrer, como mediar uma série de relações entre pessoas e um determinado espaço, quando as escolhas políticas estão voltadas para a melhor articulação financeira, em relação ao espaço, no caso o próprio Centro de São Paulo. Assim, as pessoas que hoje habitam esta área, famílias pobres, que moravam nos prédios da região (que foram desabrigadas) trabalhadores, como os pequenos comerciantes, que tinham simples comércios, moradores de rua, e mesmo alguns usuários, trata-se de um emaranhado de circunstâncias, e a escolha de uma perspectiva pela qual se decide tomar as decisões.

As forças ocultas que constituem a perspectiva, tais como especulação imobiliária, políticas de não cuidado como por exemplo investimento em comunidades terapêuticas, só para citar algumas, são questões que em muito abrimos mão de avaliar, mas é destas questões que as ações práticas se constituem, é para elas e por elas que a dimensão cidade vai incluir ou excluir corporeidades e tem como critério seus marcadores. Estes perpassam em especial a centralidade racial, seguido das demais interseções: classe, gênero, opção sexual e suas marcas institucionais. Portanto a justificativa para o fazer sumir mobiliza-se no discurso prático da guerra às drogas.

O que funciona em tantos outros territórios de corporeidade marcada, como argumento para o extermínio, não seria diferente na “cracolândia”, uma vez que o elemento central para boa funcionalidade deste argumento, também tem de sobra neste território, corporeidades negras. A grande questão é, não se está em uma periferia, no que diz respeito a localização geográfica, mas se está em uma comunidade, com todos os seus significantes, e é a isso e por isso que estamos trazendo a categoria quilombo.

Neste caso, o que cabe aos usuários de substâncias ilícitas em condição de uso abusivo, ou a venda destas substâncias? Questões que tanto se colocam como justificativa a condição do território da “cracolândia”, ou mesmo do que estamos chamando de corpo/cidade que exprime ou que condiz com o resultado de um processo da cidade. Assim como foi o negro(a) do período da escravidão, que valia, não apenas como mão de obra, para a produção do bem de capital, mas principalmente como a própria mercadoria

deste sistema, de igual maneira, hoje, o negro condicionado como traficante da “cracolândia” e de tantos outros territórios, de certa forma está seguindo a regra de mercadoria, que, no vai e vem da venda das substâncias, e do valor da rotatividade do seu corpo está implícito ao valor final do produto. Com isso mais uma vez, lembramos do antagonismo da questão: a cidade produz demandas que apenas determinadas corporeidades podem dar conta por estar a margem, e depois utiliza como argumento estas ações para excluí-los de sua existência na cidade, e assim criminaliza o lugar de quilombo, que resiste para existir, na alteridade com a cidade.

E para continuar o entrelace de relações de inclusão e exclusão em um processo recursivo onde se é produto e produtor, faz-se a manutenção das mesmas práticas políticas que se propõem a dar respostas imediatas a todos os setores, sociedade e mercado em relação à "desordem" do Centro da cidade. A sociedade, que em grande parte se exime do esforço da reflexão política e financeira, mas que demanda respostas aos ditos problemas sociais, o trânsito das corporeidades marcadas, e as demandas mercantis, que requerem constante movimentação, espaço, abertura de mercado, que ao contrário da anterior, esta, não apenas faz a reflexão política, como se faz representar pelo próprio político.

As gestões políticas, que se constituem a cada momento, com um novo plano, uma nova maneira de entender o espaço público, e vai estabelecer o que seria as políticas públicas, definem também, neste campo de disputa, entre o que pode ser visto, como mais ou menos relevante, para o projeto de cidade. A cada ida e vinda de gestão pública, são ações e reações que impunham a população de rua ou a dos territórios pobres que pouco conseguem ganhar real mobilidade de sua condição e tem que conviver com a tragédia do imprevisto, do que será sua vida, para existir e resistir a cada governo que entra.

Em uma visita a “cracolândia”, acompanhando uma manifestações dos moradores da região, decorrente do desmonte, promovido pela prefeitura de São Paulo em 2016, foi possível perceber o quanto era nítida a necessidade de as pessoas serem reconhecidas como cidadãs de direito. A cada pessoa nova que chegava ao cordão de frente do ato, repetia a frase “a cracolândia também é família”. A manifestação inteira se dava, em volta desta narrativa, as pessoas não sabiam exatamente qual era o melhor remédio a condição dos usuários, não se tratava disso. O que estava sendo observado ali, naquele encontro, era uma totalidade de violações de direitos, que em sua estrutura nada tinha a ver com as

substâncias ilícitas, mas com como se é permitido abrir mão dos direitos de cidadãos, por serem determinados tipos específicos de pessoas/corporeidades.

Eram mulheres com crianças, idosos, mulheres grávidas, e estas eram a dianteira da manifestação, na tentativa de legitimar o direito a ter direito a uma habitação, a morar em algum lugar, a existir no mundo. A grande maioria das pessoas que estava na manifestação era moradoras de alguns dos prédios que na época foram demolidos pela prefeitura, alguns outros moradores de rua, também do fluxo da “cracolândia”. O que se via ali, era a reivindicação de poder habitar entre tantos outros lugares também as ruas, o direito à cidade ou melhor o direito a aquilombar-se na cidade.

As formas de operacionalizar a demanda da guerra às drogas ou mesmo do processo de higienização, em um espaço que pode ser considerado de grande importância para cidade, se tratando do Centro, traz uma urbanização sem urbanidade, sem justiça social, coloca a distância social entre os indivíduos a uma pequena distância territorial. “A proximidade física no território confronta as diferenças sociais em termos de direitos do indivíduo à sobrevivência, à saúde, ao trabalho, à vida, etc.” (Ferreira & Penna, 2005). A vida em si da população de rua está sempre muito relacionada ao tipo de gestão municipal, como a inclusão ou exclusão em maior ou menor medida à programas que se pretendem avaliar sobre esta população como sujeito de direito ou não. E aí se vê acentuado o quanto as corporeidades marcadas, na disputa pela cidade, se caracterizam como um tipo de política urbana, que trabalha essencialmente com o fazer sumir.

O que estamos tentando evidenciar é que o racismo juntamente com tantos outros marcadores constituídos como elemento de seletividade, tornam estes sujeitos os corpos ideais para serem descartados pelo conjunto social, que o avalia como de menor valor. “Dito isso, o que posso afirmar como certo é que no meu bairro, muito antes da introdução do crack, diversas famílias já eram dilaceradas pelo racismo institucionalizado, a pobreza e outras forças” (Hart, 2014). O autor Carl Hart, elucida que o olhar traçado aos usuários de crack, está despregado da relevância do racismo, ele ressalta que a relevância do vício, é menor que as questões sociais em volta do usuário, e o quanto para além de problematizar o crack, temos que problematizar o mundo e seus mecanismo de inclusão e exclusão. Para assim, quem sabe, tornar possível o debate em torno dos vícios das pessoas, que em grande medida se estrutura, muito mais na dinâmica de suas vidas que gira na própria dinâmica da cidade.

Um outro ponto abordado nesta pesquisa importante a ser considerado é o que a pesquisadora Taniele Rui observa em seu trabalho: a sujeira como principal elemento sobre a abjeção aos usuários de crack “por tudo isso é que se pode dizer que, nas ruas a sujeira é o atributo mais destacável, mas até que a cor da pele” (2012, p. 266). Trazer à tona as experiências de Laura, Willian, Zezé, Vanessa, Jeremias, Savana e Fernando: interlocutores negros e negras; Fabio e Eliana: interlocutores brancos(o); nos mostra como suas vidas se misturam a uma dinâmica de exclusão e redução de possibilidades muito antes da dimensão da sujeira exterior, mas a que a própria pele já exerce. E o aumento em alguma medida das possibilidades quando se trata de corpos brancos. A sobreposição da sujeira como uma das marcas da exclusão isoladamente não seria capaz de dar conta do problema racial. Ao olhar estas histórias, é necessário ressaltar o modo como o racismo se encontra articulado à prática de criminalização de pessoas negras e não apenas ao uso de substâncias ou a sua vinculação ao cenário da exposição, inclusive a rua e outras vulnerabilidades.

Desta forma a reconfiguração das narrativas passa a ser também uma das alternativas de reconfiguração das pessoas. Pensar a corporeidade negra na “cracolândia” e suas formas de existências, na perspectiva de pessoas e, não coisas, como em um “quilombo, na casa de culto afro-brasileiro, num espaço de encontro e/ou diversão, no movimento negro, diante do espelho ou de uma fotografia” (RATTS, 2006, p, 66) assim como na construção de suas imagens através das suas histórias em seu transitar pela cidade, localizam-se no fluxo de suas próprias relações, que os coloca diante do não direito a existir na cidade, ao lugar de quem não tem vida, os “zumbis” do Centro. No exercício de aquilombar-se, como modo de existência logo resistência, podemos então compreendê-los sim como Zumbi, sendo nesta configuração Zumbi dos Palmares.

## 8. Referências Bibliográficas

ADORNO, R. **Não adianta maquiagem o minhocão, a cracolândia anda**. In: RUI, T., MARTINEZ, M. FELTRAN, F. (Org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.

AGIER, M. **Pensar el sujeto, descentrar la antropología**. In: *Cuadernos de Antropología Social*. Nº 35, pp. 9–27, UBA, 2012.

ALVES, D. **Rés negras, Judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, Universidade Pontifícia Católica de São Paulo, 2015.

BAIROS, L. **Nossos Feminismos Revisitados**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos Feminismos Revisitados Luiza Bairros.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf)

BATISTA, P. C. **O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição**. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 397 – 416, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>.

BENTES, Isabela. **Expurgos Urbanos: epidemia e gestão penal na política de enfrentamento ao crack**. Dissertação de mestrado. UNB, Brasília, 2015.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

BOURGOIS, Philippe. **O poder é invisível, a gente tem que treinar os olhos para vê-lo**: entrevista com Philippe Bourgois. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

BORGES, J. **O que é: encarceramento em massa?** Editora Letramento, Belo Horizonte-MG, 2018.

CARNEIRO, A. S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro São Paulo, 2011.

CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Atlas da Violência 2020**. Nota Técnica Ipea. no 17, Brasília: março de 2016.

DAVIS, A; DENT, G. **A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 523-531, vol.11 no. 2. Julho de 2003.

EVARISTO, M. da C. de. **Gênero e etnia: uma escrevivência de dupla face**. In: BARROS, N. M. de; SCHENEIDER, L. (Orgs.). *Mulheres no Mundo: Etnia*,

EVARISTO, Conceição (2008). **Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória**. Releitura, Belo Horizonte, n. 23. Marginalidade e Diáspora. João Pessoa: Idéia, 2005.

EVARISTO, M da C. de. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/%E2%80%A6/188-conceicao-evaristo> (2009)

FANON, F. **Pele Negra. Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Ed. Fator. GAI, Eunice. 1983.

FROMM, D. **Deus e o diabo na terra do crack uma etnografia da ‘cosmopolítica’ batista**. Monografia. UFSCAR, São Carlos, 2014.

FRÚGOLI JR, H; CAVALCANTI, M. **Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro**. *Anuário Antropológico*, vol.2 n.38, p. 73-97. 2013.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. **Da cracolândia aos noias: percursos etnográficos no bairro da Luz**. São Paulo: Ponto Urbe 6, NAU-USP, 2010.

GARCIA, L. D. S. L. “Apresentação Senad/MJ”. In: SOUZA, Jesse (Org). **Crack e Exclusão**. Ministério da justiça e cidadania/ Secretaria Nacional de Políticas de Drogas, 2016.

HART, C. **Um preço muito alto: A jornada de um neurocientista que desafia a nossa visão sobre drogas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HOOKS, bel. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2º ed- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.



- HOOKS, bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995.
- INFOPEM. **Levantamento Nacional de informações penitenciária**. Ministério da Justiça, dezembro 2016. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf) Acesso em: 07 de outubro de 2018.
- JESUS, Carolina Maria de. **Antologia pessoal**. Organização de José Carlos Sebe Bom Meihy; [revisão de] Armando Freitas Filho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- ROCK, Edi; BROWN, Mano. A fórmula mágica da paz. Intérprete: Racionais MC's. In: RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. 1 disco sonoro.
- LÓPEZ, L. C. **O Conceito de Racismo Institucional: Aplicações no Campo da Saúde**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, Jan./Mar. 2012.
- MALLART, F; MATTAR, M; RUI, T; TELLES, V. **Fazer sumir: políticas de combate à Cracolândia**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01 jul.2017.
- MARTINEZ, M. **O consultório na rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso do crack: o caso São Bernardo do Campo**. In: RUI, T., MARTINEZ, M, FELTRAN, F (org.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2016.
- MBEMBE, A. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.
- MELO, da C. F. **Cadastrar, incluir e proteger. As malhas da assistência social na fronteira Amazônia**; orientadora Silvana de Souza Nascimento. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social. - São Paulo, 2020
- MOUTINHO, L. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, desigualdade, gênero em produções acadêmicas recentes**. *Pagu*, p. 42, 2014
- MOURA, Clovis. (org): **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2016

NASCIMENTO, A. **O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso** (1982). In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Ed. Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, S. de S. **O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima**. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459 - 484, 2019. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2019.161080 Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>. Acesso em: 19 out. 2020.

NAVARRO, M. M. SAYAK, V. 2010. **Capitalismo Gore**. *Estud. filol.* n. 56. nov. 2015. Disponível em <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0071-17132015000200013&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0071-17132015000200013&lng=es&nrm=iso)>.

PEREIRA, A. A. **Memória, Ancestralidade e Comunidade como Ferramentas para uma Psicologia do Aquilobamento**. Dissertação de Mestrado UFF. Rio de Janeiro, 2019.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RONDAS, S. **74% das prisões por tráfico têm apenas policiais como testemunhas do caso**. *Consultor Jurídico (ConJur)*, 17 fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-fev-17/74-prisoos-trafico- apenas-policiais-testemunhas>>. Acesso em: 29 de Maio de 2017.

RUI, T. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese de doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2012.

RUI, T. T.; FRÚGOLI JR., H.; FELTRAN, G. S.; FROMM, D. **Braços Abertos e Sufoco: sobre a situação na “cracolândia”**. *Carta Maior*, 11 de fevereiro de 2014.

- RUI, T.; MALLART, F. **Cadeia Ping-Pong: entre o dentro e o fora das muralhas.** *Ponto Urbe* (NAU-USP), v. 21, 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo.** *Razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, O. A.; OLIVEIRA, R. L. **O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia.** A ser publicado na Revista Espaço Acadêmico, edição 227, mar./abr. 2021.
- SCHUMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** São Paulo: Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2012.
- SILVA, I. O. P. da; AMPARO, A. G. J. **Espaço urbano, fluxos e direitos: Percursos no Elevado João Goulart (Minhocão).** In. Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP, São Paulo, ano 5, v. 1, n. 9, 2017.
- SODRE, M. **Pensar Nagô.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- SOUZA, L. C; MELO, N. **Novas Faces da Vida nas Ruas.** São Carlos: EDUFSCar, 2016.
- STUART, Hall. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.
- WACQUANT, L. **O corpo, o gueto e o Estado Penal.** (Entrevista concedida a Susana Durão). *Revista Etnográfica, Lisboa*, vol.12, n.2, 2008.